2.2 — Acórdãos do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

AÇÃO DE USUCAPIÃO: DESNECESSIDADE DE CURADOR ESPECIAL AOS RÉUS INCERTOS CITADOS POR EDITAL – PRESUNÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO QUANDO NÃO SE PROVA A PROPRIEDADE PARTICULAR DE TERRAS RURAIS – REGISTRO PAROQUIAL NÃO CONSTITUI TÍTULO DOMINIAL

– USUCAPIÃO (Ação) CURADOR ESPECIAL (Réus incertos e desconhecidos) – Aos réus incertos e desconhecidos, citados por edital, em processo de Usucapião, não é necessário nomear curador especial.

USUCAPIÃO (Terras particulares) – A ação de usucapião refere-se a terras do domínio particular e, pois, incumbe ao autor demonstrar, previamente, esse requisito legal.

Não provada **quantum satis essa** condição, presume-se do domínio público as terras usucapiendas.

REGISTRO PAROQUIAL – Não constitui título de domínio, mas apenas um documento atestador da posse do registrante. No regime da Lei n. 601, de 18.9.1850, o registro do vigário não dispensava o procedimento de **legitimação** das terras possuídas por ocupação primária ou havidas do primeiro ocupante. Já que não lhes socorria, aos autores da presente ação de usucapião, o domínio, teriam que fazer prova da posse quarentenária de seus antecessores, anteriormente à vigência do Código Civil, de 1917, visto esse diploma ter cortado a possibilidade de usucapir terras do domínio público.

Não reunindo os autores as condições que legitimam a ação de usucapião de terras particulares, é de julgá-los carecedores da ação.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS
Duplo Grau de Jurisdição e Apelação Cível n. 16 – Rio Verde
Relator: Des. Firmo Ferreira Gomes de Castro

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Duplo Grau de Jurisdição e Apelação Cível n. 16, da Comarca de Rio Verde, em que

é suscitante o Dr. Juiz de Direito da 2a. Vara e apelante o Estado de Goiás, sendo suscitados e apelados César de Almeida Melo e sua mulher, Celiza Zaiden Almeida, incorporado o relatório de fls., como parte expositiva.

VOTO DO RELATOR

Explicação necessária. Os presentes autos são submetidos a julgamento desta turma, em prosseguimento ao que foi feito através do Acórdão de fls. 136, que concluiu por cassar a sentença recorrida e anular o processo **abi-initio**, por falta de citação da pessoa em cujo nome estivesse transcrito o imóvel usucapiendo. Referido acórdão foi cassado pelo proferido em embargos infringentes n. 311, interpostos por César de Almeida Melo, tendo as doutas Câmaras Cíveis Reunidas determinado o retorno dos autos a esta Câmara isolada, a fim de que ela prosseguisse o julgamento da espécie, na conformidade do direito.

Preliminar (Falta de nomeação de curador especial) — Da primeira leitura destes autos, depara-se-nos a ausência de nomeação, pelo Juiz **a quo**, de um curador especial aos réus revéis citados por edital, por ausentes e desconhecidos, segundo exigência do artigo 9o., item II, do Código de Processo Civil. É uma exigência legal, a qual a doutrina, até bem pouco tempo, dava o caráter de norma cogente, cuja infringência acarretava nulidade cominada. Todavia, alguns autores mais modernos e a jurisprudência mais recente vêm relevando esse rigor de tratamento, entendendo não ser imprescindível a nomeação de curador aos interessados **incertos e desconhecidos**, citados por edital. Veja-se, a respeito, Ernani Fidélis dos Santos em "Procedimentos Especiais", ps. 72/73, bem como acórdãos compilados por Alexandre de Paula no seu "Código de Processo Civil anotado" vol. IV, p. 144. Pelo motivo exposto, deixo de decretar a nulidade decorrente da falta de nomeação do curador em causa.

Mérito — No mérito, apura-se que os apelados propuseram uma ação de usucapião sobre uma gleba do imóvel denominado "Jatobá", lugar chamado "Sete Galhos", no município de Rio Verde, com a caracterização e divisas constantes do item 2 da inicial, com uma área de 196 alqueires e 2 décimos de campos e 3 alqueires e 3 décimos de mato seco, totalizando 199 alqueires. Afirmam constar que essa gleba pertenceu num passado remoto a José Antonio de Carvalho, **mas não se acha transcrita em nome dele nem de pessoa alguma.** Ofereceram a relação dos confrontantes e afirmam que a gleba usucapienda é contígua à fazenda dos autores, no mesmo imóvel, e constitui um **potreiro**

desta no mesmo imóvel. Sobre a posse, apenas informam que, por si e seus antecessores, **possuem como donos a referida gleba.** Pediram a citação dos confrontantes por carta precatória dirigida aos juízes de suas residências, bem como por edital de todos e quaisquer interessados incertos e que se procedesse à justificação preliminar. Juntaram a planta do imóvel (fls. 10), certidão de uma escritura pública de cessão de direitos de posse, outorgada ao autor varão por José de Melo Vilela e sua mulher, Maria Pereira Vilela, versando sobre uma área de campos e cerrados de mais ou menos 230 alqueires na fazenda "Jatobá", no município de Rio Verde, contígua à fazenda do cessionário e um papel avulso com "descrição de divisas" de uma gleba de terras da fazenda "Jatobá", no lugar denominado "Sete Galhos", pertencente ao espólio de José Antonio de Carvalho, hoje de posse do Sr. César de Almeida Melo, havida por transferência do Sr. José de Melo Vilela" (fls. 8 — sic), com as divisas coincidentes com as do item 2 da inicial, ressalvada uma falha de escrita e preenchimento manuscrito a lápis, na sétima linha do texto.

Procedeu-se à justificação preliminar, na qual as testemunhas afirmam em coro que a área usucapienda fora possuída por José de Melo Vilela e seus antecessores, durante mais de vinte anos, o qual as cedeu aos autores, que continuaram a posse mansa e pacífica, perfazendo um total de cinquenta anos.

Feitas as citações pedidas, nenhum particular impugnou o pedido. Veio, porém, o Estado de Goiás, por seu procurador oficial, e apresentou a contestação de fls. 63 a 67, preliminarmente qualificando de inepta a inicial, porque os autores não lograram nem tentaram provar que as terras usucapiendas fossem do domínio particular, condição legal da ação de usucapião, conforme o frontispício do Livro IV, Tit. I e Capítulo VII do Código de Processo Civil, que se refere à ação de "usucapião de terras particulares". Mas, não só não demonstraram a não privatividade do domínio das terras pretendidas, como indiretamente reconheceram serem elas do domínio público, com a afirmação, feita na inicial, **de que não se acha transcrita em nome de José Antonio Carvalho nem de pessoa alguma. Afirmação esta que era** bastante para se decretar o indeferimento da petição inicial. Que, além disso, era inverdadeira a afirmação de que o imóvel pertenceu a José Antonio de Carvalho, pois, conforme documento que apresenta o contestante, pertenceu àquele cidadão a parte do imóvel "Boa Vista", localizado no município de Jataí, banhado por um dos afluentes do rio Claro, que nele deságua pela margem direita. Do exposto conclui tratar-se realmente de terras do domínio público, sobre as quais não se

permite o usucapião, a menos que se provasse, através de títulos filiados, que os antecessores dos autores as tivessem possuído ininterruptamente por quarenta anos, pelo menos, antes da vigência do Código Civil, reportando-se ao artigo 67 desse diploma e ao decreto n. 22.785, de 31 de maio de 1933, que proíbe, peremptoriamente, o usucapião de bens públicos patrimoniais, decreto esse que apenas veio reafirmar o artigo 67 do Código Civil. O contestante instrui, ainda, a sua peça de defesa com cópia da "Informação n. 291/74, da Procuradoria Geral do Estado, sobre o caso do processo. Na referida informação, feita a localização do imóvel usucapiendo nas águas vertentes do Rio Doce, atualmente conhecido como Rio Verde, afirma-se em um tópico que foi dentro desse quadro que João Crisóstino de Oliveira Castro levou ao registro do vigário, sob o n. 63, o imóvel "Jatobá", em 26 de agosto de 1958, na antiga freguesia de N. S. das Dores de Rio Verde.

O Registro Paroquial de João Crisóstino de Oliveira Castro, com a extensão de três léguas por duas, equivalente a uma área superficial de 5.200 alqueires de 80 litros, foi bem caracterizada e confirma a divisa da gleba usucapienda com a fazenda Rio Verdinho (item 2,i), através da citação do seu registrante, Belarmino José dos Santos. Afirma, no item 12, que José Antonio de Carvalho levou a registro do Vigário tão-somente o imóvel denominado Boa Vista, sob o n. 12, de ordem, da freguesia de N. S. das Dores do Rio Verde que se acha localizada hoje no município de Jataí. Por fim, chega às seguintes conclusões: 1) O imóvel focalizado nos autos, ou seja, a fazenda "jatobá", pertenceu em suas origens a João Crisóstino de Oliveira Castro. Assim, os títulos que deveriam ter sido apresentados nos presentes autos, para extremar o imóvel "Jatobá" do domínio público, seriam todos aqueles procedentes do referido João Crisóstino. Os autores, falando a fls. 73, juntando fotocópias e certidões, referem-se ao documento de fls. 74, fotocópia da folha de pagamento do condômino Antônio David na ação de divisão do imóvel "Jatobá" (certidões de 15 de dezembro de 1911, sendo a divisão julgada em 1902), de que a área usucapienda seria parte integrante, assinalando a coincidência do ponto de partida e de alguns rumos das divisas da área usucapienda, constante da inicial, e as do documento apresentado. Tal documento não fora levado a registro porque, ao tempo da sentença homologatória da divisão, não era ele obrigatório, o que só veio acontecer a partir da vigência do Código Civil, em janeiro de 1917. O Estado rebate essas alegações.

O Meritíssimo Juiz, na sua bem lançada sentença de folhas, dando singular importância à informação da douta Procuradoria Geral do

Estado, e afirmando que o Estado partiu de entendimento "algo afoito", como é textual, de que o Registro do vigário não se presta para particularizar (tirar do domínio público) a coisa, passa a afirmar que nem o usucapião de terras públicas, admitido no direito precodificado, acode aos autores, que não demonstraram a posse por tempo igual ou superior a 40 anos anteriores à vigência do Código Civil. Diverge da tese do Estado de que, não provado o domínio particular sobre dado imóvel, por exclusão se acha ele no domínio público, apesar de acobertado pela jurisprudência. E afirma que, do exame feito do presente conflito, principalmente pela leitura do documento a que se vem reportando, este faz ver que o imóvel, que se pretende usucapir, está devidamente registrado sob o número 63, do Registro Paroquial da Freguesia de N. S. das Dores de Rio Verde. **Esse registro** — afirma o douto sentenciante — **retira do domínio público e o torna sujeito ao usucapião.**

Para chegar a essa conclusão corajosa, invoca o subsídio de uma sentença do juiz de Direito do Distrito Federal, Dr. Irajá Pimentel, que diz reconhecido cultor do Direito em nosso meio. Segundo a fundamentação da sentença invocada, entende o seu prolator a mera **ocupação** por **posse**, apesar de não fundada em título legal, mas que for legitimada pela lei, o que exclui a terra ocupada ao caráter de devoluta. O citado jurista brasiliense pergunta e responde: "Qual o meio de que se valeu a Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, de que é a citação, para legitimar as posses existentes? Resposta: "Institui o Registro Paroquial ou do Vigário, cuja fonte é o artigo 13 da mencionada lei, sendo depois explicitado nos artigos 91 a 107 do decreto n. 1.138 de 30 de janeiro de 1854, que regulamentou a lei 601. Em outro tópico, dá-se até ao artigo 3o., § 4o. da lei 601 o **efeito discriminatório da propriedade particular.** (sic). Justifica ainda o douto sentenciante do primeiro grau a não citação da pessoa em cujo nome estaria transcrito o imóvel pela desnecessidade da transcrição da folha de pagamento feito em processo divisório, ao tempo em que foi ele homologado. E julgou procedente o usucapião.

Rendendo homenagens ao autor da sentença apelada, um dos juízes que, logo no início da carreira, se impôs ao nosso respeito e admiração, pela sua formação cultural e jurídica e o melhor senso de julgar, e, malgrado, teve de procurar outras paragens onde melhor lhe fossem compensados os méritos e remunerados os seus trabalhos — não posso render-me ao seu raciocínio, infelizmente, neste processo, talvez um tanto deslumbrado pelos lampejos transeuntes de um brilhante, apenas isto, juiz da jovem Capital da República, que perpetrou

os maiores erros de interpretação da famosa e veneranda lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como a "Lei das Terras" e por um equívoco do próprio magistrado goiano, ao considerar o Registro Paroquial de n. 2, de José Antonio de Carvalho, contrariando a própria fonte de informação (da P.G. do Estado), onde se refere ao registro n. 63, de João Crisóstino de Oliveira Castro, referente ao imóvel "Jatoba"; mas os autores apelados queriam que a gleba usucapienda tivesse partido do registro de José Antonio de Carvalho, em passado remoto. Ora, conforme a informação, este levou a registro do vigário somente o imóvel denominado Boa Vista, sob o n. 12, de ordem, da Freguesia de N. S. das Dores de Rio Verde, o qual é banhado pelo córrego da Boa Vista, um dos afluentes do Rio Claro pela margem direita, **está localizado no atual município de Jataí** — (fls. 70). Bem por isso, conclui aquele parecer: "Isto posto, os títulos que deveriam ter sido filiados, no presente caso, para comprovação da exclusão do imóvel "Jatobá" do domínio público, seriam todos aqueles procedentes de João Crisóstino de Oliveira Castro (fls. 71).

Note-se que a sentença apelada, preocupada exclusivamente com o Registro Paroquial, nem se abalançou a examinar e discutir o fato, isto é, a **posse** efetiva dos apelados e dos seus antecessores, subindo até o primitivo José de Melo Vilela, de quem recebeu por cessão escrita, e ainda mais até àquele em que tivesse início o lapso prescricional extraordinário. Não se sabe se considerou os autores com justo título, para o usucapião de dez ou quinze anos, ou sem justo título, com vinte anos. É uma falha da sentença, uma deficiência de fundamentação que lhe pode custar a nulidade.

Sem me arriscar a uma investigação retrospectiva e histórica sobre as origens da propriedade no Brasil, já tão magistralmente versada pelos mais conspícuos juristas pátrios, em que sobressaem Whitaker, Francisco Morato e outros, limitar-me-ei apenas a considerar a questão do Registro Paroquial e a sua discutível e discutida eficácia como título de domínio imobiliário ou meio de discriminação de terras particulares das terras públicas. Sem pretender melindrar o jovem magistrado brasiliense, que serviu de lume ao seu também jovem colega goiano, não aceito as suas conclusões, um tanto arrojadas, outro tanto injurídicas: 1) "O Registro Paroquial fornece o meio de que se valeu a lei 601 de 1850 **para legitimar as posses existentes e particularizar (tornar particulares) as terras ocupadas, apesar de não se fundarem em títulos legítimos**". (sic). Tal é a afirmação do magistrado de Brasília.

A lei 601 jamais emprestou ou quis emprestar ao registro do Vigário ou Registro Paroquial, ou se lhe poderá atribuir tal intenção,

o efeito de legitimação de posses não tituladas. A legitimação das posses então existentes, desde que "mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária ou havidas do primeiro ocupante" e "ainda que cultivadas ou com princípio de cultura, morada habitual do respectivo posseiro", era feita mediante um procedimento específico previsto sumariamente nos artigos 7o. a 11 da referida lei, que compreende em **summa capita, a medição** das terras e **discriminação** das terras devolutas das particulares, segundo regras fixas, e **por fim eram expedidos os títulos dos terrenos que ficaram pertencendo aos particulares.** Verdadeiro processo discriminatório de terras particulares e só mediante ele se expedia o **título** do terreno, este sim título de domínio. Ora, se o registro do Vigário fosse um título, para que expedir-se novo título ao final do processo de legitimação?

Para afastar quaisquer dúvidas sobre a aquisição de terras devolutas, que no início da colonização pertenciam à Coroa Real e depois da Independência ao Império, estabelece a Lei 601, no seu artigo 1o.:

> "Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra".

Portanto, o único meio de legitimação das terras possuídas por ocupação primária ou havidas do primeiro ocupante é o previsto nos artigos 7 a 11 da lei 601 e regulamentada pelo Decreto n. 1.318, de 30 de janeiro de 1.854, no seu Capítulo III. Este ainda se mostra bem explícito na exigência da legitimação, no enunciado do seu artigo 24, item 1 e 2:

> "Art. 24 — Estão sujeitos a legitimação:
> § 1o. — As posses que se acharem em poder do primeiro ocupante, não tendo outro título, senão a sua ocupação.
> § 2o. — As que, posto se achem em poder do segundo ocupante, não tiverem sido por este adquiridas por títulos legítimos.
> § 3o. — As que, achando-se em poder do primeiro ocupante, até à data da publicação do presente Regulamento, tiverem sido alienadas contra a proibição do artigo 11 da lei n. 601, de 18 de setembro de 1850".
> No artigo 25 do Regulamento n. 1.318 de 30.1.54, dispõe-se:
> "Art. 25 — São títulos legítimos todos aqueles que, segundo o direito, são aptos para transferir o domínio".

Ora, entre os títulos aptos a transferir o domínio, jamais a lei de terras ou o seu regulamento arrolaram o registro paroquial, contando-se, sim, a sucessão hereditária, a acessão, o usucapião e as escrituras ainda que particulares de compra e venda, doação, permuta, dação em pagamento, etc., prevendo expressamente o artigo 26 do Regulamento:

> "Art. 26 — Os escritos particulares de compra e venda, ou doação, nos casos em que por direito são aptos para transferir o domínio dos bens de raiz, se consideram legítimos, se o pagamento do respectivo imposto tiver sido verificado antes da publicação deste Regulamento: no caso, porém, em que o pagamento do respectivo imposto tiver sido verificado antes da publicação deste Regulamento: no caso, porém, em que o pagamento se tenha realizado depois dessa data, não dispensarão a legitimação, se as terras transferidas houveram sido adquiridas por posse, e o que as transferir tiver sido o seu primeiro ocupante".

Mesmo as sesmarias e outras concessões do Governo, no domínio dos primeiros sesmeiros, estavam sujeitas à revalidação, a menos que o Governo tiver dispensado as condições de cultivo, ou princípio de cultura e morada habitual do respectivo sesmeiro (art. 27).

Quanto ao registro Paroquial, outra é a sua finalidade, outro o seu efeito ou eficácia. Ele foi criado pelo artigo 13 da Lei das Terras, com a seguinte redação:

> "art. 13 — O mesmo governo fará organizar por Freguesia o registro das terras possuídas, **sobre declarações feitas pelos respectivos possuidores,** impondo multas e penas àqueles que deixarem de fazer nos prazos marcados as ditas declarações ou as fizerem inexatas".

Nenhum dispositivo ou parágrafo emprestando-lhe efeito de legitimação de posse ou sua conversão em domínio, conceitos que então já se distinguiam nitidamente. O Regulamento n. 1.318 veio também, de forma peremptória, desanuviar qualquer pretensão de se emprestar ao Registro Paroquial mais efeito do que estava na intenção do Governo, ao instituí-lo, e da maioria dos intérpretes daquele importante diploma legislativo, isto é, o de um mero **levantamento** das posses existentes no território imperial. É o que se caracteriza do conjunto dos artigos 91, 94 e 107 do Regulamento:

> "Art. 91 — Todos os possuidores de terras, qualquer que seja o título de sua propriedade ou **possessão,** são obrigados a fazer registrar as terras que possuirem, dentro dos prazos marcados pelo presente Regulamento, os quais se começarão a contar, na Corte e Província do Rio de Janeiro, da data fixada pelo Ministro e Secretário de Estado de Negócios do Interior do Império, e nas Províncias da fixada pelo respectivo Presidente.
>
> "Art. 93 — As declarações para o registro serão feitas pelos possuidores, que as escreverão, ou farão escrever por outrem em dois exemplares iguais, assinando-os ambos, ou fazendo-os assinar pelo indivíduo que os houver escrito, se os possuidores não souberem escrever.
>
> "Art. 94 — As declarações para o registro de terras possuidas por menores, índios ou quaisquer corporações serão feitas por seus pais, tutores, curadores, diretores ou encarregados da administração de seus bens e terras. **As declarações de que tratam este e o artigo antecedente não conferem algum direito aos possuidores".**

A última parte do artigo, por último citado, é bastante clara no seu contexto para desenganar qualquer pretensão a atribuir ao R. P. a virtude de atribuir o domínio aos registrantes. Ela, com efeito, não lhe acrescenta mais direito do que os que já detém, ou na sua linguagem crua — não conferem algum direito. Para remate desse entendimento, o artigo 107 dispõe terminantemente sobre a finalidade do registro e o seu destino derradeiro:

> "Art. 107 — Findos os prazos estabelecidos para o registro, os exemplares emassados se conservarão no arquivo das paróquias, e os livros de registro serão remetidos ao Delegado do Diretor Geral das Terras Públicas da Província respectiva **para, em vista dele, formar o registro geral das terras possuídas da Província,** do qual se enviará cópia ao supracitado Diretor **para organização do Registro Geral das terras possuídas do Império".**

Eis, aí, em termos claros e desenganados, a finalidade única do Registro Paroquial, que outra não é senão o de proporcionar elementos para a organização do Registro Geral das terras possuídas do Império".

Atribuir-lhe outros efeitos é desvirtuar e descumprir a própria lei, a pretexto de a interpretar.

2o. — **O Registro Paroquial tem o valor discriminatório das terras particulares.** Esta é a segunda conclusão da sentença que serviu de modelo ao douto Juiz **a quo**, emprestada do seu colega de Brasília. Conclusão, também, inadmissível porque, como se viu, já a Lei n. 601, já o seu Regulamento, o Decreto n. 1.318, dispunham, a primeira, pela suma, e o segundo, de maneira analítica e sistemática, em seu Capítulo III, do procedimento adequado para se extremar a propriedade privada do domínio público, ao cabo do qual se expedia o título legítimo, insubstituível pelo registro paroquial ou outro qualquer. As maiores autoridades jurídicas do Brasil sempre se pronunciaram no sentido de que o Registro Paroquial não constitui título de domínio de imóvel. Francisco Morato, por exemplo, diz: "É crença generalizada, entre os que exercitam em assuntos de terras, que constituem títulos de **jus in re** os apelidados registros do vigário. Erro manifesto: o registro do vigário não confere **jus in re** nem direito nenhum. Que é o que é o registro de posse, vulgo registro do vigário ou registro paroquial? Que direitos outorga, que alcance tem e que efeitos produz? Resposta: Criou-se a chamada Lei das Terras, n. 601, de 18 de setembro de 1850, regulamentada pelo decreto n. 1.318 de 30 de janeiro de 1854, **com o intuito de discriminar as terras apossadas das que o não eram ainda, de proibir, em relação a estas segundas, que passaram a ter o nome de devolutas, serem adquiridas por outro título que não o de compra".** Em outro tópico: "O registro do vigário, para formar título de domínio do possuidor contra o Estado, **dependia da legitimação.** Sem essa formalidade, era apenas um **documento demonstrativo da posse** e nesse sentido, **primoroso documento probatório preliminarmente para corroborar a antiguidade da posse".** Assim, vê-se que na opinião do abalizado mestre paulista, o registro do vigário nenhum direito real atribui ao seu titular, embora constitua um precioso documento atestador de antiguidade da posse, mas tudo somente em termos de posse, não de domínio.

Digno de nota o parecer do douto Procurador Geral da República, Dr. Walter Medeiros, no Recurso Extraordinário de Goiás n. 80.416, em que expõe a matéria em foco, citando diversos acórdãos do abalizado Tribunal de São Paulo, em que se nega peremptoriamente ao registro paroquial a virtude de título de domínio. Ínsito nesse parecer vem a Emenda do acórdão da 4a. Câmara do Tribunal de Justiça de São Paulo: "Reivindicação. Registro Paroquial ou do Vigário. Sua desvalia como prova do domínio. Falta do **jus in re** por parte do autor. O registro paroquial, feito mediante simples declaração do interessado, desacompanhada de prova de domínio, não lhe **confere direito algum. Constitui, quando muito, indício de posse, porque nem mesmo o fato material da posse, o corpus, tem a virtude de provar"** (Rev. dos Tribs. 225/193).

Consequência de quanto se tem exposto, as terras da fazenda "Jatobá", a que se refere o Registro Paroquial n. 63, sem outra prova legítima de domínio de qualquer pessoa, não pertencem ao domínio particular, quer por efeito do Registro Paroquial, como se tem demonstrado, quer por outro título, que se não produziu e assim se presumem do domínio público, a princípio pertencentes ao Império e, após a proclamação da República, ao Estado onde estivesse situada. Segundo J.O. de Lima Pereira, em sua obra "Da Propriedade no Brasil": "Verifica-se, assim, que os bens imóveis no Brasil, a princípio propriedade exclusiva do Estado, passaram a constituir duas grandes classes, em relação às pessoas a que pertencem: a dos bens públicos e a dos bens particulares. O direito de propriedade dos bens públicos ao poder público, da primeira classe, **como a sua posse**, preexiste como regra geral, tendo por si uma presunção **juri et de jure.** Ao contrário, o domínio e posse dos bens da segunda classe devem ser provadas, para que cesse aquela presunção, e isso porque a propriedade particular constitui uma exceção à referida regra geral de dominialidade pública "Em roda-pé ao local onde se encontra esse trecho, vê-se a seguinte citação: "Disse Costa Manso:" "Quem não exibe um título de domínio privado sobre qualquer extensão de terras, ocupa terras do Estado. Não há como fugir desta conclusão (Diário Oficial do Estado, de 15 de maio de 1931, (p. 3.909) — Veja-se: "Da Propriedade no Brasil", p. 12 e 13).

Já que não lhes socorria o domínio, teriam os apelados que fazer a prova da posse quarentenária de seus antecessores, anteriormente à vigência do Código Civil, isto é, ao ano de 1917, visto aquele diploma ter cortado a possibilidade de usucapir terras do domínio público (art. 67). Mas, não o fizeram, juntando apenas, a título de **jus in re,** uma certidão de pagamento tirada do processo de divisão da fazenda "Jatobá", julgada em 1902, quinhão atribuído a Antônio David. Ora, sempre foi pacífico em direito, quer depois, quer antes do Código Civil, que as ações de divisão não conferem direito a ninguém, são apenas declarativas de direitos já existentes, sendo a folha de pagamento sujeita à transcrição apenas para assegurar a continuidade do registro e a disponibilidade do imóvel. Mas, por isso mesmo que não atributiva de propriedade, deve mencionar o título do domínio singular de que se originou a comunhão, o que não se vê no documento de fls. Assim, em face a essa falha de titularidade do domínio, que não foi provada por qualquer título, mesmo não sujeito à transcrição, mister seria fazer-se a prova da

posse por um período de quarenta anos anteriores à vigência do Código Civil, segundo o direito existente, pois após o advento deste não mais era possível usucapir terras do domínio público.

Assim, não provada a dominialidade privada das terras usucapiendas, o que acarreta a presunção **juris et de jure** de serem elas do domínio público, e nestas condições, não provada a posse de quarenta anos, anterior à vigência do Código Civil, força é convir que falta à presente ação de usucapião uma das condições, a fundamental, que é a privatividade das terras usucapiendas, bem como a prova perfeita e acabada da **posse** dos autores e dos seus antecessores sobre o trato de terras pretendidas a usucapião, que deveria abranger um período de 40 anos, pelo menos, anterior a vigência do Código Civil. Sequer provaram a posse, em si mesma, caracterizada por atos exteriores e disposições que revelassem a aparência de propriedade, ou, na lição de Ihering, que denotasse estar o imóvel a serviço do interesse econômico dos autores, limitando-se as testemunhas, assim mesmo na justificação prévia, despida de contraditório, a repetir os termos da lei, quanto aos requisitos do usucapião, sem os identificar de fato, ou com fatos.

Faltam, pois, todos os requisitos da prescrição aquisitiva, pelo que, conhecendo do Duplo Grau de Jurisdição e do apelo do Estado de Goiás, a ambos dou provimento para, reformando a sentença apelada, julgar os autores carecedores da ação, condenando-os nas custas e nos honorários do advogado, que arbitro em 20% sobre o valor da causa. É o voto.

ACORDAM os Juízes componentes da Primeira turma julgadora da Primeira Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em prosseguimento de julgamento, prover a apelação interposta e, através do Duplo Grau de Jurisdição, reformar a sentença apelada para julgar os autores carecedores da ação, custas como de lei.

Tomaram parte no julgamento, emitindo votos, além do relator, que também o presidiu, os Desembargadores Sebastião de Souza e Messias de Souza Costa.

Goiânia, vinte e quatro (24) de agosto de mil novecentos e setenta e oito (1978). Firmo Ferreira Gomes de Castro — Presidente e relator com voto.

AÇÃO EX-EMPTO — SUA PRESCRIÇÃO — COMPRA E VENDA — CLÁUSULA DUVIDOSA — INTERPRETAÇÃO A FAVOR DO COMPRADOR

— Prescrição. Ação **ex-empto.** Tratando-se de ação **ex-empto,** decorrente do artigo 1.136, do Código Civil, a sua prescrição está regulada pelo artigo 177 e não pelo artigo 178 § 9o., inciso V, letra b, do mesmo Código.

2. Contrato. Cláusula duvidosa. Sua interpretação. Se existe qualquer cláusula duvidosa ou ponto obscuro sobre o objeto do contrato, deve este ser interpretado a favor do comprador e contra o vendedor, que é quem está em condições de conhecer melhor a coisa vendida.

3. Sentença além do pedido. Nulidade. A sentença que ultrapassa os limites do pedido não é nula; cabe ao Segundo Grau de Jurisdição moldar a condenação nos termos do pedido.

4. Pedido alternativo. O pedido alternativo assegura ao réu o direito de cumprir a obrigação de qualquer modo.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS
Apelação Cível n. 12.299 — Cristalina
Relator: Des. Fenelon Teodoro Reis

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de apelação cível n. 12.299, da comarca de Cristalina, figurando como primeiros apelantes A.U.C. e sua mulher, como segundos apelantes C.R.C. e sua mulher e como apelados os mesmos.

VOTO DO RELATOR:

Em primeiro plano, deve ser examinado o agravo, que ficou retido às fls. 109.

Os réus interpuzeram o presente recurso contra a decisão saneadora, na parte em que ela deferiu uma vistoria nos imóveis permutados.

Pretendem os autores, com a presente ação, exigir dos réus o complemento da área e, não sendo isso possível, a indenização correspondente à diferença encontrada.

Ora, para se saber da existência da mencionada diferença, o douto Juiz processante teria que se valer da perícia, como dela se valeu.

A meu ver, o ato do mm. Juiz de Direito, ao deferir a perícia, não causou qualquer gravame ao direito dos recorrentes, razão pela qual conheço do recurso mas o improvejo.

Os réus suscitaram na contestação, e reafirmam nas razões de recurso que o direito da ação dos autores está prescrito.

Esclarecem eles que os autores deixaram bem claro que a presente ação foi intentada em face do suposto dolo, simulação ou fraude dos réus contra os autores, daí o caso amoldar-se à hipótese do artigo 178, § 9., inciso V, letra b, do Código Civil, uma vez que a permuta concretizou-se há mais de quatro anos, contados do ajuizamento da inicial.

Para que se possa examinar a tese de prescrição, é necessário, primeiro, que se defina, no caso, se se trata de venda **ad corpus** ou **ad mensuram.**

Sabe-se dos autos que a origem da demanda está em que os autores deram em permuta uma fazenda com a área de 500 alqueires e receberam, em troca, dos réus, outra com 530 alqueires.

Concluída a permuta, constatou-se que o imóvel que os autores receberam dos réus não contém os 530 alqueires, mas, somente, 275,6 alqueires, havendo, portanto, uma quebra de quase 50%.

DE PLÁCIDO E SILVA conceituando venda **ad corpus,** precisa que é a venda que se faz, estabelecendo-se um preço único, da totalidade de uma coisa, mesmo que a mesma possa ser vendida tendo como base de preço o preço por unidade, em que se possa dividir e compreender: (Vocabulário Jurídico).

Com referência à venda **ad mensuram,** afirma o mencionado jurista pátrio: "Em oposição à venda **ad corpus,** a venda **ad mensuram** ocorre quando o preço da coisa, notadamente de um imóvel, é determinado por unidade **ad mensuram** e não por sua totalidade": (ob. cit.).

Como se falou, os autores deram em permuta um imóvel com 500 alqueires e receberam em troca um com 530. Procedida a medição deste, constatou-se uma diferença, para menor, de 275,6 alqueires; registrando-se uma diferença de quase 50%.

Não há negar que a permuta se fez **ad mensuram,** porque os autores entregaram uma fazenda com 500 alqueires para receber uma

com 530. Ainda mais, pagaram, pela diferença de alqueiragem, a soma de Cr$ 100.000,00.

Esta Câmara, mui recentemente, decidiu que o comprador só tem direito ao abatimento proporcional do preço ou da correspectiva indenização, quando, no entanto, se estipular o preço por medida de extensão ou se se determinar a respectiva área, esta não corresponder às dimensões dadas: (Ap. civ. n. 11.189, da comarca de Caçu, D.J.E. de 5.6.79, p. 2).

Induvidoso é que comportável é a ação **ex empto,** quando a coisa vendida é entregue com falta de quantidade, referindo-se à venda **ad mensuram.**

Tratando-se, como se trata, de ação **ex-empto,** decorrente do artigo 1.136, do Código Civil, a sua prescrição está regulada pelo artigo 177 e não pelo artigo 178, § 9o., inciso V, letra b, do mesmo Código, como querem os réus: (apelação cível n. 1.611, da comarca de Paraúna).

Ademais, se existe qualquer cláusula duvidosa ou ponto obscuro sobre o objeto do contrato, deve este ser interpretado a favor do comprador e contra o vendedor, que é quem está em condições de conhecer melhor a coisa vendida. Esse é o entendimento consagrado pelo Excelso Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do recurso extraordinário n. 10.879. (Arq. Jud., vol. 83, p. 290).

Da maneira como está posta a questão, desprezo a prejudicial de prescrição do direito de ação, porque, no caso, o lapso prescricional é de 20 e não de 4 anos, como sustentam os segundos apelantes.

Os segundos apelantes suscitaram uma preliminar, nas razões de recurso, sobre nulidade de citação, que deve ser agora examinada.

Falam os recorrentes que os denunciados M.M. e sua mulher, no final da contestação, denunciaram também à lide F.A. e sua mulher e o douto magistrado processante não tomou conhecimento de tal denunciação.

Constata-se dos autos que o mm. Juiz de Direito, ao exarar a decisão saneadora, excluiu da relação processual M.M. e sua mulher.

Pois bem, se o denunciante M.M. foi excluído da relação processual, sem que houvesse recurso contra essa parte da decisão saneadora, por isso, não há que se examinar, agora, o pedido de denunciação à lide de F.A. e sua mulher, uma vez que quem o denunciou (M.M.) foi afastado da relação processual, proclamando aquela decisão que a favor dos denunciados já operou-se a prescrição do direito de toda e qualquer ação.

Outra alternativa não há, senão desprezar essa preliminar.

Sustentam, ainda, os segundos recorrentes que os primeiros apelantes determinaram que se procedesse à medição da fazenda que receberam dos réus às escondidas.

Pode ter acontecido que os autores houvessem medido a fazenda sem conhecimento dos réus, antes de proposta a presente ação.

Todavia, não se deslembre de que na fase de instrução o questionado imóvel sofreu uma medição judicial, conforme se infere do mapa e das respostas dos quesitos formulados pelas partes e firmados pelo perito e pelos assistentes técnicos (fls. 124 e 125).

No que respeita ao pagamento dos Cr$ 100.000,00, efetuado pelos apelados aos recorrentes, correspondente à diferença de preços constatada na permuta dos imóveis, está comprovada não só por documentos passados pelo Banco do Estado de Goiás, que descontou cheques emitidos pelos apelados a favor do apelante varão, mas também pelo testemunho de F.A. e J.P.R.

Razão assiste aos segundos apelantes, no que se refere à sentença haver ultrapassado os limites do pedido.

Como se sabe, esse fato não traz qualquer nulidade. Cabe ao Tribunal ajustar a sentença aos termos do pedido.

O Excelso Supremo Tribunal Federal e este Egrégio Tribunal de Justiça já decidiram a respeito. Eis, pela ordem, os julgados:

> "Decisão extra-petita. Correção de julgado, eliminando-se a parte em que decidiu fora do tema da revista": (RE n. 81.558, Rev. Trim. de Jurisp., vol. 80, p. 589).
>
> "Sentença além do pedido. Nulidade. A sentença que ultrapassa os limites do pedido não é nula; cabe ao Segundo Grau de Jurisdição moldar a condenação dos termos do pedido": (Apelações cíveis ns. 8.143, da comarca desta Capital (D.J.E. de 2.5.55, p. 2) e 11.256, também desta Capital (D.J.E. de 18.12.78, p. 5).

Pois bem, agora vejamos o que pretendem os autores, na inicial da presente ação. Requerem:

a) a citação dos réus, para responderem a todos os termos desta ação, contestando-a, caso queiram, a fim de que, julgada procedente, sejam os réus condenados a complementarem a área vendida ou à indenização os alqueires inexistentes. Na primeira hipótese, pedem, ainda, os autores a condenação dos réus a outorgarem a escritura dos direitos hereditários referidos nos itens 3 e 8, **in fine**, desta petição no prazo que o mm. Juiz fixar na sentença;

b) não sendo isto possível, pedem os autores sejam rescindidos

o compromisso de compra e venda dos direitos hereditários e a escritura de permuta, restituídas as partes ao **status quo ante**, com indenização pelos réus de todas as benfeitorias já executadas pelos autores, na fazenda "Floresta", mediante avaliação judicial; restituição dos Cr$ 100.000,00 pagos pelo alegado mas inexistente número de alqueires a mais da Fazenda Floresta, além de perdas e danos;

c) em qualquer das hipóteses, pedem, ainda, a condenação dos réus nas custas, honorárias advocatícias de 20% sobre o quanto se apurar na execução da sentença, correção monetária, juros e mais pronunciações de direito.

Ao que parece, a sentença extrapolou os limites do pedido, apenas na parte relativa à condenação a A.C.A. e sua mulher.

Essa condenação não foi objeto de pedido, na peça inaugural, razão pela qual ela deve ser excluída do dispositivo da sentença.

De outro passo, deve ficar claro que a condenação, no caso, em correção monetária, não encontra guarida na lei.

Ademais, conforme se infere do pedido constante da inicial, o autor o faz alternativamente, ou seja, a condenação dos réus na complementação da área vendida ou indenizarem os alqueires inexistentes, pelo valor contemporâneo da execução da sentença e, não sendo isso possível, pedem a rescisão do compromisso de compra e venda dos direitos hereditários e a escritura de permuta, restituídas as partes ao estado anterior do negócio, etc.

Prescreve o artigo 288 e seu parágrafo único, do Código de Processo Civil, que "o pedido será alternativo, quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo. Quando, pela lei ou pelo contrato, a escolha couber ao devedor, o juiz lhe assegurará o direito de cumprir a prestação de um ou de outro modo, ainda que o autor não tenha formulado pedido alternativo".

Em escólios ao dispositivo legal retro citado, ensina JACY DE ASSIS que "o artigo declara que isto pode ser pedido quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumpri-la por mais de um modo. Em regra, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não foi estipulada": (Coment. ao Cód. de Proc. Civil, vol. 2, tomo II, p. 137).

Do mesmo passo preleciona SÉRGIO FADEL que o pedido alternativo assegura ao réu o direito de cumprir a obrigação por qualquer modo: (Cód. de Proc. Civil Coment., tomo II, p. 132).

Seguem essa mesma esteira de entendimentos o Excelso Supremo Tribunal e este Egrégio Tribunal de Justiça. Eis, pela ordem, os julgados:

"O Pedido será alternativo, quando é ao devedor que a lei dá a faculdade de optar por uma das formas de obrigação alternativa": (Cód. de Proc. Civil Anotado, de Alexandre de Paula, vol. II, p. 87, n. 7).

"Pedido alternativo. O pedido alternativo assegura ao réu o direito de cumprir a obrigação de qualquer modo": (ap. civ. n. 11.824, da comarca de Mara Rosa, D.J.E. de 10.10.79, p. 4).

De maneira como foram expostos os fatos, a ação deverá ser julgada procedente, mas em parte.

E para que não haja dúvida posterior, é bom que fique claro que, reconhecida a procedência parcial da demanda, ficam os réus condenados a completarem a área vendida ou a indenizarem os alqueires inexistentes, pelo valor contemporâneo da execução da sentença e, não sendo isto possível, pedem os autores sejam rescindidos o compromisso de compra e venda dos direitos hereditários e a escritura de permuta, restituídas as partes ao **statu quo ante**, com indenização pelos réus de todas as benfeitorias já executadas pelos autores na fazenda "Floresta", mediante avaliação judicial; restituição de Cr$ 100.000,00 pagos pelo alegado mas inexistente número de alqueires a mais da Fazenda Floresta, além de perdas e danos. Caso os réus venham a optar pela primeira hipótese, ficam eles condenados, ainda, a outorgarem a escritura dos direitos hereditários de M.J.L. e C.O.B., no prazo que for fixado na execução de sentença.

Ainda devem pagar os réus aos autores as custas do processo e honorários de advogado, fixados em 20% não sobre o quanto a se apurar na execução da sentença, mas sobre o valor dado à causa.

Ficam excluídos, pois, da condenação, a matéria relacionada com referência à indenização que não foi objeto do pedido, ou seja, a parte da sentença que extrapola os limites do pedido.

Como se viu, fiz uma inversão processual, apreciando, em primeiro plano, a segunda apelação, interposta pelos réus C.R.C. e sua mulher.

Agora, passo ao exame da primeira apelação, manifestada pelos autores, A.U.C. e outros.

Afirmam os primeiros apelantes que pediram, na inicial, a condenação dos réus em honorários advocatícios calculados em 20% sobre o quanto apurado na execução. Julgando procedente a ação, o mm. Juiz de Direito, todavia, condenou os réus a pagarem honorários de 20% sobre o valor da causa.

A meu ver, o douto magistrado processante, nessa parte, decidiu bem a questão, porque, tratando-se de uma condenação alternativa, po-

derão os réus optarem pelo desfazimento da permuta e, nessse caso, o valor da condenação ficará reduzido apenas às perdas e danos e a indenização às benfeitorias.

Resolveu bem a questão o mm. Juiz de Direito, tomando-se por base o valor dado à causa, para fixar os honorários de advogado.

Ante a tudo o que ficou exposto, conheço das apelações e do agravo retido. Nego provimento à primeira apelação e ao agravo e dou provimento parcial à segunda apelação para retificar a sua conclusão e considerar condenados os réus C.R.C. e sua mulher a completarem a área vendida ou a indenizarem aos autores A.U.C. e sua mulher os alqueires inexistentes, pelo valor contemporâneo da execução da sentença e, não sendo isto possível, fica rescindida a escritura de permuta, restituindo-se às partes o **statu quo ante**, com indenização, pelos réus, de todas as benfeitorias já executadas pelos autores, na fazenda Floresta, mediante avaliação judicial, além de perdas e danos, bem como a restituição dos Cr$ 100.000,00 pagos pelos autores aos réus, em face da permuta. Caso venham a optar os réus pela primeira hipótese, ficam eles condenados, ainda, a outorgarem a escritura dos direitos hereditários de M.J.L. e C.O.B., no prazo que for fixado na execução de sentença.

Ainda mantenho a sentença no que se refere à condenação dos réus no pagamento das custas do processo e dos honorários de advogado, fixados em 20% sobre o valor dado à causa.

É o meu voto.

Acordam os componentes da Segunda Turma Julgadora da Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade de votos, em conhecer das apelações e do agravo retido e negar provimento a este a à primeira apelação e dar provimento parcial à segunda, nos termos do voto do relator, proferido na assentada do julgamento. Custas de lei.

Votaram, além do relator, os eminentes Desembargadores Lafaiete Silveira e Geraldo Majella Franklin Ferreira que presidiu ao julgamento e completou a turma julgadora, face ao impedimento manifestado pelo douto Desembargador Homero Sabino de Freitas.

Fez sustentação oral o Douto S.O.C., ilustre advogado dos segundos apelantes.

Goiânia, 27 de maio de 1980. Geraldo Majella Franklin Ferreira — Presidente, Fenelon Teodoro Reis — Relator.

AÇÃO PENAL POR EXERCÍCIO ILEGAL DA ODONTOLOGIA: INICIATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – DESNECESSIDADE DE REPRESENTAÇÃO

> – Revogada que foi a Lei n. 1.314, de 17.1.51 pela de n. 5.081, de 24.8.66 – que condicionava a solicitação do Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina do Departamento Nacional de Saúde, ou, nos Estados, da autoridade sanitária competente, independe de representação a instauração de ação penal pelo delito de exercício ilegal da arte dentária (art. 282, do Código Penal).
> **Habeas corpus** denegado.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS
Habeas Corpus Originário n. 5.887 – Goiatuba
Relator: Des. Rivadávia Licínio de Miranda

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus** Originário n. 5.887, da comarca de Goiatuba, sendo impetrante O.F.S., por seu procurador, o Dr. O.H.F.S.:

Alega o impetrante e paciente que está sendo submetido a processo criminal, como incurso no art. 282 do Código Penal, pelo exercício ilegal da arte dentária, entretanto, nulo se apresente o referido processo por haver se originado de ofício dirigido à autoridade policial pelo Conselho Regional de Odontologia, a quem falta a capacidade processual para a iniciativa da ação penal, vez que "constitui-se o dispositivo do art. 282 em preceito legal supervisionado pelo Estado, na proteção da saúde pública, sendo, portanto, este mesmo Estado o único agente em sua repressão. O Código Nacional de Saúde estabelece caber à autoridade sanitária fiscalizar o exercício das profissões de médico, farmacêutico, dentista, protético, fazendo a repressão ativa e permanente ao charlatanismo e curandeirismo".

Sendo a OSEGO o órgão governamental destinado à proteção, defesa e controle dos casos que exijam amparo à saúde pública, o certo seria a ela ser dirigido o referido ofício tomado como notícia crime e não à autoridade policial do Município de Goiatuba, que instaurou

inquérito policial contra o paciente, tornando-o vítima de coação ilegal sanável pelo **habeas corpus.**

A inicial está instruída com fotocópias de vários documentos, entre os quais do despacho de recebimento da denúncia, mandado de citação, interrogatório e defesa prévia.

As informações do Dr. Juiz de Direito dizem que o paciente foi denunciado pelo Ministério Público como incurso nas sanções do art. 282 do Código Penal, com base em inquérito policial instaurado mediante **notitia criminis** que lhe foi levada pelo Conselho Regional de Odontologia.

A d. Procuradoria Geral de Justiça, em parecer do ilustre Dr. Adolfo Graciano da Silva Neto, opinou pela denegação da ordem impetrada.

Baseando-se em inquérito policial instaurado mediante representação do Conselho Regional de Odontologia de Goiás, o Dr. Promotor de Justiça da comarca de Goiatuba ofereceu denúncia contra O.F.S., imputando-lhe o delito de exercício ilegal da arte dentária, previsto pelo art. 282 do Código Penal.

Entende, porém, o impetrante que o processo é nulo por ter sido iniciado por representação do Conselho Regional de Odontologia, quando pertence a OSEGO, como órgão governamental destinado à proteção, defesa e controle da saúde pública do Estado, "fiscalizar o exercício das profissões do médico, farmacêutico, dentista, protético, fazendo a repressão ativa e permanente ao charlatanismo e curandeirismo", segundo estabelece o Código Nacional de Saúde.

A Lei n. 1.314, de 17.1.51, que regulamentou "o exercício profissional dos cirurgiões dentistas", dispôs em seu art. 13:

> "Os processos criminais de que trata esta lei, cabem por denúncia, ao Ministério Público mediante solicitação do Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina do Departamento de Saúde, e, nos Estados, da autoridade sanitária competente".

Essa lei, entretanto, foi revogada integralmente pela Lei n. 5.081, de 24.8.66, que regulou o exercício de odontologia, dispondo no seu art. 13:

> "Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto-Lei n. 7.718, de 9 de julho de 1945, a Lei n. 1.314, de 17 de janeiro de 1951, e demais disposições em contrário".

A iniciativa do Ministério Público, para a ação deixou, portanto, de ser condicionada à representação.

Caso idêntico foi decidido por este Tribunal, no julgamento da Apelação Criminal Voluntária n. 5.529, da comarca de Itumbiara, conforme acórdão de 11.4.72, sendo relator o Exmo. Sr. Des. Arinan de Loyola Fleury, assim ementado:

> "Independem de representação os procedimentos penais relativos aos delitos de exercício ilegal da arte dentária, de vez que revogada foi, por inteiro e expressamente, pela Lei n. 5.081, de 24.8.66, a Lei n. 1.314, de 17.1.51, que condicionava, em tais crimes, a iniciativa do Ministério Público à solicitação do Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina do Departamento Nacional de Saúde, ou, nos Estados, da autoridade competente".

No mesmo sentido foi o acórdão de 15.9.75, proferido no Recurso Criminal Voluntário n. 2.389, da comarca de Goiânia, com a seguinte ementa:

> "Exercício ilegal da arte dentária — Legitimidade do Ministério Público para a iniciativa da ação penal, independentemente de solicitação da autoridade sanitária (art. 13 da Lei n. 5.081, de 24.8.66).

Não mais se justifica, portanto, a exigência de qualquer representação para que o Ministério Público proceda contra os que, ilegalmente, estejam no exercício da arte dentária.

Ante o exposto, acordam, em Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, por votação unânime, acolhendo o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, conhecer do pedido e denegar a ordem impetrada. Custas pelo impetrante.

Participaram do julgamento, além do relator, os desembargadores Fausto Xavier de Rezende, que o presidiu, Joaquim Henrique de Sá e Juarez Távora de Azeredo Coutinho, presente o Exmo. Sr. Dr. Joel de Sant'Anna Braga, Procurador de Justiça.

Goiânia, 6 de maio de 1980. Fausto Xavier de Rezende — Presidente, Rivadávia Licínio de Miranda — Relator, Joel de Sant'Anna Braga — Procurador de Justiça.

CÉDULA RURAL — DIFERENÇA ENTRE O SEU VALOR NOMINAL E O REAL CREDITADO NÃO DESFAZ A LIQUIDEZ DO TÍTULO — CUMULABILIDADE ENTRE A MULTA CONTRATUAL E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

— Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária. Natureza do Título. Multa e honorários. Cumulação. A Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária é, por sua própria natureza, um título líquido, certo e exigível, embora possa haver divergências entre o valor nela constante com as parcelas creditadas ou debitadas, o que se resolve por simples operações aritméticas. As parcelas não levantadas, ou os pagamentos parciais, deverão ser considerados, para tornar-se exigível apenas o saldo.

Os honorários advocatícios são perfeitamente cumuláveis com a multa.

Apelo provido em parte.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS

Apelação Cível n. 12.579 — Goiânia

Relator: Des. Messias de Souza Costa.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os componentes da Terceira Turma Julgadora, da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, na conformidade com a ata de julgamento, por unanimidade, conhecer do apelo referente aos autos n. 186/76 269/76 e dar-lhe parcial provimento, para o fim de fixar os honorários advocatícios em 15% sobre o valor do principal e acessórios, mantendo, quanto ao mais, a sentença apelada, nos termos do voto do relator.

Custas, de lei.

RELATÓRIO

O apelado ajuizou ação de execução forçada em desfavor dos apelantes, pleiteando o recebimento de valor principal de Cr$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros), representado por cédula rural pignoratícia e hipotecária, visando ao financiamento de Capital de Trabalho, vencível em 31 de julho de 1975 e prorrogado para 30 de

novembro do mesmo ano. Distribuída à 4a. Vara Cível, foi autuada sob o n. 186/76, em 24 de março de 1976. Os embargos se fizeram presentes, recebendo o n. 269/76, com autuação datada de 3 de maio de 1976.

Posteriormente, o apelado promoveu idêntica ação, em desfavor dos mesmos apelantes, dessa vez procurando receber o crédito de Cr$ 1.502.306.89 (hum milhão, quinhentos e dois mil, trezentos e seis cruzeiros e oitenta e nove centavos) de principal e acessórios até a data de 30 de junho de 1976, tendo como base uma cédula rural pignoratícia e hipotecária, com vencimento marcado para 31 de julho de 1986 e do valor principal de Cr$1.292.986,00 (hum milhão, duzentos e noventa e dois mil, novecentos e oitenta e seis cruzeiros). Distribuída à 3a. Vara Cível, foi após, encaminhada à 4a. tendo sido autuada sob o n. 303/78, em 15 de maio de 1978. De igual modo, vieram os embargos para a 3a. Vara e foram encaminhados à 4a., e autuados sob o n. 304/78, em 15 de maio de 1978.

Eis a posição das ações, reunidas para um só julgamento, pelo juízo da 4a. Vara Cível:

Autos de execução n. 186/76 — Valor da causa: Cr$500.000,00 — Correspondem aos Embargos n. 269/76.

Autos de execução n. 303/78 — Valor da Causa: Cr$1.600.000,00 — Correspondem aos de Embargos n. 304/78.

O magistrado, depois da instrução do processo, proferiu sentença às fls. 124-9, nos autos de embargos n. 269/76, fazendo-o nestes termos: "À vista do exposto, e do mais que dos autos consta, julgo improcedentes ambos os embargos, e, em consequência, procedente a execução, condenando os embargantes ao pagamento da quantia de Cr$ 907.149,20, com relação à cédula rural, no valor nominal de Cr$ 1.292.986,00, mais os juros pactuados de 7,25%, contados a partir de 1o. de julho de 1975, além do reajustamento monetário desde o início do financiamento, mais os juros de mora de 1% a partir de 1o. de julho de 1976, mais a multa legal do art. 71 do Decreto-lei n. 167, de 1967, custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 15% (quinze por cento) sobre o principal em acessórios. Condeno-os, ainda, ao pagamento de Cr$450.000,00, referentes ao **capital de giro**, com todas as cominações legais e requeridas na inicial". (f. 129).

Não se conformando, apelaram os vencidos, propugnando pela reforma da sentença, enquanto que o vencedor pede a sua manutenção.

É o relatório.

VOTO

Após as contra-razões, o ilustre juiz determinou a subida dos autos a este Tribunal, antes mesmo do preparo. Contudo, a conta de custas foi efetivada, não se sabendo a data da intimação para o preparo e nem quando este foi atendido. Vê-se a conta datada de 29 de abril de 1980 (f. 167) e o talão da Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás, de 2 de maio do mesmo ano (f. 168). Presume-se tenha sido feito o preparo, tempestivamente. Todavia, o ilustre magistrado não apreciou sob esse aspecto. Demais disso, o preparo foi feito em desacordo com a lei. As custas devidas pelos atos da Secretaria do Tribunal de Justiça devem ser recolhidas de conformidade com o disposto no ítem I do Provimento n. 3/79, da Corregedoria Geral da Justiça, ou seja, mediante guia adequada. É que essas custas estão previstas na Tabela XIII n. 48, I e III, anexa ao Decreto n. 107, de 29 de abril de 1971 — Regimento de Custas. Da maneira como foram recolhidas, em selos adesivos da "Taxa de Serviços Estaduais" (f. 167), aplicou-se um outro fato gerador, i. é, aquele previsto no art. 172 da Lei n. 7.730, de 30 de outubro de 1973 — Código Tributário do Estado.

Deve o ilustre magistrado determinar, quando da volta dos autos à sua direção, seja feito o recolhimento nos termos da legislação aplicável à espécie.

Há uma preliminar a ser apreciada, porquanto indicada nas razões do apelo (f. 140). Argúem os apelantes a nulidade da sentença, por falta de intimação para a audiência de instrução e julgamento do dia 19 de dezembro de 1978, designada pelo despacho do dia 26 de setembro de 1978 (f.95).

Duas são as ações e dois os embargos. A execução n. 186/76 corresponde aos embargos 269/76, tendo como advogado dos embargantes, no princípio, o Dr. A.E.S.R. e, posteriormente, o Dr. J.E.M. (fls. 13 e 111).

Na execução 303/78, correspondente aos embargos 304/78, os advogados dos embargantes são os Drs. E.T.P. e C.M.C.P. (f. 12 dos autos 304/78).

A preliminar arguida o foi através do Dr. E.T.P., advogado dos apelantes, nos autos 304/78, nada tendo a ver, portanto, com o despacho de f. 95 dos autos 269/76, embora tenha sido a audiência marcada para a mesma data, ou seja, 19 de dezembro de 1978.

Nos autos 304/78, pode-se ler a seguinte certidão: "Certifico e dou fé de haver intimado o Dr. E.T.P. do despacho supra. Goiânia, 7 de 11 de 1978 (rubrica ilegível) ESCRIVÃO". (sic, f. 77-v). O despacho

"supra" a que se refere a certidão tem o seguinte teor: "Nada para sanear. Marco a audiência de instrução e julgamento para o dia 19 de dezembro, às 13 horas. Sejam tomadas as providências requeridas pelo procurador do embargado, a fls. 97 e 98 dos outros embargos apensos. 25-out-78 (as.) Alfredo Abinagem" (f. 77-v). Ademais, este despacho foi extratado e publicado no Diário da Justiça de 16 de novembro de 1978 (f. 78, também dos autos 304/78).

Não posso compreender que houve cerceamento de defesa, eis porque os embargantes foram regularmente intimados e, se não compareceram, por intermédio de seus procuradores, dos autos n. 304/78, essas ausências não têm forças suficientes para impedir o andamento normal dos autos, face à prévia e regular intimação.

Por esses motivos, desprezo a preliminar.

Conforme se vê da sentença, em sua conclusão, o magistrado, reunindo os processos, proferiu um só julgamento, julgando improcedentes ambos os embargos e, de consequência, procedentes as execuções, condenando os embargantes ao pagamento de Cr$907.149,20, mais os juros de 7,25%, a partir de 1o. de julho de 1975, além do reajustamento monetário desde o início do financiamento, mais os juros de mora de 1% a partir de julho de 1976 e, ainda, a multa legal, custas e honorários advocatícios de 15% sobre o principal e acessórios, isso relativamente aos autos 303/78 e 304/78.

Além disso, condenou também os apelantes ao pagamento de Cr$450.000,00, referentes ao capital de giro, "...com todas as cominações legais e requeridas na inicial". (f. 129). Essa última condenação refere-se aos autos 186/76 e 269/76. Reportando-se aos autos 186/76, transposto para aqui o pedido formulado, a saber: **"ISTO POSTO,** nos termos da lei, o suplicante requer a Vossa Excelência a citação dos suplicados, já qualificados no preâmbulo desta, para que paguem, no prazo de 24,00 horas, a quantia de Cr$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros), acrescida dos juros e comissão de fiscalização no cômputo total de 15% (quinze por cento) ao ano, contados a partir do dia 1o. de julho de 1975, até a real efetivação do recebimento do crédito e seus acessórios, mais os juros de mora, estes à base de 1% (hum por cento) ao ano, contados sobre o montante do débito e seus acessórios, a partir do dia 1o. de dezembro de 1975, até a liquidação da Cédula, mais a multa de 10% (dez por cento) sobre o montante do débito e seus acessórios, conforme preceito do artigo 71 do Decreto-lei n. 167, de 1.967, custas processuais, taxa judiciária, despesas com fotocópias, conforme recibos inclusos, honorários de advogado, estes

à razão de 20% sobre o principal e acessórios, e demais cominações de estilo,... (f. 5 dos autos 186/76).

Referentemente à primeira condenação, é de se considerar a Cédula Rural Pignoratícia, do valor principal de Cr$ 1.292.986,00, com vencimento final marcado para 31 de julho de 1986 (f. 9 dos autos 303/78).

Esse valor não chegou a ser atingido, porquanto foram liberadas seis parcelas, no total de Cr$907.149,20, no período compreendido entre 26 de setembro de 1974 a 1o. de dezembro de 1975 (fs. 11 e 11-v dos autos 303/78). E não o foi, segundo consta, por falta de pagamento dos juros debitados e do capital de giro, este vencido a 30 de novembro de 1975, por prorrogação (fs. 9 e 12 dos autos 186/76).

Ao firmar o título, os apelantes contrataram que "os juros são devidos à taxa de 7,25% (sete vírgula vinte e cinco por cento) ao ano, eleváveis de 1% (um por cento) ao ano em caso de mora, incidentes sobre os saldos devedores corrigidos, na forma da cláusula 'Reajustamento Monetário' adiante descrita, debitados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no vencimento e na liquidação desta Cédula, capitalizáveis na conta vinculada' e exigíveis somente em 31 de julho de cada ano, no vencimento e na liquidação desta Cédula". E ainda, "Para conservar o valor do empréstimo, o saldo devedor será corrigido, inclusive no período de carência, nas datas em que ocorrer variação cambial do dólar norte-americano, em relação ao cruzeiro, na proporção das alterações da taxa de venda fixada pelo Banco Central do Brasil". (fs. 9 a 10-v dos autos 303/78).

Também o título de f. 9 dos autos 186/76, do valor principal de Cr$ 450.000,00, vencível a 31 de julho de 1975 e prorrogado para 30 de novembro do mesmo ano (f. 12), tem, dentre outros, os seguintes dizeres: "Os juros são devidos à taxa de 12% (doze por cento) ao ano, pagáveis em 31 de dezembro de 1974, 30 de junho de 1975, no vencimento e liquidação desta Cédula, eleváveis de 1% (hum por cento) ao ano, em caso de mora, sendo de 3% (três por cento) ao ano a comissão de fiscalização exigível nas mesmas épocas que os juros". (f. 9 dos autos 186/76).

Sobre a autonomia e exibilidade dos títulos, devo ressaltar que "A cédula de crédito rural é título civil, líquido e certo, exigível pela soma dela constante ou do endosso, além dos juros, da comissão de fiscalização, se houver, e demais despesas que o credor fizer para a segurança, regularidade e realização de seu direito creditório". (art. 10, **caput**, do DL 167/67).

Nada mais preciso acrescentar diante do dispositivo claro e ex-

presso da legislação específica sobre títulos de crédito rural. São eles autônomos e perfeitamente exigíveis, existindo, inclusive, certa flexibilidade, sem desnaturá-los de sua qualidade. É que, mesmo que haja divergência no valor principal com as parcelas creditadas ou debitadas, não perdem eles a qualidade que possuem de liquidez, certeza e exigibilidade. Também não importa o tipo de financiamento, pois, qualquer que seja este, termina na expedição de um título de crédito rural.

Ao suspender a entrega das parcelas restantes, o apelado não inadimpliu, porquanto poderia assim fazê-lo, face ao não pagamento dos juros vencidos nas épocas próprias e até mesmo da própria cédula não paga no vencimento.

Sobre a cumulação da multa com os honorários advocatícios, dispenso-me de quaisquer outras considerações, frente a doutrina e jurisprudência dominantes. A propósito, esclarece o eminente Min. SOARES MUÑOZ: "A multa instituída no art. 71 do DL 167/67, incide 'em caso de cobrança em processo contencioso ou não, judicial ou administrativo' e, por via de consequência, não se destina a cobrir as cominações da sucumbência, especificadamente inerentes ao processo judicial contencioso". (RE 82.996-GO, ac. de 27.3.79, in Jurisível do STF n. 77/110).

Também o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, em acórdão ementado pelo ilustre Des. MAURO CAMPOS, já decidiu: "Cédula rural. Honorários advocatícios. São eles devidos juntamente com a multa prevista no artigo 71 do DL n. 167, de 14.2.1967". (Ac. de 1.12.77 in DJ de 15.12.77).

Relativamente aos juros, podem eles, no caso, ser pactuados, independentemente da limitação prevista, por se tratar de instituição financeira.

No mais, apesar do esforço, não conseguiram os apelantes a comprovação de suas alegações, mesmo porque os fatos estão nos autos através das provas documentais.

Em uma parte merece reparo a sentença. Refiro-me à fixação da verba advocatícia. É que o ilustre julgador, ao se referir aos autos 303/78 e 304/78, fixou-a em 15% sobre o principal e acessórios, enquanto que, para os autos 186/76 e 269/76, o fez"... com todas as cominações legais e requeridas na inicial." (f. 129). Ora, o exequente, em seu pedido inicial, pleiteia a fixação dos honorários advocatícios em 20% (f. 5 dos autos 186/76), havendo, portanto, uma divergência no mesmo processo.

Desse modo, conheço do apelo referente aos autos 186/76 e 269/76 e dou-lhe, em parte, provimento, para o fim de fixar os honorários advocatícios à base de 15% sobre o valor do principal e acessórios, mantendo, quando ao mais, a sentença apelada.

Custas, de lei.

Participaram do julgamento, além do presidente e relator, os Desembargadores Ulderico Geraldo Rodrigues e Sebastião de Souza, este completando a turma julgadora, em virtude de licença para tratamento de saúde concedida ao Desembargador Firmo Ferreira Gomes de Castro.

Goiânia, 4 de agosto de 1980. Messias de Souza Costa — Presidente e Relator.

DISCRIMINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS: – INDEPENDÊNCIA ENTRE O PROCESSO JUDICIAL E O ADMINISTRATIVO – OPÇÃO DO AUTOR – INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA AÇÃO DISCRIMINATÓRIA – ÔNUS DO SUCUMBIMENTO*

– Ação Discriminatória. Procedimento. Processos administrativo e judicial. Ministério Público. Sucumbência. A ação discriminatória, regulada por lei especial, é o instrumento adequado para apartar as terras devolutas daquelas do domínio particular. Pela nova legislação – art. 20 da Lei n. 6.383, de 7.12.76 –, o procedimento apropriado é o sumaríssimo. O processo judicial pode ser acionado independentemente do administrativo, cabendo a escolha ao autor. Necessária se faz a intervenção do órgão do Ministério Público, face ao interesse público existente e o cancelamento de registros públicos. Havendo sucumbência, ainda que de parte a parte, aplica-se o princípio, nas devidas proporções.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS
Apelação Cível em Procedimento Sumaríssimo n. 12.295 – Dianópolis
Relator: Des. Messias de Souza Costa

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, de Apelação Cível em Procedimento Sumaríssimo n. 12.295 da Comarca de Dianópolis, em que são partes Ferlex-Engenharia, Indústria e Comércio Ltda., Agenor José de Santana e outros, Hélcio Antônio Duarte, Antônio Luiz Meirelles Teixeira e outros, Banco da Amazônia S/A – BASA, Hagahús Araújo e Silva e S/M e o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás – IDAGO.

VOTO

1o. VOLUME

O apelado propôs, através de petição datada de 30 de setembro de 1974, protocolada e despachada a 3 de outubro do mesmo ano, ação

*O presente acordão confirma sentença do Juiz de Direito da Comarca de Dianópolis, Dr. Raul Fernandes de Oliveira, publicada no vol. XIV desta Revista de Direito, ps. 424/57.

discriminatória das terras compreendidas pela totalidade do município de Almas e, parcialmente, dos municípios de Dianópolis e Pindorama, no Estado de Goiás, fazendo-o com sustentáculo na Lei n. 3.081, de 22 de dezembro de 1956.

Dois imóveis foram mencionados na inicial, ou seja, o "Santana" e o "Serra Negra", fazendo-se a descrição da cadeia dominial.

A área das terras discriminandas compreende 140.135 alqueires.

Depois de apresentar os fatos, termina o apelado requerendo: "Com fundamento no que dispõe o art. 355 do C.P.C., o autor requer seja ordenada a exibição, pelos particulares que se dizem proprietários de parte das terras, dos originais dos documentos em cartório, filiando, em qualquer hipótese, os títulos, de molde a provar o pretendido domínio e seu desmembramento do patrimônio público. Considerando que as arguições de falsidade só poderiam ficar cabalmente confirmadas pelo exame desses documentos, requer, ainda, caso não se efetivem as exibições, sejam tidas como provadas essas alegações, que são verossímeis e coerentes com as mais provas do processo (art. 359 do C.P.C.). 14. Requer, mais, seja expedido edital, com o prazo de 30 dias, a ser publicado no Diário da Justiça do Estado, convocando todos os interessados e seus cônjuges, se casados, para que venham exibir seus títulos e deduzir seus direitos e pretensões nos trinta dias seguintes à publicação; a citação valerá para todos os atos e termos da ação, especialmente da segunda fase, até final demarcação das terras discriminandas e para as questões incidentes (Lei 3.081, de 22.12.56, arts. 40 e 5o.), ficando os interessados cientes de que "durante o processo discriminatório e seus recursos, não poderão ser alteradas as áreas e divisas encontradas ao tempo da propositura, ficando proibidas as derrubadas de mato sem consentimento expresso da autoridade competente, depois de ouvido o representante da autora, ambos responsáveis". (Lei citada, art. 8o.). Requer, ainda, a citação dos interessados conhecidos e relacionados em separado, bem como dos posseiros ocupantes do imóvel, através de mandados e cartas precatórias, na forma da lei processual. Concluídas as citações, pede-se sejam elas inscritas no Registro de Imóveis da Comarca, para os fins do art. 178, "a", VII, do Dec. n. 4.857, de 9.11.1939. Requer, mais, seja a ação, a final, julgada procedente, para ser considerado deslindado o domínio particular que for aceito pelo IDAGO (1a. fase); serem declarados nulos os títulos dominiais e transcrições não exibidos ou assim julgados pela sentença da 2a. fase (Lei 3.081, art. 6o.); e determinada a demarcação de todas as áreas deslindadas, com posterior homologação (art. 7o.), para os efeitos do art. 10 do mesmo diploma. Pede-se, ainda, na forma do art. 20 do

C.P.C., a condenação dos vencidos nas despesas judiciais e honorários de advogado, que reverterão ao Estado. Desde já ficam requeridas todas as provas permitidas em direito, especialmente exames e vistorias. Dá-se à causa o valor de Cr$ 300.000,00 e pede deferimento". (f. 11-3).

O apelado apresentou, em apartado, as relações dos citandos, tanto por mandados, como por precatórias e editais, abrangendo o município de Almas e as comarcas de Natividade, Dianópolis, Belém (PA), Morrinhos, Ituverava (SP), São Paulo (SP), Goiatuba, Igarapava (SO), Porto Nacional, Goianésia, Silvânia, Brasília (DF), Goiânia, São José do Rio Preto (SP), Peixe, Jaboticabal (SP), Patos de Minas (MG), Ceres Formosa, Goianápolis, Barreira (BA), Santana do Livramento (RS), Mirassol (SP) e Rio de Janeiro (SJ).

A inicial se fez acompanhar de 16 documentos, tendo o magistrado deferido as citações da maneira solicitada.

O espólio de Soasivo Vieira da Silva, por sua inventariante D. Elvira Bianchi Vieira, bem como os sucessores de Corálio Meireles, por seu filho Leônidas Osório Meireles, tendo em vista a citação edital, deduziram resposta a título de contestação (f. 257).

Osvaldo Lima e Sileide Aparecida Drovetto Lima se fizeram presentes aos autos, apresentando documentos (f. 276).

João Batista Lopes e s/esposa Maria Viziaki Lopes contestaram (f. 283).

Maria Meirelles Duarte e s/marido Hugo Costa Duarte, Maria Meirelles de Garcia da Rosa e s/marido Manoel Francisco Silveira Pacheco juntaram documentos, pedindo fossem excluídos da ação (f. 288).

Sebastião Marques dos Santos, juntando documentos, pediu exclusão das terras (f. 303).

Olímpio Nunes Vaz Martins pediu a juntada de escritura, para o fim de assegurar o direito de aquisição das terras (f. 327).

Timm Niele Hrdina juntou documentos e pediu a exclusão das terras (f. 343).

Sonja Gisela Hrdina, após juntar documentos, solicitou exclusão das terras (f. 361).

Otacílio Aires Conceição e s/mulher pediram desentranhamento de documentos, no que foram atendidos (f. 385).

A Fundação de Assistência aos Garampeiros, pelo seu administrador do acervo da extinta fundação, comunicando que não tem competência para receber citação e apresentando defesa (f. 356).

2o. VOLUME

Neste volume encontram-se contestações, juntada de documentos e precatórias e pedidos de exclusão de terras.

Juntou-se carta precatória de citação direta à Fundação de Assistência aos Garimpeiros (f. 499-v. Neste volume, existem duas fs. 499, com a rubrica do Tribunal. Quero me referir à primeira delas, justamente aquela que de 499 passa para 450).

Ofícios do Presidente do IDAGO dirigidos aos Juízes de Direito de Ituverava (SP) e Patos de Minas (MG), solicitando a devolução de precatórias (fs. 469 e 639).

Petição do IDAGO para excluir da área discriminanda o imóvel "Fazenda Santa Helena", pertencente à "Fundação de Associação dos Garimpeiros" (sic, f. 535).

3o. ao 9o. VOLUMES

Nestes, verifica-se a existência de contestações, juntada de documentos e precatórias, pedidos de exclusões, habilitações e ofícios do Presidente do IDAGO solicitando devolução de precatórias.

10o. VOLUME

Constam pedidos de exclusão de imóveis da área discriminanda e contestações. Dentre esses, o do próprio IDAGO, ora apelado, referente às áreas indicadas nos imóveis denominados "Luzia", "Santa Helena", "Prata", "Cajaseiras", "Riachão", "Santa Cruz e Salobro", "São Gonçalo", "Vargem Grande", "Mateus Lopes" e "Bela Vista" (f. 3.380). O magistrado, apreciando o pedido, decidiu: "Isto posto, declaro excluídos do processo discriminatório das terras que constituem o município de Almas e parte dos municípios de Pindorama e Dianópolis, os imóveis abaixo relacionados, com as divisas constantes da petição do autor: 1 — "LUZIA", levado ao registro Torrens pela matrícula n. 1, do livro matriz, fls. 01 à 03, em 22.12.1962, no Cartório do 1o. Ofício de Dianópolis, com a área de 7.943.85.87 hectares, tendo como interessados os sucessores de Soasivo Vieira e de Corálio Meireles. 2 — "SANTA HELENA", objeto da transcrição n. 277, fls. 151, livro 3, do CRI de Almas, com a área de 2.500 metros quadrados em que figura como interessada a Fundação de Assistência aos Garimpeiros ou seus sucessores. 3 — "PRATA", objeto da ação de usucapião, cuja sentença foi transcrita sob n. 157, fls. 91/3, livro e, em 6.3.1965, no CRI de Almas,

com a área de 450 alqueires, em que figuram como interessados Afonso Rodrigues de Araújo, Joaquim Nepomuceno Lopes, Odorico Rodrigues de Santana, Cândido Nepomuceno Lopes, Manuel Nepomuceno Lopes e suas mulheres ou sucessores. 4 — "CAJASEIRAS", objeto de inventário iniciado em 1856, julgado em 1857 e levado ao registro paroquial em 9.3.1857, com a área de 4 x 2,1/2 léguas, tendo como interessados os sucessores de Hilária Francisca Bezerra, Leocádia Pinto de Cerqueira e Antônio Bezerra Brasil. 5 — "RIACHÃO", objeto de escritura de 6.4.1857, registrada em 9.5.1878 e levado ao paroquial em 26.11. 1857, com a área de 3 léguas. São interessados no imóvel os sucessores de Francisco Manuel de Nazareht. 6 — "SANTA CRUZ E SALOBRO", objeto de escritura de 31.5.1831, registrada em 3.1.1857 e levada ao registro do vigário em 20.8.1859, com a área de 6 x 2 léguas. Interessados: os sucessores de Antônio Correia Filgueira Pinto. 7 — "SÃO GONÇALO", inventariado em 1857 e levado ao paroquial em São Miguel e Almas e na Vila de Chapada sob ns. 40 e 33, em 20.8.1858, com a área de 4 x 2 léguas, tendo como interessados os sucessores de Ana da Cruz Montes e Maria Romana. 8 — "VARGEM GRANDE" e "MATEUS LOPES", objeto dos paroquiais 04 e 03, de São Miguel de Almas, levados a efeito em 14.2.1857 e 14.1.1857, com 1x1,2 légua, tendo como interessados os sucessores de Cipriano Rodrigues Neto. Defiro, nesta oportunidade, o pedido de exclusão de João Batista Lopes e de sua mulher Maria Viziaki Lopes, como partes, de vez que já alienaram o imóvel em que eram interessados. Determino, ainda, aqui, a abertura do termo de contrariedade (resposta), consignada no parágrafo único do artigo 5o. da Lei n. 3.081, de 26.12.1956, e ordeno ao Sr. Escrivão que proceda à intimação de todos os interessados e partes presentes no processo, via de seus advogados. Em vista do impedimento do digno Dr. Promotor de Justiça desta Comarca, que é parte interessada no feito como proprietário de terras na área em discriminação, nomeio o Sr. Osvaldo Costa Póvoa, digo, Osvaldo Rodrigues Póvoa para, prestado o competente compromisso, funcionar no feito como Promotor de Justiça **ad hoc**, e nomeio curador especial aos citados editalmente o Sr. Francisco da Costa Ribeiro, que também será compromissado e deverá ser intimado para fazer a defesa dos direitos e interesses de seus curatelados. Sem verba advocatícia por não ter ocorrido sucumbência. P.R.I. Dianópolis, 16.8.1976. (Raul Fernandes de Oliveira) Juiz de Direito". (sic, f. 3.392-3).

O Promotor de Justiça **ad hoc** e o Curador pronunciaram-se nos autos (fs. 3.397 e v.). Cloves Ferreira de Morais pediu e obteve a devolução de documentos juntados erradamente nos autos (f. 3.434).

11o. VOLUME

Outras contestações e pedidos de exclusão se fizeram presentes. O IDAGO, após exposição de motivos, suplicou: "Face ao exposto, o autor requer se digne V. Exa., chamar o processo à ordem, adaptando-o às normas da Lei n. 6.383, de 7.12.76, para que, a partir de agora, seja adotado o rito sumaríssimo previsto nos arts. 276 e seguintes do C.P.C., e designada, de logo, data para realização da audiência de instrução e julgamento, intimadas — via de publicação nos 'Diários da Justiça' da União e do Estado, por duas vezes — as partes interessadas, assim como os advogados das partes representadas, o digno curador especial já designado por V. Exa., e o nobre representante do Ministério Público, pela forma processual própria." (f. 3.470). Ante o pedido formulado, decidiu o juiz: "A Lei n. 6.383, de 7.12.76, publicada no 'Diário Oficial' da União, n. 233, de 9 do mesmo mês e ano, revogou a Lei n. 3.081, de 22.12.56, que dispunha sobre a discriminação de terras devolutas da União, Estados e Municípios, modificando integralmente o processo discriminatório de referidas terras, ordenando que nela seja observado o rito sumaríssimo de que trata o Código de Processo Civil. Ante tais transformações, e levando em conta que a lei nova veio encontrar todos os interessados já citados regularmente, de conformidade com o ordenamento da lei caduca, determino a expedição de edital de intimação, a ser publicado, por duas (2) vezes, nos órgãos oficiais da União e do Estado de Goiás (Diário da Justiça), com intervalo de dez (10) dias e afixado no lugar de costume, de todos os interessados, inclusive confrontantes, de que a audiência de instrução e julgamento do feito será realizada no dia 28 de junho de 1977, às 13 horas, na sala de audiências do Forum de Dianópolis. Dê-se vista dos documentos de fls. 3.492 e seguintes ao advogado Dr. Mário Augusto Callaço Veras. Determino ao Sr. Escrivão que proceda às intimações dos advogados representantes de partes, do Dr. Promotor Público da Comarca, e do Curador especial". (fs. 3.474-5). Exemplares dos Diários da Justiça do Estado e da União foram juntados (fs. 3.503-52). Novamente o IDAGO volta a requerer, agora pedindo ". . . a realização de vistoria apenas nos imóveis em que os interessados pretenderem na audiência de instrução e julgamento provar a alegação de posse, com os requisitos exigidos para gerar usucapião, através de testemunhas, complementando-se a perícia, se se tornar necessário, através de inspeção judicial procedida por V. Exa.". (f. 3.572).

Designada audiência de instrução e julgamento para o dia 20 de setembro de 1977 (f. 3.573), Carmem Silva Viana, Georgina Viana Go-

mes e seu marido Valeston Benevides Gomes e Cora Nunes Viana solicitaram "Que, na impossibilidade de comparecer pessoalmente à Audiência já mencionada por motivos de força maior consoante o ATESTADO MÉDICO incluso, requeremos a V. Exa. se digne determinar a juntada do articulado aos autos, para efeito de Justificação do seu não comparecimento, protestando todavia, contra qualquer ato por parte do Estado ou da União, através de seus órgãos competentes que por ventura vierem atingir o patrimônio dos suplicantes". (fs. 3.583-4).

Adupínio Cardoso do Bonfim requereu e obteve deferimento para o fim de se requisitar da Procuradoria Geral do Estado certidões dos Registros Paroquiais das Fazendas "Santo Antônio" e "Atraz da Serra" (f. 3.629). Decisão do juiz, com a seguinte redação: "Defiro as provas protestadas pelas partes, que serão especificadas antes da audiência. Pretendendo os réus produzirem provas testemunhais, deverão depositar o rol de testemunhas 48 horas antes da audiência. Solicitem-se da Procuradoria Geral do Estado de Goiás as certidões dos registros Paroquiais das fazendas São Miguel, Santa Bárbara, Riacho do Ouro e Posse, município de Almas-Go. I. Diano. 8.9.77. (as.) Oliveira". (f. 3.631).

Presentes, rol de testemunhas, pedidos de vistorias, diligências e adiamento da audiência. O rol foi apresentado por Antônio Luiz Meirelles Teixeira e outros, no dia 19 de setembro de 1977, para a audiência do dia imediato. Arrolou as seguintes testemunhas: Hagahús Araújo Póvoa, D. Inês Póvoa, Atropus Maia e Raimundo Moura Magalhães (f. 3.639). Apenas esta não foi intimada e o mandado foi juntado aos autos em 20 de setembro de 1977 (f. 3.684-v.).

12o. VOLUME

Pedidos de exclusões, juntada de documentos, procurações e substabelecimentos.

Termo de audiência de instrução e julgamento, realizada em 20 de setembro de 1977, na cidade de Dianópolis, sob a presidência do Juiz Raul Fernandes de Oliveira, com a seguinte conclusão: "Em virtude dos requerimentos de diligências formulados por vários réus e como o cumprimento das mesmas poderá ser um tanto demorado, digo, apreciando o pedido de oitiva das testemunhas arroladas pelo Dr. Mário A. Colaço Veras, e acolhendo o parecer do digno Ministério Público, que alegou extemporaneidade da apresentação do rol das mesmas em Cartório e ainda suas ausências na audiência, com exceção de Hagahús Araújo e Silva e de Raimundo Moura Magalhães que não foi intimada, foi o pedido indeferido. Em virtude de terem sido pedidas diligências

por vários réus e como o cumprimento delas possivelmente demandará dias e até meses, e tendo em vista o que estabelece a lei a respeito, foi a audiência suspensa e marcada a data de 14 de dezembro do corrente ano, para sua realização, às 13,00 horas, ficando de já intimadas as partes e seus advogados presentes. Em tempo: a pedido do Dr. Mário A. Colaço Veras, fica aqui consignado o seu protesto pela não audiência das testemunhas por ele requeridas". (f. 3.806, sic).

Por não se conformar com a decisão do magistrado, deixando de ouvir as testemunhas arroladas, o Sr. Antônio Luiz Meirelles Teixeira e outros interpuseram agravo retido (f. 3.809). O juiz, reformando, em parte, a sua decisão, deferiu o depoimento da testemunha Hagahús Araújo e Silva, em seu dizer, "...por ter sido a única que respondeu ao pregão". (f. 3.809).

Na referida audiência consta, tambem, que "...falando em nome dos ausentes, do qual é curador, pediu que fossem resguardados os direitos de posse daqueles que efetivamente a têm e que não se acham representados no processo, e quanto aos demais fica assegurado direito de reclamarem oportunamente o que lhes compete. Como o Curador dos ausentes, revéis citados por edital, não elaborou a defesa dos mesmos de molde a atender às exigências legais e a pedido do Dr. Promotor de Justiça, que alegou que tal omissão ou falha poderá acarretar a nulidade do feito, pediu que o citado Curador revisse a sua posição e fizesse a defesa dos revéis a contento e como este alegou impossibilidade de fazê-la e ainda atendendo a parecer do Representante do Ministério Público e diante do oferecimento expontâneo, o MM. Juiz nomeou o advogado Mário Augusto Colaço Veras para o desempenho de tal mister. Dada a palavra a este, assim esboçou a defesa de seus representados: Fundamenta o Estado, quanto a matéria de fato, uma série de documentos que teriam sido falsificados na década de 1950/60 e por meios fraudulentos teriam sido levados a registro no Cartório de Almas. Afirmam que os documentos apresentados em percentual de cobrança da sisa diversos do estipulado na lei e ainda que em tais documentos não constava reconhecimento de firmas e que os mesmos não permaneciam arquivados em Cartório. Acrescenta ainda que um documento dava origem a uma série de documentos, digo, uma série de transcrições irregulares. Nesse sentido analisa com mais profundidade os imóveis Serra Negra e Santana, para mais adiante afirmar que todas as transcrições do Registro de Imóveis de Almas seriam irregulares. Ora, dispõe o Código de Processo Civil que compete a prova, digo, o ônus da prova a quem o alega. De fato, caberia ao Estado promover o inquérito policial para promover a apuração dos fatos descritos na inicial que se

caracterizam em ilícitos penais. Aqueles que têm suas transcrições regularmente efetivadas no Registro de Imóveis, labutando na terra, não podem ser obrigados a produzir tais provas. Quanto ao aspecto da sisa, vigorava anteriormente um Alvará de 1811, que determinava 'Se pagasse para minha Real fazenda sisa de 10% do preço da compra', consoante consta da Coleção das Leis do Brasil, 1810/11, Rio de Janeiro, Edição de 1891 p. 124. Assim, não poderiam os réus serem responsáveis por qualquer eventual engano ou desconhecimento dos Coletores da época, haja visto a eficácia progressiva da lei nova, que estipulava grandes prazos para que a mesma entrasse em vigor. Por outro lado, não procedem as afirmativas da falta de reconhecimento das firmas ou o fato dos documentos não ficarem arquivados em Cartório, uma vez que inexistia tal exigência na época. Quanto ao mérito, fundamenta o Estado seu pedido num já gasto e surrado Acórdão do Supremo Tribunal Federal, numa frase proferida pelo Ministro Aliomar Baleeiro, que afirmava que "o Estado não precisa provar nada". Data este Acórdão de 1968, e seu exato sentido há de ser compreendido no seu contexto. Decisões bem mais recentes vêm estabelecendo o contrário, não bastando ao Estado afirmar vagamente serem as terras devolutas, deixando aos particulares a prova em contrário. Já a Constituição do Estado de Goiás de 1947, no seu art. 150, determinava que o Estado não poderia exercitar direitos sobre terras que tiverem domínio particular por qualquer título de aquisição anterior a 1o. de janeiro de 1857, ou em virtude de posse, com cultura efetiva e morada habitual. Nessa conformidade, requer a V. Exa., a improcedência do pedido do IDAGO". (sic, fs. 3.803-4).

Por petição juntada aos autos em 4 de outubro de 1977 (f. 3.816-v), o novo curador especial, nomeado no dia da audiência, em substituição ao anterior, depois de tecer considerações, termina por pedir a sua substituição, ao dizer: "Nesta conformidade, aguarda, a bem da justiça e evitando-se qualquer nulidade processual — haja visto que a Lei torna nulo o ato praticado sem a observância da indicação de Curador, que, data vênia, se digne V. Exa. a nomear um substituto, domiciliado nesta Comarca, com vista aos autos para requerer o que julgar necessário, ou então, oficie à Procuradoria Geral da Justiça solicitando a designação de um membro do Ministério Público, para esta função". (f. 3.819).

Ofícios da Procuradoria Geral do Estado, encaminhando certidões dos Registros Paroquiais ns. 16,1 e 10, referentes aos imóveis "Sítio da Posse", "Santo Antônio" e "Atraz da Serra" (fs. 3.827 e 3.835).

13o. VOLUME

Ofício da Procuradoria Geral do Estado, encaminhando certidões de registros paroquiais (f. 3.883).

O magistrato deferiu o pedido de dispensa do Curador Especial, tendo nomeado para substituí-lo o Dr. Joaquim Chaves de Mattos (f. 3.904).

Termo de audiência de instrução e julgamento, realizada em 14 de dezembro de 1977 (f. 3.912), cuja conclusão tem o seguinte teor: "Findas as alegações, apreciando sugestão do digno Representante do Ministério Público e com a audiência dos interessados, foi determinado pelo MM. Juiz de Direito que se realize a inspeção judicial sobre os imóveis acima relacionados, nominalmente e também sobre as fazendas Barril, Cedro, desmembrada da antiga fazenda Limpeza e Antônio Alves, ficando de já marcada a data de 15 do corrente mês (amanhã), com início às 10,00 horas para serem iniciadas as inspeções, ficando nomeados peritos para auxiliarem nas citadas diligências os Srs. Rui Aires Leal e Josino Valente Bomfim, que se compromissarão e serão notificados para as citadas diligências. Determinou, ainda, o MM. Juiz que fosse expedido ofício à Procuradoria Geral do Estado, solicitando Certidão de Registro Paroquial do imóvel Bom Sossego, registrado sob o n. 06, com a denominação de Boa Vista; determinou, ainda, que fosse juntada aos autos prova da realização do inventário de Francisca Romana de Oliveira, versando sobre o citado imóvel, sobre o qual deferiu a inspeção judicial condicionada à apresentação e juntada aos autos dos aludidos documentos. Por fim, dadas as alegações já formuladas pelos dignos advogados e ainda pela possível demora na conclusão das inspeções, foi concedido pelo Juiz aos requerentes o prazo para entrega dos memoriais cujo termo final será no dia 15 de fevereiro de 1978, às 16 horas, em Cartório". (sic, f. 3.918).

Foram juntados memoriais e documentos, bem como o laudo de inspeção judicial sobre os imóveis referentes às Fazendas "Porto Alegre", "Barril", "Cedro", "Redenção", "Raiz", "Posse", "São Ludovico", "Araras ou Santo Antônio", "Porto Franco", "Bom sucego", "Olho D'Agua da Pedra" e "São Miguel" (sic, fs. 4.010-4).

Manifestação do anterior curador que pediu a sua substituição, que assim conclui: "De qualquer forma, podemos afirmar que a defesa dos curatelados — **dadas as circunstâncias em que a elaboramos** — está correta, tanto que, data vênia, entende que a demanda não poderá ter resultados desfavoráveis para eles, eis que o Estado não demonstrou se tratar de terras devolutas. Finalmente, tranquilo com a sua conduta pro-

fissional, este Bacharel requer, respeitosamente, a V. Exa., que esta manifestação permaneça nos autos, para que não fique sem resposta a crítica apresentada. Termos em que P. Deferimento. De São Paulo para Dianópolis, 10 de fevereiro de 1978. (as.) Mário Augusto Colaço Veras — Adv. OABSP 12709 — Av. Paulista 1207 — 23o. — ap. 231 — CEP 01311 — Bela Vista — São Paulo". (f. 4.024).

Sentença do Juiz Raul Fernandes de Oliveira, em 28 laudas datilografadas e datada de 31 de março de 1978, com a seguinte conclusão: "Ante tudo o que foi exposto, julgo procedente, em parte, o pedido inicial da presente ação discriminatória para reconhecer o domínio do autor sobre as terras descritas na inicial, salvo quanto aos imóveis excluídos da ação na fase administrativa do antigo processo discriminatório, e os eventualmente alienados pelo autor ou por seu antecessor, o Estado de Goiás, diretamente, e as fazendas "BARRIL", "PORTO ALEGRE", "RAIZ", antiga "FORQUILHA", "SÃO LUDOVICO" (com as denominações também de "MATÕES", "FORQUILHA" e "GARRAFAS"), "ARARAS" ou "SANTO ANTÔNIO", "POSSE" ou "REDENÇÃO", "SÃO MIGUEL" e "SÃO TIMÓTEO", com as extensões e segundo as especificações anotadas precedentemente, quando da análise procedida acerca de cada uma delas, que deverão ser observadas nas demarcações respectivas. Por isso mesmo, determino o cancelamento, pelos meios regulares, dos registros imobiliários que ilegalmente têm por objeto parcelas das terras discriminadas, determinando, paralelamente, a transcrição desta sentença nos livros próprios das circunscrições imobiliárias correspondentes, nos termos do artigo 22, da Lei n. 6.383, de 7.12.1976. Transitada em julgado esta sentença, proceda-se à demarcação, nos moldes estabelecidos pela legislação aplicável. Publique-se a parte conclusiva desta sentença no Diário da Justiça da União e no Diário da Justiça do Estado, para conhecimento de quem interessar possa. As partes representadas no processo serão intimadas segundo dispõe o artigo 237 do Código de Processo Civil. As despesas processuais serão pagas pelos vencidos, quando devidas em face da lei, na proporção de seus interesses, em relação ao valor da causa, relativamente às quais, a título de honorários, incidirá o percentual de vinte por cento (20%), considerando o lugar da prestação do serviço, a natureza da causa e o tempo exigido para a conclusão do processo. Ainda, e pelas mesmas razões, determino sejam rateados, proporcionalmente, os honorários dos peritos que auxiliaram na inspeção judicial, que fixo em Cr$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) para cada um, a serem pagos pelos vencidos relativamente aos imóveis inspecionados. Em atendimento à regra do artigo 475, inciso II, do C.P.C., e tendo em

vista que a sentença é, em parte, contrária à pretensão do autor, submeto-a à apreciação do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, determinando sejam-lhe encaminhados os autos, tão logo concluídas as intimações e vencido o prazo para interposição de recurso pelas partes". (fs. 4.052-3).

O espólio de Soasivo Vieira da Silva interpôs embargos de declaração, com referência a honorários advocatícios, obtendo a seguinte decisão: "Não procedem os embargos opostos às fls. 4.119/4.120. Na sentença ficou claro que o autor, parcialmente sucumbente, pagaria, a título de honorários de advogados, aos vencedores, na proporção de seus interesses, a quantia correspondente a vinte por cento (20%) sobre o valor da causa, o que equivale dizer que aquela quantia será rateada entre os diversos contestantes-vencedores; e não 20% sobre o valor da causa para cada um deles. Portanto, os honorários a que têm direito os embargantes, para seus advogados, é o valor correspondente a 20% sobre o valor de seus interesses na causa, e que será apurado na conta final. Restituo aos embargantes o prazo para interposição de outro recurso (art. 465, § único do Código de Processo Civil)". (f. 4.098).

Neste 13o. volume, quatro apelações se fizeram presentes, a saber:

1a. — Ferlex — Engenharia, Indústria e Comércio Ltda. (f. 4.099);
2a. — Agenor José de Santana, Ana Vitória de Jesus, Edite Muniz da Silva e Cristóvão Pinto da Silva, José Cardoso do Bonfim e Morbeque Gabriel de Souza (f. 4.105);
3a. — Hélcio Antônio Duarte (f. 4.119);
4a. — Antônio Luiz Merelles Teixeira e outros (f. 4.124).

14o. VOLUME
(último)

Neste, foram acostados mais duas apelações, sendo:
5a. — Banco da Amazônia S/A — BASA (f. 4.167);
6a. — Hagahús Araújo e Silva e s/mulher Josiriana Araújo e Silva (f. 4.189).

Mais uma certidão de Registro Paroquial foi juntada aos autos, referindo-se ao n. 13, do imóvel denominado "Porto Alegre" (f. 4.218).

O IDAGO, ora apelado, apresentou suas contra-razões, examinando todos os apelos, agravo retido e remessa (f. 4.232).

Repetiu-se a intimação à parte que havia interposto embargos de declaração, por não ter sido ela feita com aviso de recebimento.

Feita a conta de custas, foram expedidas intimações aos apelantes para o preparo dos apelos, obtendo-se o seguinte resultado: "CERTIFICO que todos os Apelantes constantes de fls. 4.284-A, dos presentes autos, foram intimados para o preparo dos recursos, conforme consta dos ARs. de fls. 4.294, 4.295, 4.296 e 4.298, sendo que somente os apelantes AGENOR JOSÉ DE SAN digo, HÉLCIO ANTÔNIO DUARTE, ANTÔNIO LUIZ MEIRELLES TEIXEIRA, BANCO DA AMAZÔNIA S/A e HAGAHÚS ARAÚJO E SILVA, fizeram os respectivos preparos, deixando de os fazer: DOMINGOS ALVES DA ROCHA e AGENOR JOSÉ DE SANTANA E OUTROS, cujo prazo já considerado esgotado. O referido é verdade e dou fé. Dianópolis, 25 de junho de 1979 (as) (ilegível) Escrivão do 2o. Ofício". (sic, f. 4.277).

Em seguida, o magistrado exarou a seguinte decisão: "Face ao informado acima, declaro desertos os apelos de Domingos Alves da Rocha, Antenor José de Santana e outros, face ao decurso do prazo para tal fim. Subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, para os devidos fins. Diano. 29.6.79. (as.) Oliveira". (f. 4.277).

A Procuradoria Geral da Justiça, em longo parecer, concluiu: "Nessas condições, espera-se que, na revisão do processo, seja excluída a verba honorária estabelecida em favor dos que tiveram seus títulos reconhecidos como válidos na decisão de fls. 3.391. Forante esse pequeno reparo, a r. sentença impugnada é, por todos os títulos, elogiável. Na verdade, o culto magistrado da instância singela, em que pese a complexidade da matéria e o volume do processo, com muita segurança e raro equilíbrio, sopesou pacientemente os fatos e aplicou corretamente o direito. Ao teor do exposto, opinamos pelo improvimento parcial da remessa, mantida, quanto ao mais, pelos seus jurídicos fundamentos, a v. sentença adversada". (f. 4.297).

Conforme mostram os autos, a sentença foi proferida a 31 de março de 1978 (f. 4.043). Procedidas as intimações, vieram os apelos, os quais serão examinados à oportunidade. O presente processo, em seus 14 volumes, chegou a este Tribunal, pela vez primeira, a 16 de novembro de 1979 (f. 4.278). Encaminhado à Procuradoria Geral da Justiça, no mesmo dia, retornou a 10 de março de 1980 (fs. 4.278 e 4.297-v). Distribuído primeiramente ao saudoso Des. Firmo Ferreira Gomes de Castro, no dia imediato, chegou a mim, por redistribuição, em 30 de setembro de 1980 (f. 4.298). Duas diligências à comarca de

origem foram feitas, a 20 de outubro e 13 de novembro do mesmo ano (fs. 4.299 e 4.304). Recebendo-o de retorno a 9 de fevereiro de 1981 (f. 4.326), houve um pedido para a admissão de assistentes litisconsorciais, juntado aos autos em 13 de fevereiro de 1981 (f. 4.326-v). A 16 seguinte, determinei a intimação para a sua complementação e, sobre o pedido, abri oportunidade para que as partes se manifestassem (fs. 4.331-v e 4.335). Após a juntada da impugnação a 2 de abril de 1981 (f. 4.336-v), abri vista à Procuradoria Geral da Justiça, que se pronunciou, tendo o processo voltado à Secretaria deste Tribunal a 22 de abril de 1981 e a mim no mesmo dia (f. 4.343). No dia seguinte, proferi decisão, determinando o desentranhamento da impugnação e indeferindo o pedido formulado a f. 4.327 dos autos, referente à assistência litisconsorcial.

Finalmente, recebi os autos a 14 de maio de 1981, para o necessário julgamento.

A sentença foi proferida no dia 31 de março de 1978 (f. 4.053). Houve embargos de declaração, decididos a 22 de maio de 1978 (f. 4.098). Vieram para os autos 6 apelações, todas interpostas tempestivamente.

As cartas de intimações contendo o valor do preparo para cada apelante foram expedidas em número de 4, eis que, embora sejam 6 os apelantes, figura como procurador dos 1os., 2os. e 6os. apelantes o mesmo advogado, ou seja, o Dr. Domingos Alves da Rocha. Os 4 avisos de recebimentos foram juntados aos autos em 3 de maio de 1979 (fs. 4.270-v a 4.275). Disso decorre que o decênio legal para o preparo escoou a 13 do mesmo mês e ano, porém, como caiu em domingo, prorrogou-se para o dia 14, i. e, o primeiro dia útil imediato. Não se diga que, por causa dos litisconsortes, o prazo para o preparo se conta em dobro. Esse prazo duplo, quando há litisconsortes, com procuradores diferentes, é privilégio para os contestantes, recorrentes e para falar nos autos. Ora, efetuar o preparo não é falar nos autos, porquanto é um ato que pode ser feito mesmo sem a intervenção do procurador constituído, bastando que se pague, independentemente de qualquer pronunciamento. Em conclusão, quem não fez o preparo, ou fez depois do dia 14 de maio de 1979, sujeitou-se à deserção. O ilustre juiz, tendo em conta a informação de f. 4.277, julgou desertas as apelações manifestadas pelos 1o. e 2o.s apelantes, justamente porque não fizeram o preparo em tempo algum.

Tive dúvidas com referência às datas dos recebimentos dos preparos desses 4 apelantes e, por isso, converti o processo em diligência. A resposta foi esta: "CERTIFICO que o preparo de fls. 4.261v., dos

presentes autos, destinado à Secretaria do Tribunal, foi feito em 25.6. 79, referente aos apelantes constantes do recibo e certidão de fls. 4.276 e 4.277, respectivamente, e somente agora foi recolhido à Coletoria Estadual, através de selos". (f. 4.300-v).

Face a documentos encontrados nos autos (fs. 4.268-9) e não satisfeito com a informação recebida através da mencionada certidão, sobre os 3o. e 4os. apelantes, indaguei novamente sobre as datas exatas dos preparos relativos aos 3o. (Hélcio) e 4o.s apelantes (Antônio) (f. 4.303). O resultado foi este: "Certifico que os numerários destinados aos preparos dos recursos dos apelantes, ANTÔNIO LUIZ MEIRELLES TEIXEIRA e HÉLCIO ANTÔNIO DUARTE, chegaram em Cartório nas datas de 3.5 e 26.4.1979, respectivamente". (f. 4.305). Esses dois apelantes (3o. e 4o.s) fizeram o preparo no devido tempo, ou seja, antes do dia 14 de maio de 1979. Portanto, esses apelos foram preparados tempestivamente.

Com referência ao preparo dos apelos, chego à seguinte conclusão:

1 — 1a. apelante — FERLEX-ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Não fez o preparo em tempo algum, apesar de regularmente intimada através de seu advogado Domingos Alves Rocha (fs. 4.264, 4.266, 4.270-v, 4.271 e 4.277). Julgado deserto o seu apelo (f. 4.277) e intimada dessa decisão (fs. 4.307, 4.309, 4.315-v e 4.316), não manifestou recurso algum. Desse modo, estando declarado deserto o apelo, deixo de manifestar-me sobre ele.

2 — 2os. apelantes — AGENOR JOSÉ DE SANTANA e outros. Aconteceu o mesmo da 1a. apelante, eis que, sendo idêntico o advogado, recebeu ele as necessárias intimações mostradas anteriormente. Declarado deserto este apelo, sem recurso algum, por igual, deixo de considerá-lo.

3 — 3o. apelante — HÉLCIO ANTÔNIO DUARTE. O apelo foi preparado em tempo próprio, daí por que farei, oportunamente, as devidas considerações.

4 — 4o.s apelantes — ANTÔNIO LUIZ MEIRELLES TEIXEIRA e outros. Também este apelo foi preparado no devido tempo e vou apreciá-lo mais adiante.

5 — 5c. apelante — BANCO DA AMAZÔNIA S/A — BASA. Este apelante, embora tenha feito o preparo, o fez a destempo. É que ele deveria ser feito até o dia 14 de maio de 1979 e mesmo que se considerasse como em dobro o prazo, por ser ele litisconsorte, ainda assim ultrapassou do tempo. O recibo e a certidão de fls. 4.276 e 4.277

mostram a data de 25 de junho de 1979, portanto, tempo depois de ultrapassado o prazo.

6 — 6os. apelantes — HAGAHÚS ARAÚJO E SILVA e s/mulher. Com estes apelantes, o acontecimento sobre o preparo foi o mesmo do anterior, ou seja, fizeram o preparo, porém a destempo, ainda que se considerasse como em dobro o prazo. O aviso de recebimento da carta intimatória dirigida a seu advogado, Dr. Domingos Alves da Rocha, foi juntado aos autos em 3 de maio de 1979 e o preparo feito a 25 de junho de 1979. Conseqüentemente, por ter sido feito o preparo a destempo, não pode ser considerado.

Resumindo a questão relativa ao preparo dos apelos, devo salientar que os 1o. e 2os. apelantes não o fizeram. Os 3o. e 4os. prepararam tespestivamente. Os 5o. e 6os. efetuaram o pagamento fora do prazo. Desse modo, estão desertos os 1o., 2o.s, 5o. e 6o.s apelos, razão por que deles não conheço, conhecendo apenas dos 3o. e 4os.

Passo à apreciação, agora, do 3o. apelo, interposto por HÉLCIO ANTÔNIO DUARTE. Este, em suas razões, ataca a sentença em vários aspectos. Diz ele: "A improcedência da ação discriminatória, porque o A. tomou como premissa em sua inicial a **alegação de falsidades** presumíveis na documentação de imóveis, somente, alegando os ditos títulos cobriam um perímetro que abrangia quase a totalidade do município de ALMAS, e, somente por causa dos possíveis defeitos dos ditos títulos, requereu a ação discriminatória em tres municípios. Porém, se falsos os dois ditos títulos como presumia o Autor, a ação própria seria uma declaratória de nulidade por falsidade de documentos, e nunca, jamais em tempo algum a ação discriminatória". (sic, f. 4.120).

A presente ação discriminatória, que ora se discute nestes autos, foi proposta quando vigorava a Lei n. 3.081, de 22 de dezembro de 1956. No seu curso, surgiu a Lei n. 6.383, de 7 de dezembro de 1976. Por isso, foram feitas as adaptações convenientes ao cumprimento dessa nova lei, eis que ela determinou, expressamente, a sua aplicação aos processos pendentes (art. 33).

Quer naquela, como nesta, o legislador teve em mira tratar o problema do processo discriminatório de maneira especial, indicando, inclusive, o modo de se proceder.

Evidentemente que a legislação é abrangente, alcançando, com amplitude, as diversas questões surgidas no curso da ação. Quer o apelante, por existir alegação de falsidade em documentos, que o assunto fosse objeto de ação declaratória de nulidade por falsidade de documentos. Não é assim. Pode e deve ser discutida na própria ação, sem necessidade de qualquer outra, a qualidade e perfeição dos títulos apre-

sentados, expurgando aqueles que não forem perfeitos em todos os sentidos.

A esse propósito, ensina o eminente Prof. JACY DE ASSIS, ao dizer: "A discriminatória é agora a única ação destinada especificamente a anulação de títulos dominiais; se a inicial não os ataca diretamente, está a União, que conhece os títulos, implicitamente os reconhecendo como legais. Se não ataca de logo os títulos, que conhece, está sem dúvida, reconhecendo-os e os admitindo para a fase executória; e isto porque, na audiência, após a defesa dos réus, somente poderá impugnar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do seu direito, com prova exclusivamente documental em contrário a esses fatos (art. 326). — Nem se compreende que assim não seja, pois, do contrário, faltar-lhe-á uma das condições da ação: o interesse. Se ela considera os títulos falsos ou inexatos para cadeia dominial privada, tem de argüir o fato na inicial, e prová-lo, de vez que é seu o ônus da prova. Pela sistemática deste, se conclui que se uma alegação de conteúdo jurídico há de nascer de fatos, só mediante a comprovação deles é que poderá ter relevância obstativa de uma pretensão". (Ação Discriminatória, 1a. ed., 1978, ps. 163-4).

Demais disso, o Colendo Supremo Tribunal Federal já teve oportunidade de apreciar sobre a falsidade documental em títulos de imóveis, no bojo de ação discriminatória. Eis um trecho do voto e a ementa, ambos produzidos pelo eminente Min. CUNHA PEIXOTO, em data de 24 de setembro de 1976: "Os recorrentes exibiram, como determina a Lei n. 3.081, de 1956, seus documentos, e o Estado argüiu-os de falsos. O acórdão julgou provada a falsidade e, portanto, não se pode dizer estar o imóvel discriminando sob o domínio particular 'por títulos legítimos' (...)". "EMENTA: Perícia. Rejeitado o laudo, em decisão fundamentada, o Juiz não está obrigado a determinar nova perícia, se entender estar a questão suficientemente esclarecida por meio de outras provas. Exame dos documentos que formam a cadeia dominial constitui matéria de prova, insuscetível de recurso extraordinário. Recurso não conhecido". (RE n. 84.473-GO).

Vê-se, por conseguinte, não ter procedência essa alegação do apelante.

Continua o apelante a dizer, em suas razões: "O processo está passivo de anulação, porque as citações se procederam irregularmente, não tendo sido citadas as Prefeituras, e, nenhuma observância ou atendimento ao que preceitua o art. 4o. da Lei 3.081, assim como às disposições do C.P.C. de 1939, que cedeu lugar ao C.P.C. de 1973, atendendo à Lei de Introdução ao Código Civil, segundo a qual, a Lei nova

substitui a antiga (art. 2o. § 1o.), citação pelo C.P.C. (arts. 231 e 232 — 1) e a falta de atendimento ao que preceitua o art. 2o. letra 'a' a 'd' e seus parágrafos (Lei 3.081 de 22.12.1956)". (sic, f. 4.120).

No que tange à questão de falta de citação às prefeituras, a alegação não procede. Não verifiquei, em nenhum momento, a necessidade de chamar os municípios para integrarem a relação processual, especificamente. Os editais foram publicados regularmente e nenhum dos municípios se manifestou a respeito. Aliás, nenhuma citação expressa se fazia mesmo necessária, dada a ampla publicidade e conhecimento dessa discriminatória que tramita há anos. Demais disso, nenhum prejuízo causou às municipalidades e, se por acaso houvesse, sem dúvida elas teriam reclamado no tempo oportuno. Também, como ressaltou o parecer da Procuradoria Geral da Justiça (f. 4.285), não compete ao apelante falar em nome das municipalidades, dado que não tem poderes para representá-los, pelo menos nada consta a esse respeito. De mais a mais, esse hipotético prejuízo em nada poderia aproveitar o apelante.

Prossegue o apelante, ao dizer: "Relevante, também, que o MM. Juiz **ad quo** deixou de nomear curador aos incapazes e mentecaptos, conhecidos titulares de direitos nos municípios discriminandos, mesmo sendo conhecidos ditos mentecaptos e incapazes nos municípios de Almas, Pindorama, Dianópolis e Natividade, e, considerando, ainda, que foi nomeado curador de ausentes o advogado Francisco da Costa Ribeiro, que funcionou como advogado de várias partes, não tendo conseqüentemente, feito qualquer pronunciamento em favor dos ausentes, naturalmente, para não prejudicar os interesses de seus constituintes. O que constitui nulidade indiscutível". (Redação de acordo com o original de f. 4.120).

De igual modo, não merece acolhida mais essa alegação. Ao que se sabe e os autos mostram, houve a nomeação de nada menos que três curadores especiais, um substituindo o outro, na sequência das nomeações, para o atendimento àqueles citados por edital. O apelante não indica, em termos concretos, nenhum nome de mentecapto ou incapaz que figurasse na relação processual. Apenas alega, de maneira vaga, razão pela qual não se pode dar guarida a supostas existências. Se os houvesse, por certo o ilustre juiz daria curador, assim como o fez com relação aos citados por edital.

Por fim, as razões deste apelante declaram: "Desobediência à Lei no procedimento da exclusao dos títulos, levando em consideração que somente foram excluídos aqueles títulos referentes a imóveis inventariados anteriormente ao advento dos registros paroquiais, o que constitui um absurdo jurídico, porque tudo o mais foi desprezado, como se

não valessem as transcrições imobiliárias, e, consequentemente, desmoralizadas todas as SENTENÇAS judiciais prolatadas pelos Ilustres Juízes que antecederam ao MM. Juiz ad quo, em um passo de magia, sem qualquer procedimento adequado para anular o ato jurídico firmado por Sentenças proferidas por vários magistrados, e transitadas em julgado, o que não poderá ser admitido sumariamente, porque, somente depois de ato jurídico perfeito capaz de anular as sentenças, caberia ao MM. Juiz ad quo o direito de determinar o cancelamento das transcrições de títulos originários das R. sentenças transitadas em julgado, sem qualquer recurso. Esse o procedimento legal, porque a Lei não prejudicará o direito adquirido perfeito, e a coisa julgada". (sic), fs. 4.120-1).

Também aqui o apelante não mostra quais os outros títulos que deveriam ser, também, excluídos. De maneira geral, discorre sobre o assunto, sem uma indicação precisa. Há de se lembrar que a presente ação rendeu nada menos que 14 volumes, com mais de 4.000 folhas. Seria preciso que o apelante indicasse quais foram esses títulos que também deveriam ser excluídos. Muitos o foram porque eram realmente perfeitos. Uma outra parte não foi aproveitada porque não preencheu os requisitos exigidos por lei. Os títulos legítimos e perfeitos foram respeitados. Note-se que vieram para os autos nada menos que 141 títulos (fs. 4.030-4), sendo aproveitados quase todos eles. Apenas 6 foram os apelantes, de onde se conclui que o magistrado foi bastante criterioso nesse aproveitamento, só não o fazendo com aqueles que, na realidade, não poderiam suportar o crivo da legitimidade.

Concluindo a apreciação sobre essa 3a. apelação e pelas considerações aqui feitas, eu dela conheço, porém nego-lhe provimento, para manter a sentença.

Relativamente à 4a. apelação, interposta por ANTÔNIO LUIZ MEIRELLES TEIXEIRA e outros, passo a apreciá-la, decidindo, de início, quanto ao agravo retido existente. O agravante alega cerceamento de defesa, porque não foram ouvidas as testemunhas por ele arroladas.

Já tive oportunidade de ressaltar que este processo, devido à nova legislação sobre ação discriminatória, passou para o procedimento sumaríssimo (art. 20 da Lei 6.383/76). O magistrado, tendo em vista a aplicação imediata dessa lei, inclusive aos processos pendentes, houve por bem aplicá-la, de logo, fazendo-se as necessárias adaptações, tendo em conta o rito anteriormente adotado. Nesse particular, não houve nenhuma surpresa para as partes, pois o juiz esclareceu: "...Pretendendo os réus produzirem provas testemunhais, deverão depositar o rol de testemunhas 48 horas antes da audiência..." (f. 3.631). Essa decisão

está em perfeita sintonia com o disposto no art. 278, § 2o., do Código de Processo Civil, que prevê esse prazo, em se tratando do procedimento sumaríssimo.

Pois bem. Apesar dessa advertência, por sinal desnecessária, a petição com o rol das testemunhas foi recebida e juntada aos autos no dia 19 de setembro de 1977 (fs. 3.639 e 3.638-v), para a audiência do dia 20 seguinte. Não houve, pois, o espaço de tempo necessário para que fosse julgada tempestiva, daí o indeferimento. Não se conformando, houve a interposição do agravo, que ficou retido nos autos para posterior apreciação por este Tribunal (f. 3.809).

Apesar de o agravo retido devolver o conhecimento da questão à instância seguinte, o ilustre dirigente do processo aquiesceu em atendê-lo, parcialmente, para ouvir uma das testemunhas constantes do rol, em seu dizer: ". . . por ter sido a única que respondeu ao pregão". (f. 3.809). Na realidade, na assentada do julgamento (f. 3.800), verificou-se apenas o comparecimento dessa testemunha.

É de se ver que o rol precisa estar na escrivania com 48 horas de antecedência. Se ele foi encaminhado via postal, mesmo que com bastante antecedência, mas não chegou em juízo no tempo hábil, não há de se tê-lo como tempestivo, apesar dos óbices apresentados pelo encaminhamento da correspondência postal. As partes que remetem suas petições pelo correio sujeitam-se, evidentemente, aos riscos das perdas de prazos.

Mesmo que o rol tivesse chegado no tempo próprio, tenho por precedentes as ponderações apresentadas pelo Procurador da Justiça Substituto, Juracy Batista Cordeiro, dado que a matéria discutida no âmbito dos 4os apelantes não poderia ser provada através de provas orais. Diz o parecer: "Na verdade, esse meio de prova se mostraria ineficiente e inidôneo para que os agravantes demonstrassem: que seus títulos são autênticos e registrados; que seu imóvel é cadastrado no INCRA; que seus impostos foram pagos; que suas terras são de domínio particular e que algumas de suas escrituras foram realmente lavradas nos Cadernos de Notas de ns. 10 e 11 da cidade de Pilar. Efetivamente, segundo dispõe o art. 400 do C.P.C., só por documentos ou exames periciais poderiam ser provados os fatos alegados. Dir-se-ia que os agravantes pretendiam demonstrar através das testemunhas a existência de posse capaz de conduzir ao usucapião. A esse argumento se opõe o fato de que, em todas as peças de defesa, jamais os agravantes alegaram posse, nem tampouco solicitaram a inclusão de seus imóveis entre aqueles que seriam submetidos à inspeção." (fs. 4.286-7).

Ante esses motivos, não vejo como acolher o agravo, razão pela qual, dele conheço, porém o faço para manter a decisão agravada.

Além desse agravo retido já desprezado, esses 4os. apelantes apresentam outras preliminares, as quais passo ao exame, separadamente.

Insurgem-se contra a falta de intimações para a inspeção judicial em determinados imóveis (f. 4.126). Em realidade, no caso dos autos, as intimações teriam que ser feitas pela via postal, como, aliás, foram efetivadas diversas. Todavia, não é somente esse o sistema. Tem entendido a jurisprudência, e ela é pacífica nesse sentido, que a ciência do ato, por outro meio, supre a falta de intimação pelo meio usual.

Reclamam os apelantes que não foram intimados para a realização da inspeção judicial. Pelo que consta do termo de audiência, em continuação, realizada a 14 de dezembro de 1977, o advogado desses apelantes se fez presente. Eis o que consta: "Às treze horas do dia 14 de dezembro de mil novecentos e setenta e sete, estando presentes o Escrivão do 2o. Ofício Zilmar Póvoa Aires e o porteiro dos auditórios Maria Cardoso de Araújo Gomes, a este foi determinado que declarasse aberta a audiência e apregoasse as pessoas cujo comparecimento fora determinado. Cumprindo essa ordem, pelo porteiro dos auditórios foi, com as formalidades legais, declarada a presente audiência em continuação e em seguida apregoados: o autor — Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás — IDAGO, na pessoa de seus bastantes procuradores, verificando-se o comparecimento do Dr. Cairo Campos, dos réus, digo, e o Dr. Promotor de Justiça, Dr. Nidion Albernaz e dos Réus Dr. Domingos Alves da Rocha e Dr. Mário Augusto Collaço Veras, bem como dos Drs. advogados Joaquim José de Oliveira, Mário Augusto Collaço Veras, . . ." (sic, f. 3.912). Pois bem. Nessa audiência, dentre outras providências, ficou decidido: "Findas as alegações, apreciando sugestão do digno Representante do Ministério Público e com a audiência dos interessados foi determinado pelo MM. Juiz de Direito que se realize a inspeção judicial acima relacionados, digo, sobre os imóveis acima relacionados, nominalmente e também sobre as fazendas Barril, Cedro, desmembrada da antiga fazenda Limpeza, e Antônio Alves, ficando de já marcada a data de 15 do corrente mês (amanhã), com início às 10,00 horas para serem iniciadas as inspeções, ficando nomeados peritos para auxiliarem nas citadas diligências os Srs. Rui Aires Leal e Josino Valente Bomfim, que se compromissarão e serão notificados para as citadas diligências". (sic, f. 3.918).

Ora, se ficaram sabendo até a hora em que se realizaria a inspeção, deveriam acompanhá-la para, de logo, obterem o resultado. Se a ela não compareceram, evidentemente, porque não tiveram interesse algum,

mesmo porque os imóveis a serem inspecionados não se relacionavam com aqueles pretendidos pelos apelantes. Não estou notando nulidade alguma nesse particular, razão por que desprezo essa preliminar.

Após referir-se à nulidade por falta de intimações, os apelantes pedem a anulação de "...todos os atos praticados depois da referida inspeção judicial, ou então, todos os atos praticados após o citado despacho de fls. 3.658/62 e 3.692, dos quais não foram intimados..." (f. 4.128). Pediram a anulação desses atos, sem saber de que se tratavam, conforme disseram: "Os apelantes sequer têm idéia do que tratam tanto o indeferimento quanto as postulações mencionadas na decisão". (sic, f. 4.127). Essas decisões, referentes aos pedidos formulados às fls. 3.658/62 e 3.692, atualmente fs. 3.642/46 e 3.675, feitos por JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA CASTRO e BANCO DA AMAZÔNIA S/A (BASA), não se referem ao imóvel disputado pelos 4os. apelantes. Assim, não houve nenhum prejuízo para a sua defesa, daí por que desprezo mais essa preliminar.

Falam esses apelantes da intervenção indevida do órgão do Ministério Público no presente processo. Não estou notando que essa intervenção tenha causado prejuízos aos apelantes. Ao contrário, houve contribuição valiosa no deslinde dessa intrincada questão, envolvendo, sem dúvida, interesse público. Aliás, o Colendo Supremo Tribunal Federal, quando apreciou o Recurso Extraordinário n. 84.473, de Goiás, referente a uma ação discriminatória, não o conheceu, ficando, destarte, confirmada a sentença e o acórdão do tribunal local. Nessa ação, funcionou, na primeira instância, o Promotor da Justiça Ismar Estulano Garcia e, na segunda, o saudoso Procurador da Justiça João Batista de Faria. (R.D.P.G.E.GO, v. XIII, 1978, ps. 448 e 499). Nenhuma nulidade foi declarada por causa dessa intervenção. Tenho, para mim, que é indiscutível o interesse público nas ações discriminatórias. Trata-se de uma ação regulada por lei especial, em que o poder público tem todo o interesse em reconhecer o domínio das terras, com a finalidade de implantar um clima de sossego e segurança para aqueles que labutam na lavoura e pecuária. O interesse público não está tanto em razão das partes, mas, sim, pelas questões debatidas nesse tipo de ação. Além de tudo isso, evidencia-se o fato da necessidade da intervenção do Ministério Público, que se faz obrigatória, em razão da aplicação da Lei dos Registros Públicos, com o cancelamento de registros. Nesse caso, a sua falta é que poderia provocar a nulidade do processo. Evidenciando, assim, esse interesse, não tenho dúvidas em desprezar mais essa preliminar.

Pretendem esses apelantes, ao analisarem a nova lei da discrimi-

natória (fs. 4.136-7), que se decrete nulidade, porque houve a aplicação do processo judicial antes do administrativo.

Aqui também, como acontece com a regra geral, não é preciso fazer uso do processo administrativo para, depois, intentar o judicial. A decisão de usar um ou outro fica a critério de quem vai propor a ação, podendo o primeiro ser dispensado, se assim for entendido, para dar lugar ao segundo. Atente-se para o disposto no art. 19, item I, da Lei n. 6.383, de 7 de dezembro de 1976, onde diz que o processo discriminatório judicial será promovido quando, dentre outras opções, for dispensado o administrativo. Isso quer dizer que o autor, a seu critério e se for julgado conveniente, pode dispensar, de logo, o uso do administrativo, partindo, de imediato, para o judicial.

Sobre o assunto, esclarece o ilustre Prof. JACY DE ASSIS, estudioso da matéria, ao dizer: "A constituiçao da Comissão Especial para o procedimento administrativo é feita somente após o total levantamento do processo-piloto e de haver o Projeto Fundiário defendido o polígono da área. Após a análise desse processo é que o Departamento de Recursos Fundiários escolhe a via para a discriminação: a administrativa ou a judicial (Sistemática, 2.7.3). A decisão é puramente subjetiva, em face das pessoas encontradas na área, ao exame dos títulos registrados e de suas cadeias dominiais, à sua evidente falsidade ou ao notório conhecimento dos grileiros. Se entendeu assim, e de que vai perder tempo e dinheiro, a via judicial será logo definida, presumida a ineficácia ou a inutilidade do procedimento administrativo. Não precisa a União dar qualquer explicação; o critério é inteiramente seu, de seu puro arbítrio, tanto antes do início do processo, como também pela interrupção do administrativo, a qualquer tempo". (Ação Discriminatória, 1a. ed., 1978, ps. 255-6).

Mesmo que assim não fosse, o processo administrativo jamais poderia ter sido usado no presente caso, porque foi a ação iniciada sob a égide da Lei 3.081, de 22 de dezembro de 1956, quando era completamente desconhecido esse sistema. Somente com a vigência da nova lei da discriminatória (Lei n. 6.383, de 7 de dezembro de 1976), é que surgiu o chamado processo administrativo, quando o judicial já estava bastante adiantado em seu andamento. Assim esclarecido, desprezo esse tema.

Com referência a testemunha que prestou depoimento, arrolada pelos próprios apelantes, não vejo nulidade nesse sentido, pois trata-se de pessoa conhecida e conhecedora da região. Não podem os apelantes, como pretendem, alegar a nulidade do processo por esse motivo. Transporto, para aqui, o trecho do parecer da Procuradoria Geral da Justiça,

sobre essa testemunha, adotando-o, por inteiro: "Como última nulidade, apontam os recursantes a que teria resultado da inquirição da testemunha HAGAHÚS, por eles próprios arrolada. Alegam que as respostas do depoente não versaram sobre tema de interesse da causa, haja visto a informação gratuita da existência de terras devolutas no imóvel "PEIXINHO". Sustentam também que não foram tomadas as cautelas necessárias para colher depoimento de pessoa que é parte no feito. São realmente contraditórias as posições assumidas pelos apelantes. Primeiramente, agravam contra despacho que indefere audiência de testemunha. Agora insurgem-se contra o depoimento de testemunha de sua livre escolha, simplesmente porque não lhe foi favorável. É ingenuidade admitir que tal fato possa inquinar de nulidade o processo, quando não se eleva, sequer, ao nível mera irregularidade. Supondo-se, todavia, **apenas ad argumentandum** — que a alegada nulidade tenha ocorrido, jamais poderia ser decretada em favor dos apelantes, visto que a questionada testemunha foi por eles arrolada". (fs. 4.288-9).

Vou ao âmago da questão, nesse 4o. apelo. Esses apelantes juntaram seus títulos referentes à Fazenda "Peixinho" ou "Grupo I". O Juiz Raul Fernandes de Oliveira analisou, corretamente, a meu ver, o assunto colocado em juízo, ao dizer: "No curso do processo foi arguida a falsidade dos títulos concernentes ao imóvel "PEIXINHO". Para opor-se à nulidade aventada, o interessado trouxe aos autos do Técnico Paulo Argimiro da Silveira, que conclui pela autenticidade dos documentos datados de 1848, 1891 e 1918, os dois últimos de natureza pública. Como reparo de maior gravidade, argui-se que se trata de trabalho particular, realizado por encomenda da parte interessada, não podendo, por isso mesmo, merecer a credibilidade peculiar às diligências judiciais, procedidas sob compromisso. Embora não se possa nem se queira pôr em dúvida a honorabilidade ou a capacidade profissional do firmatário dos laudos respectivos, merece nota a circunstância de terem os trabalhos técnicos se limitado à constatação de que o material neles empregado era o usual na época correspondente às datas neles consignadas, além da afirmativa de inexistência de lavagem ou raspagem, química ou física. Entendo que os elementos considerados na perícia são insuficientes para arrimarem a conclusão de autenticidade daqueles documentos. Os autos (fls. 3.493/4) acolhem certidões comprobatórias da inexistência do processo de inventário no qual teria sido feito o pagamento ao herdeiro Paulo José de Souza. Igualmente, comprovou-se, via de verificação pessoal desde Juízo, que no livro correspondente à época da datação da escritura de 1918, no qual, necessariamente, haveria de estar lavrada, também não existe dito documento (fls. 3.934/

35). É irrelevante a circunstância de apresentar, na atualidade, o n. 10 ou o n. 11, desde que se verifique que o livro em referência iniciou-se em data anterior, encerrando-se em data posterior à consignada no documento, ordenadamente, segundo a numeração de suas folhas, sem qualquer falha, dele não constando a escritura em referência. Entendo, à vista desses elementos, que a referida escritura é, na verdade, falsa. Considero, paralelamente, que o laudo pericial, para lograr maior credibilidade, haveria de referir-se à realização de estudos visando à identificação das letras registradas nos documentos averbados de falsos, com as encontradas nos arquivos cartoriais, ineqüivocamente de autoria das pessoas que teriam lavrado aqueles documentos. O certo é que remanesce sem prova documental de falsidade, dos documentos antigos da cadeia, apenas o que ostenta a data de 1848. Entretanto, a falta do registro paroquial, amplamente difundido e largamente utilizado na região, entre os anos de 1856 e 1859, constitui indício, se não da inautenticidade daquela escritura, pelo menos de que, neste último período, a posse exercida já havia sido abandonada. Aliás, de acordo com o testemunho de Hagahús Araújo e Silva, arrolado pela própria parte interessada, as terras do imóvel "PEIXINHO" eram conhecidas, até recentemente, como devolutas, valendo dizer, como desocupadas e sem pretendentes ao seu domínio, até que foram 'griladas'. Consoante informação do próprio interessado, não existe no imóvel estabelecimento possessório, que também não apresenta sinais evidenciadores de antigas posses que nele ter-se-iam instalado. De tal sorte, torna-se irrelevante o exame das qualidades intrínsecas do documento de 1848, que não exibe o consentimento do indicado comprador, não tem as firmas reconhecidas e, sendo particular, fora assinado 'a rogo' da mulher do vendedor. De qualquer maneira, mesmo que havido como bom esse documento, a pretendida cadeia dominial não pode prosperar em razão dos vícios que subtraem a juridicidade dos instrumentos de 1891 e 1918, aos quais se segue, cronologicamente, a escritura de 1963. Resta um hiato de mais de um século (entre 1848 e 1963) carecendo de documentação autêntica, capaz de dar base ao alegado direito de propriedade sobre 16.235 alqueires de terras da citada fazenda (fls. 1.765). Acresce considerar que a ausência, no imóvel, de posse dos pretendidos donos subtrai à questão qualquer caráter social, que poderia recomendar uma apreciação mais benevolente, resultante da inclusão, no silogismo jurídico, de fatores inocorrentes na espécie''. (sic, fs. 4.046-7).

É de se ver que as terras da Fazenda "Peixinho" possui uma área total de 16.235 alqueires (f. 1.608). A realidade mostra a inexistência

de inventário de bens deixados por falecimento de Joaquim José de Souza. As certidões de f. 3.472-3 comprovam essa assertiva.

Na audiência de 14 de dezembro de 1977, foi feita a conferência dos documentos apresentados, obtendo-se o seguinte resultado: "Atendendo a pedido formulado na 1a. parte da audiência de Instrução e Julgamento, foram exibidos para conferência nesta audiência os Cadernos de Notas n. 10 e 11, respectivamente de atos lavrados no período de 1918 a 1920 e 1926 a 1932, requisitados do Termo de Pilar, onde segundo consta teria sido lavrado o documento de fls. 1.760-A a 1.760-A, a 1.961. Pela verificação se constatou que o li, digo, o caderno n. 10 foi iniciado em 6 de maio de 1918 e encerrado em 30 de agosto de 1920, com a última folha de n. 30 e o caderno n. 11 teve seu termo de Abertura lavrado em 4 de fevereiro de 1926 não constando porém seu termo de encerramento, tendo a última página o n. 25 e nos citados cadernos não foi encontrada a lavratura da escritura mencionada e cuja cópia se vê, como já disse, às fls. 1.760-A a 1.761''. (sic. fs. 3.912-3).

Verifica-se, portanto, que tais documentos não se revestem daquela autenticidade pretendida pelos apelantes, dado que, na fonte principal, não existe origem.

O tema primordial e da atualidade é o de que o Estado precisa provar, cabalmente, que as terras são de seu domínio. A jurisprudência mais recente orienta-se no sentido de que inexiste em seu favor a presunção **juris tantum**. Todavia, esse entendimento tem sido preconizado quando se discute o assunto nas ações de usucapião.

Justamente porque o Estado não tem, às vezes, condições de exibir títulos de domínio, foi-lhe dado o instrumento necessário para resolver essa situação que aflige, principalmente, a população rural. Como explica o Prof. Jacy de Assis, "... Ao propor uma ação de discriminação de terras, o Poder Público não está animado do espírito privatista de adquirente de terras. O Estado não propõe discriminação de terras devolutas para enriquecer o seu próprio patrimônio, mas principalmente para regulamentar a situação dos posseiros aí localizados. Somente as terras devolutas vagas, desocupadas, desqueridas, ou ilegalmente ocupadas, é que serão incorporadas ao patrimônio público para serem aplicadas nas diversas finalidades de interesse social. Legitimar a posse dos que têm nas terras devolutas morada e cultura, transformando posseiros de fato em proprietários de direito, é coisa que se percebe, sem grande esforço, como sendo de grande conveniência social. Isto significa nobilitar o posseiro, dando-lhe condições que o beneficiarão do ponto de vista social, econômico e jurídico. Está na grande linha dos

objetivos da reforma agrária, eis que integra na plena ordem econômica e jurídica tratos de terra, até aí marginalizados". 6, RDA, 85/372". (Ob. cit. ps. 143-4).

Tivesse o Estado títulos de domínio de todas as suas terras, fácil seria lançar mão das ações próprias para reivindicá-las. Não o tendo, é que faz uso desse instrumento especial e adequado da discriminatória, visando a isolar o joio do trigo.

O fato de esses apelantes terem se regularizado quanto ao pagamento dos tributos referentes ao Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural, Taxas de Serviços Cadastrais, Contribuição ao INCRA e Contribuição Sindical Rural não significa que o título de domínio seja perfeito. Quem possui o domínio, ainda que aparente, obriga-se ao pagamento desses impostos e taxas. Existe uma infinidade de títulos de domínio imperfeitos, que a todo momento se vê nas disputas judiciais, com os impostos rigorosamente em dia e, nem por isso, evita o cancelamento das matrículas.

Além da ilegitimidade de seus títulos, é de se ver que esses apelantes não mantêm posse na extensa área que pretendem. Nesse particular, repito o que disse o magistrado sentenciante: "Acresce considerar que a ausência, no imóvel, de posse dos pretendidos donos subtrai à questão qualquer caráter social, que poderia recomendar uma apreciação mais benevolente, resultante da inclusão, no silogismo jurídico, de fatores inocorrentes na espécie". (f. 4.047).

Ora, não sendo perfeitos os títulos e não tendo posse no imóvel, não podem os apelantes ser beneficiados. Com inteira razão o magistrado quando desatendeu a pretensão.

No que tange à sucumbência, entendo perfeita a sentença do juiz. É que a apelada não saiu-se vitoriosa em tudo que pediu. O pedido da peça vestibular foi parcialmente deferido, daí a necessidade da aplicação do princípio da sucumbência, proporcionalmente. Ademais, não é justo que as partes, constituindo advogados, arcando com despesas visando a atender ao chamamento judicial e, depois de vitoriosas, ainda que por exclusão, fiquem sem esse ressarcimento. Também sob esse aspecto, mantenho a sentença apelada.

Com essas considerações, não tenho reparos a fazer na brilhante sentença proferida nestes autos, razão por que, conhecendo apenas dos 3o. e 4o. apelos e da remessa em duplo grau de jurisdição, nego-lhes provimento, para o fim de manter a sentença apelada, por seus próprios fundamentos.

Custas, de lei.

Acordam os componentes da Segunda Turma Julgadora, da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, na conformidade com a ata de julgamento, por unanimidade, não conhecer dos 1o., 2o., 5o. e 6o. apelos, conhecer do 3o. e do 4o. e da remessa em duplo grau de jurisdição, porém negar-lhes provimento, mantendo a sentença apelada, nos termos do voto do relator.

Custas, de lei.

Participaram do julgamento, além do presidente e relator, os Desembargadores Ulderico Geraldo Rodrigues e Sebastiao de Sousa, este por impedimento do Desembargador João Batista de Faria Filho.

Goiânia, 15 de junho de 1981. Messias de Souza Costa — Presidente e Relator.

INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA – IRREDUTIBILIDADE DE PROCEDIMENTOS – INEXISTÊNCIA DOS ATOS PROCESSUAIS

– São inexistentes os atos tanto instrutórios quanto os decisórios, dada a incompetência surgida **ratione materiae**, sendo que eles não podem ser ratificados mediante termo nos autos. Discordância havida entre a Justiça Militar e a comum.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS
Recurso Criminal Voluntário n. 2.802 – Goiânia
Relator: Des. Geraldo Crispim Borges

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso criminal voluntário n. 2.802, da comarca de Goiânia, em que é recorrente a Justiça Pública Militar e recorrido J.S.S.

Recorreu o Órgão do Ministério Público da Justiça Militar, com base no artigo 516, letra "d", do Código de Processo Penal Militar, da decisão que considerou inexistentes todos os atos praticados pela Justiça comum, inclusive a denúncia, indeferindo, conseqüentemente, a pretensão ministerial de revalidá-la mediante termo.

Consoante se vê do acórdão de fls. 110/114, na oportunidade do julgamento do conflito negativo de jurisdição n. 218, da referida comarca, entendeu esta Câmara que se tratava de matéria da competência da Justiça Militar e não da comum. Em sendo assim e devolvidos os autos à justiça castrense, o Dr. Promotor de Justiça ali servindo, alegando a inexistência de atos decisórios a serem anulados, solicitou fosse tomado por termo a ratificação dos já praticados perante a justiça comum e se prosseguisse com o processo. Não teve o mesmo entendimento o Juiz auditor e indeferiu a pretensão em bem fundamentado despacho, que se acha às fls. 128/130. Daí o surgimento do presente recurso e com base nos dispositivos atrás mencionados. Ele foi arrazoado e contra-arrazoado. Manteve-se o despacho impugnado com a citação de precedentes jurisprudenciais desta Câmara a respeito da matéria posta em discussão.

A douta Procuradoria Geral de Justiça, em bem lançado parecer, da lavra do ilustre procurador Graciano Antonio da Silva Neto, manifestou-se pela manutenção do despacho recorrido, uma vez que ele está ajustado a decisões desta Câmara e de vários Tribunais de nosso País.

Inicialmente, é de se tomar conhecimento da medida interposta, apesar de fulcrado em alínea errada – "d", quando ele tem cabimento pela letra "n" do artigo citado linhas volvidas, uma vez que tudo leva a crer que, na hipótese, não houve má fé por parte do recorrente.

Por outro lado, não resta a menor dúvida de que a questão ora levada à baila ressente-se de certa controvérsia e choca-se com julgados proferidos pela 1a. Câmara Criminal, dos quais podem ser citados os recursos criminais voluntários ns. 2.712 e 2.715, adotando o ponto de vista contrário ao entendimento desta Câmara.

A respeito da matéria ora em apreciação, o eminente desembargador e processualista Romeu Pires de Campos Barros, quando do julgamento deste recurso, proferiu o voto que a seguir vai transcrito, passando ele a servir de suporte desta decisão, dada a propriedade como expôs seu ponto de vista e está assim redigido:

"Incompetência em razão da matéria. Os atos processuais realizados perante a justiça comum em causa pertencente à Justiça Militar Estadual são considerados inexistentes devido à falta do poder de julgar naquela justiça, o que importa na ausência de um pressuposto de existência do processo. Tratando-se de crime militar, previsto no Código Penal respectivo, sujeito ao procedimento delineado no Código de Processo Penal Militar, ambos diferentes do constante na legislação processual penal comum, impossível se torna a ratificação por ser a justiça especial em tudo diferente. Esta Câmara, por diversas vezes, tem se manifestado no sentido de que a incompetência, no caso ora tratado, ocasiona a invalidade dos atos praticados perante a justiça comum, tal como ocorreu na apelação criminal voluntária n. 8.004, da Comarca de Morrinhos (D.J. n. 8.360, de 16.04.80); no recurso criminal voluntário n. 22.743, da Comarca de Goiânia; e 2.796, da Comarca, de Araçú. Todavia, tais decisões têm sido exclusivamente desta Câmara, já que a Egrégia Primeira Câmara Criminal tem ultimamente se manifestado no sentido do acórdão de 13 de março do corrente ano, de que foi relator o eminente desembargador Juarez Távora de Azeredo Coutinho, e que tem a seguinte ementa: "Os atos instrutórios praticados na justiça comum, executados os decisórios, são revalidados, por termo na Justiça Militar, ex-vi do disposto nos arts. 567 do Código de Processo Penal e 507, do Código de Processo Penal Militar, sobrepondo-se o princípio de que não há nulidade sem prejuízo (artigo 563, do Código de Processo Penal)". No mesmo sentido já decidira a mesma Câmara, em acórdão de que foi relator o desembargador Fausto Xavier de Rezende, em 20.11.79 (D.J. n. 8.269, de 3.12.79). Todavia, é de se relembrar que essa mesma Primeira Câmara, no julga-

mento do **habeas corpus** orignário n. 5.316, da Comarca de Goiás, de que foi relator o desembargador Clenon de Barros Loyola, declarou nulos os atos praticados pela justiça comum e determinou a remessa dos autos à Justiça Militar (D.J. 23.10.78 — p. 4). Assim é que, certo ou errado, esta Câmara tem tido coerência nas suas decisões.

O entendimento por último acolhido pela Egrégia Primeira Câmara, ao que parece, funda-se em dois precedentes jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal; o primeiro deles de 4 de abril de 1978, de que foi relator o eminente ministro Leitão de Abreu (Rev. Trim. Jurisprudência n. 87, p. 442), e o outro de que foi relator o ministro Moreira Alves, proferido no recurso extraordinário n. 80.226, a 13 de abril de 1978, mas nenhum deles trata especificamente da Justiça Militar em confronto com a justiça comum. No primeiro deles, trata-se de atos da jurisdição civil entre a justiça comum e a Justiça do Trabalho. Ora, essas duas jurisdições apresentam características comuns, tanto assim que de acordo com a legislação trabalhista, onde não exista Junta de Conciliação e Julgamento, a justiça comum também exerce as funções pertinentes à Justiça do Trabalho e, na discussão desse julgamento, um dos motivos alegados pelo eminente relator foi a competência residual da justiça comum. E o outro acórdão do Supremo tratava da competência da Justiça Federal em face da justiça comum, a qual também aplica o direito comum, ou seja o Código de Processo Penal e o Código Penal comum, sendo que o precedente do Excelso Supremo Tribunal Federal invocado foi relativo a um caso de competência em razão do lugar (Rev. Trim. Jurisprudência vol. 69 — p. 765). Disso resulta que o único antecedente do Supremo Tribunal Federal, que pode ser invocado como verdadeira solução ao assunto, é o acórdão proferido no **habeas-corpus** n. 53.370, do Rio de Janeiro, de que foi relator o ministro Thompson Flores, o qual, baseado na lição de José Frederico Marques, entende que os atos praticados pela justiça comum são considerados inexistentes, explicitando o eminente relator o seguinte: "Há falta de jurisdição sempre que exista incompetência em sentido objetivo, ou seja, quando uma categoria de juízes e tribunais decide de causa afeta à outra categoria. Isto acontece quando órgãos da justiça especial decidem questões da justiça comum ou vice-versa (Rev. Trim. Jurisprudência vol. 82 — ps. 349/351). Esse acórdão foi unânime e dele participaram os ministros Xavier de Albuquerque, Leitão de Abreu, Cordeiro Guerra e Moreira Alves. Tudo isso está a demonstrar que as decisões atrás invocadas não se adaptam à situação agora focalizada.

A doutrina estrangeira também entende que, quando um órgão jurisdicional pratica ato pertencente à outra categoria de jurisdição,

tal ato é inexistente, sendo que este se caracteriza pelo meio inerente a um de seus elementos essenciais, tornando certa a sua inidoneidade para produzir os efeitos previstos na lei. Isso porque a principal característica do ato inexistente é a impossibilidade de ser de qualquer modo convalidado, ainda que para isso contribua o sucessivo comportamento do seu destinatário ou a conduta processual do seu representante. Embora a inexistência constitua uma categoria que importa na invalidade do ato, da mesma forma que a nulidade, desta difere substancialmente, visto que além de não ter uma regulamentação normativa, sendo uma criação doutrinária, essa categoria inadmite qualquer forma de convalidação, ainda aquela decorrente de decurso do tempo. A nulidade absoluta, embora insanável no curso da relação processual, adquire eficácia com a **res judicata**, uma vez que depois de transitada em julgado a sentença desaparece esse vício. Daí ensinar **Beneditto Pellingra** que a importância da exata delimitação entre os casos de inexistência e de nulidade não é meramente teórica, mas sobretudo prática, visto que aquela envolve toda atividade desenvolvida durante a relação processual, ao passo que a nulidade absoluta desaparece desde que a decisão transite em julgado (Le Nullitá nel Processo Penale Ed. Giuffré — Milano — Itália, 1957, p. 138). Depois de desenvolver um exame comparativo dos vícios dos atos processuais, conclui esse mestre italiano por afirmar que o critério para individualizar a inexistência do ato processual está no exame do pressuposto de existência da relação processual e do ato como documento. É justamente por isso que **Girolano Bellavista** afirma que a inexistência importa sempre numa permanente e definitiva invalidade do ato, que contagia não só os atos sucessivos, mas também os anteriores conexos com o ato inexistente, e pode ser deduzida em todo o estado ou grau do juízo, e até depois de julgado. "A coluna de Hércules do julgado, que sana também a nulidade absoluta, não tem qualquer relevância para os casos de inexistência, os quais superam a coisa julgada, sendo antes de tudo uma aparente coisa julgada (Lezioni di diritto processuale penale — Ed. Dott A. Giuffré — Milano — Itália — 1956, ps. 143/145)".

Atenta a esses subsídios doutrinários é que reponta a lição de **Giovanni Leone** quando ensina que a inexistência resulta da falta de pressupostos processuais, da qual deriva a incapacidade da relação processual (ou de uma fase dela) de vir a ter vida jurídica (Tratato de Diritto Processuale Penale — Ed. Dott. Eugenio Jovene — Napoli — Itália, 1961; p. 743).

Portanto, o ato processual inexistente corresponde a um estado de fato no qual não se encontram os elementos jurídicos para que o ato

possa surgir, constituindo, por isso mesmo, uma realidade fática, não uma realidade jurídica. Disso resulta a afirmativa de **Carnelutti** de que a diferença entre nulidade e inexistência é a mesma que nascer e morrer. Nem se poderá argumentar com a falta de prejuízo, visto que a valoração dessa forma de sanação exige uma existência.

Da mesma sorte, não convalesce a questão a invocação do princípio da economia processual, uma vez que o ato inexistente é inválido e ineficaz.

Por tais motivos é que, no caso em exame, os atos praticados perante a justiça comum, que não têm a jurisdição penal militar, especificamente atribuída a outro órgão, são considerados inexistentes, e privados de qualquer efeito jurídico; não poderão ser ratificados".

Vê-se, portanto, que não há possibilidade sanatória, quer dos atos instrutórios ou decisórios, uma vez que eles são considerados inexistentes.

Não há de se falar também em economia processual, uma vez que não pode aproveitar aquilo que não existe, como bem assentuou o douto representante do Órgão de Cúpula do Ministério Público, citando jurisprudência e doutrina com referência à questão enfocada.

Toma-se ainda como razão de decidir o contido no parecer da Procuradoria Geral de Justiça, que apreciou com acuidade e adequou com esmero a causa em litígio, ficando mantido, pelos seus próprios fundamentos, o despacho atacado.

Acorda a 2a. Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, pela sua terceira turma julgadora, à unanimidade de votos, acolhendo o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, conhecer do recurso e lhe negar provimento, para confirmar a decisão recorrida.

Custas ex-lege.

Tomaram parte no julgamento, além do relator, os desembargadores Pedro Soares Correia e Romeu Pires de Campos Barros, que o presidiu.

Goiânia, 23 de setembro de 1980. Romeu Pires de Campos Barros – Presidente, Geraldo Crispim Borges – Relator, Geraldo Batista de Siqueira – Procurador da Justiça do Estado.

PROCESSO LEGISLATIVO – URGÊNCIA PARA APRECIAÇÃO – CONTAGEM DO PRAZO CONSTITUCIONAL

– Mandado de Segurança. Ato do Presidente da Assembléia Legislativa. Projeto de lei. Aprovação por decurso de prazo. Diligência. Recesso. É cabível a ação de mandado de segurança contra ato do Presidente da Assembléia Legislativa. O Tribunal de Justiça é competente, originariamente, para apreciá-lo e decidi-lo. É de considerar-se aprovado projeto de lei encaminhado pelo Governador do Estado à Assembléia Legislativa, com a solicitação de ser apreciado dentro de quarenta e cinco dias, se nesse prazo não houver deliberação a respeito, salvo quanto aos projetos de codificação. Esse prazo não se conta no período de recesso, exceto se houver convocação extraordinária e nela estiver incluído referido projeto. As diligências, ou quaisquer outros atos, não interrompem a contagem do mencionado prazo fixado pela Constituição do Estado. Na contagem desse prazo, inclui-se o dia do começo. Pedido de segurança indeferido.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS
Mandado de Segurança n. 624 – Goiânia
Relator: Des. Messias de Souza Costa

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os componentes do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, na conformidade com a ata de julgamento, por unanimidade, indeferir o pedido formulado no presente mandado de segurança, nos termos do voto do relator.

Custas, de lei.

Em virtude de o ilustre Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás ter declarado aprovado, por decurso de prazo, a mensagem procedida do Poder Executivo, que solicita autorização para contrair empréstimos, o ilustre impetrante, não se conformando, busca a proteção judicial por intermédio da ação de mandado de segurança. Fê-lo em causa própria, como advogado que é, e "...na defesa de seus

direitos e prerrogativas de Deputado Estadual legalmente investido nas funções parlamentares da presente legislatura . . ." (f. 2).

Expondo os fatos, declara que o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás encaminhou ofício-mensagem à Assembléia Legislativa em 8 de outubro de 1979, processado sob n. 1.451/79, solicitando "autorização para contrair empréstimo com entidade nacional e estrangeira, de até US$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos) ou o seu equivalente em outras moedas e, com instituições financeiras nacionais, de até 5.000.000 (cinco milhões) de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional ou o seu equivalente em moeda do país" (f. 3). E prossegue: Em sessão conjunta das Comissões Reunidas do dia 10 de outubro de 1979, foi ela distribuída ao impetrante, que ofereceu parecer, sugerindo o adiamento da votação, para que esta tivesse início a partir do dia 10 de março de 1980, quando deveria estar definida a reformulação partidária. A outra opinião era no sentido da conversão do processo em diligência, para que fossem solicitadas informações à Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, sobre vários tópicos da mensagem. Essas lembranças foram aprovadas pelas Comissões Técnicas Reunidas, tendo a autoridade impetrada expedido o ofício n. 747/79-GP, de 19 de outubro de 1979, ao Senhor Governador do Estado, pedindo as informações mencionadas no parecer. Continuando, disse:

Ao invés de tomar as iniciativas para o atendimento, o Senhor Governador achou por bem convocar o Poder Legislativo, já em recesso, fazendo-o por ofício de 14 de dezembro de 1979, incluindo na convocação o mencionado processo diligenciado. Prossegue:

Antevendo as manobras para que fosse declarado aprovado o processo por decurso de prazo, o impetrante, na sessão vespertina do dia 2 de janeiro de 1980, fez registrar em ata a advertência "de que qualquer ação no sentido de declarar o Processo n. 1.451 aprovado por "decurso de prazo" será recebida pela Oposição como violência à Lei e nós recorreremos à justiça, imediatamente, para anulá-la, porque não poderemos concordar com nenhum ato de arbítrio aqui praticado" (f. 5). Na noite do mesmo dia, o líder do Governo na Assembléia solicitou avocação do processo ao plenário, alegando escoamento de prazo regimental, tendo o Excelentíssimo Senhor Presidente da Casa deixado de submetê-lo à apreciação, por entender que o mesmo já estava aprovado por decurso de prazo.

Face a esse despacho, o impetrante e outros dois colegas seus lançaram veemente protesto. Estava, desse modo, consumada a maior

aberração jurídica de que já se teve notícia em toda a história da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, disse o ilustre impetrante.

Mostrando o direito, o impetrante continua, ao dizer que o mandado de segurança é o remédio apropriado para sanar os abusos praticados por autoridades, contra direito líquido e certo. Disse mais que tem direito subjetivo de ver cumpridas as diligências de seu parecer.

Tempestivo também o é, porquanto, entre tomar conhecimento do ato inquinado de ilegal e a propositura da ação decorreram 59 dias, menos da metade do período de 120 dias para a impetração.

Referentemente à competência originária do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, para apreciar e decidir o mandado de segurança impetrado contra ato praticado pela Mesa da Assembléia Legislativa, não há nenhuma dúvida.

Quanto ao tempo de aprovação por decurso de prazo, é ele de 45 dias, quando assim solicitado, como o foi, contando-se a partir do recebimento da mensagem e não correndo em período de recesso. E prossegue dizendo que o processo não foi aceito como estava, daí a diligência, suspendendo-se o prazo por causa de sua devolução ao Governo do Estado a partir do dia 19 de outubro de 1979. Se, ainda, tudo o que foi expendido não bastasse, os números mostram que o Senhor Presidente do Legislativo declarou referido processo aprovado com apenas 44 dias. Esta é a síntese do pedido inaugural.

Indeferi o pedido de suspensão do ato impugnado e atendi os de notificação à autoridade coatora, de citação do litisconsorte, bem como de intimação ao órgão do Ministério Público.

Vieram para os autos as informações do impetrado, que disse inexistir direito líquido e certo do impetrante a ser protegido pela segurança. Ademais, a matéria em discussão envolve questões complexas de fato, a serem dirimidas em processo ordinário de declaração de nulidade de ato legislativo. Disse mais que não praticou nenhuma ilegalidade ou abuso de poder, ao declarar aprovada, por decurso de prazo, a referida mensagem, pois esta permaneceu na Assembléia por 45 dias, sem que tivesse sido objeto de deliberação.

É de se esclarecer, também, que de qualquer maneira o projeto tem de ser considerado aprovado, pois não houve a manifestação da Assembléia. Compreende-se esta a que for tomada no plenário e não propriamente nas comissões. A ilustre autoridade indicada no pólo passivo da ação conclui as suas informações enfatizando: "Compreende-se por deliberação da Assembléia a manifestação colhida do seu plenário. No aludido processo 1.451/79 não houve manifestação do plenário. Houve, sim, um parecer das comissões reunidas, que concluiu

pela adoção de uma diligência". E arremata: "É, precisamente, o caso do processo n. 1.451/79, onde o parecer das comissões reunidas não concluiu por nenhum projeto de lei ou de resolução. Para traduzir uma deliberação da Assembléia, deveria ele ser aprovado pelo plenário em uma única discussão e votação, o que não ocorreu até hoje, quando já é decorrido prazo mais do que suficiente para a incidência na norma do artigo 20 da Constituição Estadual". (f. 8).

Por sua vez, o ilustre Governador do Estado, chamado ao processo como litisconsorte passivo necessário, se fez presente com sua contestação, alegando, de começo, em extensas razões, não configurar o alegado e acolhido litisconsórcio.

No mérito, esclarece que o impetrante esqueceu-se de dizer que a Assembléia não encerrou os seus trabalhos no dia 31 de outubro de 1979, pois prorrogou-os até 5 de novembro seguinte, completando, assim, nada menos de 48 dias, período superior ao prazo dentro do qual deveria a Assembléia discutir e votar a mensagem do Executivo.

E continua: Não se verificou a pretensa devolução do processo, pois a iniciativa traduziu em simples encaminhamento de cópia à Governadoria. Além disso, o destinatário das informações seria a Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.

Por outro lado, a aprovação do pedido do âmbito das comissões não teria força para determinar a suspensão do prazo constitucional.

Estas foram, em resumo, as considerações expendidas pelo litis consorte passivo necessário.

O órgão do Ministério Público ofereceu parecer, desse modo sintetizado: Preliminarmente, é induvidosa a competência do Tribunal de Justiça do Estado para apreciar a questão, tempestivamente colocada em juízo. Não tem cabida a pretensão de ver colocado o Chefe do Poder Executivo no pólo passivo da presente relação processual, pois a sua participação limitou-se ao encaminhamento da providência que suscitou o processo legislativo. Doutra parte, não há direito líquido e certo do impetrante, a ser protegido.

No mérito, em longas e fundamentadas razões, mostra ter ultrapassado o prazo de 45 dias para a aprovação. E conclui: "a) o adiamento da votação e promoção de diligências visando a informações complementares, particularmente porque adotadas com nítido e confessado propósito político-partidário, ainda que aprovados pelas Comissões Reunidas da Assembléia, não fazem cessar a fluência do prazo estabelecido no § 3o. do art. 20 da Constituição do Estado; b) as providências referidas não constituiram deliberações da Assembléia Legislativa, senão meras promoções das Comissões Reunidas daquela Casa, tendo a

matéria permanecido à míngua de deliberação legislativa, nos sentidos material e formal, até a declaração de aprovação por decurso de prazo; c) o processo n. 1.451/79 permaneceu na Assembléia Legislativa durante 48 (quarenta e oito) dias até haver sido declarado aprovado por decurso de prazo, o que ocorreu nos precisos termos do preceptivo constitucional já referido". (f. 213-4).

VOTO

Entendo apropriada a presente ação de que se valeu o impetrante, buscando a reparação de um ato, no seu dizer, praticado com ilegalidade. Fazendo parte da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, pode o deputado, individualmente, reclamar o que a todos pertence, fazendo-o através do **mandamus**. As deliberações adotadas pelas assembléias legislativas estão, por igual, sujeitas à revisão da justiça, desde que praticadas em desobediência às normas legais.

É de se ressaltar que o Poder Judiciário não pode intervir na economia interna do legislativo, como que substituindo deliberações adotadas. No entanto, se essas decisões afastarem-se de sua forma, pode o judiciário ser chamado a pronunciar-se, tornando sem efeito aqueles atos praticados em desobediência às normas pré-estabelecidas. O ilustre Prof. HELY LOPES MEIRELLES denomina essas questões como **interna corporis** e ensina: **Interna corporis** são somente aquelas questões interna da corporação legislativa, com suas prerrogativas institucionais, ou com a faculdade de valorar matéria de sua privativa competência. Tais são os atos de composição da Mesa, de apreciação da conduta de seus membros e de julgamento das infrações político-administrativas do Prefeito, de formação da lei e de manifestação sobre o veto. Daí não se conclua, porém, que tais assuntos afastam por completo a revisão judicial. Não é assim. O que a justiça não pode é substituir a deliberação da Câmara por um pronunciamento de mérito do Poder Judiciário. Não se pode olvidar, todavia, que os **interna corporis** são atos formalmente administrativos e materialmente políticos. Na sua tramitação e forma ficam sujeitos ao exame judicial como os demais atos; na valoração de seu conteúdo refogem da censura do Judiciário". (Direito Municipal Brasileiro, 3a. ed., 1977, ps. 692-3).

Para exercitar o uso dessa ação especialíssima, tem a parte o prazo de cento e vinte dias. Estando o impetrante presente à sessão em que se praticou o ato indicado como ilegal, desnecessária se fazia mesmo qualquer comunicação expressa. Tomando conhecimento do ato

na sessão de 2 de janeiro de 1980 e colocando a ação em juízo no dia 29 de fevereiro do mesmo ano, fê-lo tempestivamente.

Sobre a competência deste Tribunal para apreciar a matéria, não pode adejar dúvida alguma, face ao que dispõe, de modo límpido, o art. 32, item XXI, alínea f, da Resolução n. 2, de 23 de dezembro de 1976 – Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado.

Em suas informações, a autoridade coatora examina o assunto ora em deslinde, indicando-o como envolvente a uma complexa questão a ser dirimida mais apropriadamente por intermédio de um processo ordinário de declaração de nulidade de ato legislativo.

Como já disse no início, entendo apropriada a ação escolhida pelo impetrante. Embora à primeira vista possa parecer complexa a questão, pode ela ser resolvida com os elementos probantes que estão acoplados aos autos. Questão complexa, impossível de ser dirimida pelas estreitas vias do **writ**, é aquela dependente de provas externas. A interpretação de textos legais, por mais intrincados que sejam, não podem afastar o uso da ação escolhida. Desse modo, desprezo a preliminar de impropriedade da ação.

Argúi o ilustre Governador do Estado a inexistência de litisconsórcio, por não haver nenhuma comunhão de direitos e obrigações com os fatos e circunstâncias do processo legislativo. E aduz: "Competindo-me privativamente, como governador, iniciar o processo legislativo, quando se tratar de lei que disponha sobre matéria financeira, assim como sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, ou vetar os projetos, ex-vi dos arts. 49, ns. II, III e IV, e 23, n. 1, da mencionada Carta, contive-me no perímetro dessa competência constitucional, limitando-me ao encaminhamento do projeto, à convocação de sessões extraordinárias para o respectivo exame, e, finalmente, a sancioná-lo, com vetos". (f. 67).

Embora a Lei n. 1.533, de 31 de dezembro de 1951, estabeleça as normas gerais relativas ao mandado de segurança, indica ela que se apliquem as disposições do Código de Processo Civil no que se refere ao litisconsórcio.

Entendo ser irrecusável a presença nos autos do ilustre Governador do Estado. É que, ao receber a comunicação do ilustre Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, de que o projeto de lei encaminhado à deliberação do Poder Legislativo havia sido aprovado por decurso de prazo, S. Exa. sancionou-o, com vetos. Se desfeito o ato que deu origem à comunicação, referida decisão atingirá, por certo, o ato de sanção praticado pelo Chefe do Poder Executivo.

É de se ver, também, que o ilustre Governador do Estado é o

beneficiário direto do ato impugnado, pois, não fosse a atitude do ilustre Presidente da Assembléia Legislativa, declarando aprovado o mencionado projeto-de-lei, não teria o Chefe do Executivo condições legais para sancioná-lo, como o fez, inclusive com vetos.

O ilustre Prof. HELY LOPES MEIRELLES, por todos festejado, indica a figura do litisconsórcio irrecusável, ao dizer: "no litisconsórcio irrecusável, a causa pertence a cada um isoladamente, mas como é comum o interesse das partes e conexa a relação de direito, a decisão do pedido de um influirá na do outro, razão pela qual o litisconsórcio não poderá ser recusado por qualquer dos litigantes"; "A propósito, observamos que nas impetrações em que há beneficiários do ato ou contrato impugnado, esses beneficiários são litisconsortes necessários que devem integrar a lide, sob pena de nulidade do processo". (Mandado de Segurança e Ação Popular, 5a. ed. 1978. p. 34-5).

Também Ulderico Pires dos Santos, citando Celso Agrícola Barbi, assegura: " . . . toda vez que o mandado de segurança implicar modificação na posição jurídica de outras pessoas, que foram diretamente beneficiadas pelo ato impugnado, ou, mais precisamente, quando a sentença modificar o direito subjetivo criado pelo ato impugnado em favor de outras pessoas, haverá "litisconsórcio necessário", e a sentença não poderá ser dada sem que esses terceiros sejam citados como partes passivas na ação. Se o impetrante não houver pedido a citação, poderá o juiz determiná-la, na forma do art. 91 do Código de Processo Civil" (O Mandado de Segurança na Doutrina e Jurisprudência, 2a. ed., 1977, p. 372).

Ora, de posse da mencionada comunicação, o Chefe do Poder Executivo Estadual pode transformar o seu projeto em lei e, consequentemente, tem condições de dar-lhe execução. Isso quer dizer que a sua solicitação, embora de modo indireto, encontrou guarida por parte do Poder Legislativo Estadual. Se em sua tramitação legislativa houve falhas, evidentemente que não podem elas ser debitadas ao autor da proposição, que se limitou ao encaminhamento. Contudo, se na efetivação da medida pleiteada houver vícios capazes de invalidar o ato, o efeito não se limita ao âmbito do legislativo, mas se irradia para alcançar também o ato de sanção praticado pelo Governador.

O processo legislativo, embora havendo a iniciativa governamental, não se completa senão depois de sancionado. É verdadeiramente um ato composto que demanda iniciativa, votação, sanção e publicação. Qualquer vício no seu processamento pode invalidá-lo, em qualquer de suas fases.

Ante essas considerações, desprezo a preliminar suscitada, mantendo, no pólo passivo da presente ação, o ilustre Governador do Estado de Goiás como litisconsorte passivo necessário.

Afastadas as preliminares, passo ao exame do mérito questionado.

Através do ofício-mensagem n. 73, de 8 de outubro de 1979, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás submeteu à consideração da Assembléia Legislativa do Estado, já em caráter de renovação, projeto de lei solicitando autorização para a contratação de financiamentos na ordem de até US$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), com financiadores estrangeiros, e de até 5.000.000 (cinco milhões) de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, com instituições financeiras nacionais, apresentando, à ocasião, o respectivo plano de aplicação.

Solicitou, ainda, fosse o projeto de lei em referência apreciado dentro dos limites estabelecidos pelo art. 20, **caput**, da Constituição do Estado de Goiás, ou seja, no prazo de 45 dias.

É de ser evidenciado que o assunto versado na mensagem é daqueles relacionados como de iniciativa exclusiva do Governador, por se tratar de matéria financeira, nos termos do art. 23, I, da Constituição do Estado. É que o controle financeiro do Estado é exercido pelo Chefe do Poder Executivo e só a ele compete essa iniciativa. Ao fazê-lo e usando do dispositivo constitucional invocado, pediu fosse o assunto apreciado naquele espaço de tempo.

A Constituição do Estado de Goiás confere ao Governador, assim como a do Brasil o faz com relação ao Presidente da República, o privilégio de solicitar que a apreciação de projeto de lei encaminhado ao legislativo o seja em quarenta e cinco dias. Tem esse dispositivo a finalidade de evitar a demora na apreciação de matérias consideradas prioritárias para o desenvolvimento da administração pública.

Interessante ressaltar que essa limitação de tempo abrange qualquer matéria, desde que, a juízo do Chefe do Poder Executivo, haja a solicitação. Restringe-se apenas no tocante aos projetos de codificação.

Uma vez acionado o dispositivo constitucional, deverá ele atingir o objetivo, com a aprovação ou rejeição da matéria, dentro do espaço de tempo indicado. Faz-se uma ressalva na contagem desse prazo. É que ele não é considerado no período de recesso da assembléia, porquanto existe na Constituição dispositivo expresso nesse sentido (art. 20, § 3o.).

O referido ofício-mensagem, capeando o projeto de lei em referência, foi processado sob o n. 1.451/79, e deu entrada na Assembléia do Estado em 8 de outubro de 1979. Passando ao plenário no dia imediato, foi recebido pelas Comissões Reunidas no dia 10 seguinte, sendo distribuído nesse mesmo dia ao impetrante. Aprovado o parecer em reunião das comissões realizada a 18 do mesmo mês e ano, foi, pelo Presidente da Assembléia, expedido ofício no dia 19 imediato, dirigido ao Governador do Estado, encaminhando-lhe a segunda via daquele pronunciamento, solicitando as informações ali indicadas.

Por ter o ilustre Presidente da Assembléia declarado aprovado o referido projeto de lei, por decurso de prazo, o impetrante fez uso da presente ação, visando à anulação desse ato.

Desenvolvendo o tema objeto do litígio, o impetrante sustenta que, com a conversão do processo em diligência, o prazo para o Poder Legislativo deixou de fluir a partir do momento da remessa do processo ao Executivo, efetivada no dia 19 de outubro de 1979. Em suas longas razões, e com sustentáculo em parecer de processo semelhante, adotado pela Comissão de Constituição e Justiça, firma o princípio de não ter havido o decurso do prazo constitucional, face à diligência operada.

O parecer aprovado pelas Comissões Reunidas da Assembléia Legislativa concluiu sugerindo as seguintes medidas: adiamento da discussão e votação da mensagem até o dia 10 de março de 1980 e conversão do processo em diligência, a fim de que fossem solicitadas informações da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Quanto à primeira providência, evidentemente que ficou sob a dependência da segunda, eis que é de se entender que a diligência limitava-se ao prazo do adiamento.

Para dirimir a controvérsia, é preciso saber, primeiramente, se a diligência tem forças suficientes para suspender o prazo constitucional de apreciação a ele sujeita.

Não há dúvida alguma de que compete ao Poder Legislativo estabelecer a maneira de apreciação das matérias, indicando, de acordo com a sua conveniência, quais as comissões a serem ouvidas e os prazos para as decisões. A limitação do tempo a ser usado pelas diversas comissões técnicas e o pronunciamento dos oradores no plenário são fatores de real importância para os trabalhos de uma assembléia. Sem o uso dessas diretrizes, a produção se torna diminuta e até mesmo ineficaz.

Apesar de competir ao próprio colegiado fixar essas normas de caráter interno, impõe-se a sua adoção dentro dos limites orientadores da legislação pertinente. Quando a Constituição do Estado aponta uma limitação de tempo para a apreciação de matérias sujeitas à deliberação do Poder Legislativo, não pode este fazer quaisquer dilatações, devendo submeter-se às suas disposições, mesmo porque o Estado tam-

bém não pode desviar-se do paradigma federal, referentemente ao processo legislativo (art. 13, III, da C.B.). A propósito do tema, o eminente Min. XAVIER DE ALBUQUERQUE declarou: "Desde o advento da CF/67, o STF tem decidido que os Estados não podem se afastar das linhas mestras do processo legislativo, estabelecidas na Carta Federal, seja quanto a prazos de apreciação de projetos, seja quanto ao **quorum** de deliberação a respeito de certas matérias". (Rp. n. 1.010-4-PR. STF Pleno, 6.9.79, in DJU de 26.10.79).

Ora, se nem a Constituição do Estado pode distanciar-se desse prazo de 45 dias previsto pelo art. 51 da Constituição do Brasil, nem mais a Assembléia Legislativa, ainda que de maneira indireta, como quer o ilustre impetrante.

No caso em deslinde, o ilustre Governador do Estado, ao encaminhar a mensagem, com o respectivo projeto de lei, manifestou-se, expressamente, nestes termos:

> "Assim exposto, entendo haver demonstrado a importância de que se reveste a propositura em referência para o povo goiano, pelo que aguardo a sua aprovação por essa Augusta Assembléia, solicitando, dada a sua urgência, lhe seja dispensado o tratamento previsto no art. 20 da Constituição Estadual". (f. 88).

O dispositivo invocado da Constituição do Estado de Goiás — Emenda n. 1, de 7 de julho de 1970, tem a seguinte redação:

> "Art. 20 — O Governador poderá enviar à Assembléia Legislativa projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais, se assim o solicitar, serão apreciados dentro de quarenta e cinco dias, a contar de seu recebimento na Casa".

Preceito análogo está inserido na Constituição do Brasil (art. 51), tendo a Câmara dos Deputados dedicado um capítulo em seu Regimento Interno, estabelecendo normas internas, fazendo-o, porém, dentro dos parâmetros das disponibilidades.

Não vejo ilegalidade alguma em uma comissão técnica de um legislativo aprovar e adotar um parecer, sugerindo diligência para um processo, a fim de colher informações esclarecedoras sobre a matéria em debate. Todavia, para que isso possa acontecer, necessário se faz a existência de normas regimentais indicando as condições e prazos para essas ocorrências. Até mesmo em projetos de iniciativa do Governador, com tramitação em prazo determinado, porém, desde que exista a norma e não ultrapasse o prazo constitucional.

Como disse, a questão da tramitação pertence ao Poder Legislativo. Contudo, o prazo não, porquanto a Constituição o estabelece em seu teto máximo.

Não pode o legislativo, quer pelas suas comissões técnicas, isoladas ou reunidas, ou o Presidente da Assembléia, ou, ainda, o próprio plenário, praticar atos em projetos de lei com prazos determinados para a sua apreciação, prejudiciais à sua normal tramitação. Se diligência houver de ser feita, com o gasto de tempo superior àquele estabelecido, evidentemente que tal ato não pode ser praticado, por prejudicial ao andamento.

A Constituição do Estado, ao fixar o prazo através de seu artigo 20, para a apreciação de determinados projetos de lei, por parte da Assembléia Legislativa, fez ressalva em apenas dois casos, a saber:

> "O prazo fixado neste artigo não corre em período de recesso da Assembléia" (§ 3o.);
>
> "O disposto neste artigo não é aplicável à tramitação dos projetos de codificação, ainda que de iniciativa do Governador". (§ 4o.).

Em assim sendo, é de se ver que, como já disse, qualquer outro ato — e não é só diligência, visando à dilatação desse prazo constitucional, fere o dispositivo em apreço e, consequentemente, não tem valor algum.

O fato de o ilustre Presidente da Assembléia ter acatado parecer das Comissões Reunidas e expedido o ofício solicitando as informações para a instrução do processo, esse ato, por igual, não tem o poder de suspender o prazo estabelecido na Constituição.

Quando as Comissões Reunidas decidiram adiar a discussão e votação da matéria para reiniciá-la a partir de 10 de março de 1980 e, ao mesmo tempo, converter o processo em diligência, não o fizeram, evidentemente, no sentido da não aceitação do projeto. As comissões técnicas de um legislativo têm por finalidade precípua o exame das matérias que lhe são submetidas, para o fim de oferecer ao plenário, em forma de parecer conclusivo, a opinião de cada especializada. Por exemplo: A Comissão de Constituição e Justiça verifica o assunto sob o aspecto da legalidade, enquanto que a de Finanças observa-o sob o prisma econômico-financeiro, e assim acontece com as demais. Pode, também, como no caso presente, reunir duas ou mais comissões, para um estudo conjunto. Todas as iniciativas visando a instruir convenientemente os processos são válidas. Entretanto, os adiamentos, as diligências ou outras providências a serem adotadas, não querem significar, jamais, a não aceitação de um projeto.

O que pode ocorrer, no âmbito das comissões, é a rejeição da matéria, desde que haja parecer contrário de todas as comissões (art. 28, par. único, da C.E.).

Desse modo, não pode ser entendido que as Comissões Reunidas deixaram de aceitar o projeto de lei em referência, mas, tão somente, sugeriram adiamento e diligência.

É de se ressaltar que o Presidente da Assembléia, ao dar cumprimento à decisão das Comissões Reunidas, não fez a remessa do processo n. 1.451/79 ao Chefe do Poder Executivo, mas, apenas encaminhou a segunda via do parecer proferido, através de xerocópia (f. 156).

Sobre o período de recesso, nada há que acrescentar, porquanto a Constituição Estadual deixou claro que o prazo não corre. Entretanto, se mesmo durante o recesso houver convocação da Assembléia e for incluído projeto de lei sujeito à apreciação fora do prazo determinado, evidentemente que a tramitação fica restabelecida em toda a sua plenitude.

O recesso pressupõe inatividade e, mediante a convocação, desaparece esta para dar lugar à volta à normalidade dos trabalhos. Nesse caso, tem aplicabilidade o dispositivo anteriormente mencionado, sobre a aplicação do prazo determinado.

Quando a Assembléia Legislativa do Estado encontrava-se em plena e normal atividade, porquanto dentro do período que anualmente se reúne, recebeu ela a mensagem contendo o projeto de lei já anunciado.

De acordo com o disposto no art. 7o., **caput**, da Constituição do Estado de Goiás — Emenda n. 1, de 7 de julho de 1970, alterada pela Lei Constitucional n. 5, de 28 de junho de 1973, "A Assembléia Legislativa reunir-se-á, anualmente, na Capital do Estado, de 1o. de março a 30 de junho e de 1o. de agosto a 31 de outubro"

Ocorre, no entanto, que os trabalhos legislativos do ano de 1979 foram prorrogados até o dia 5 de novembro do mesmo ano, porém efetivamente encerrados no dia 4 do mesmo mês e ano.

Poderia a Assembléia Legislativa prorrogar o seu período anual de reuniões, face ao dispositivo expresso anteriormente invocado e limitativo a 31 de outubro? A resposta há de ser afirmativa, face ao que dispõe o § 3o. do mencionado art. 7o. da Constituição do Estado, **in verbis:** "A sessão legislativa poderá ser prorrogada mediante requerimento de um terço dos Deputados estaduais, aprovado por maioria absoluta". O documento de f. 173 noticia a existência de requerimentos

aprovados, prorrogando os trabalhos legislativos, no espaço de tempo anteriormente mostrado.

Sendo legítima essa prorrogação, como realmente o é, há de ser considerado que a Assembléia Legislativa encerrou o seu período anual e normal do exercício de 1979 no dia 4 de novembro e não a 31 de outubro, como estava previsto.

Após esse dia, a Assembléia entrou em recesso, suspendendo, automaticamente, o prazo para os projetos de lei com tramitação por tempo determinado, inclusive, é claro, para aquele sob exame nestes atos.

Um fato novo ocorreu. Apesar de encontrar-se em recesso, foi a Assembléia Legislativa chamada à atividade, por força de convocação do Senhor Governador do Estado que usou, para tanto, do disposto no art. 7o., § 2o., da Constituição, que diz: "Cabe ao Governador a convocação extraordinária da Assembléia. Na sessão legislativa extraordinária, a Assembléia somente poderá deliberar sobre a matéria para a qual tiver sido convocada.

O ofício n. 1980, de 14 de dezembro de 1979, noticia o pedido de convocação, a partir do dia 17 seguinte, nele incluindo a mensagem n. 73, de 8 de outubro de 1979, objeto da presente contenda (f. 166 e 168).

Providenciou o ilustre Presidente da Assembléia essa convocação extraordinária, expedindo-se edital e ofícios-circulares, tendo ocorrido o funcionamento do Legislativo Estadual no período compreendido entre 17 de dezembro de 1979 a 3 de janeiro de 1980 (f. 170-2).

O ilustre impetrante, ao elaborar o cálculo referente ao prazo, fê-lo assim: De 8 a 31 de outubro, 24 dias; De 14 de dezembro a 2 de janeiro, 20 dias; Total: 44 dias (f. 18).

Conforme mostra a certidão de f. 173, os trabalhos legislativos de 1979 não foram encerrados no dia 31 de outubro, mas, efetivamente, em 4 de novembro. Houve, por certo, omissão desses 4 dias do mês de novembro que, somados aos 44, seriam 48 dias, resultado esse também alcançado no cálculo feito pelo litisconsorte (f. 70).

O despacho que declarou aprovado o referido projeto de lei, por decurso de prazo, foi proferido no dia 3 de janeiro de 1980, conforme se vê pelo documento de f. 30-1, **in verbis:** "De acordo com o artigo 20 da Constituição Estadual, o presente processo foi aprovado por decurso de prazo. À Secretaria para os devidos fins. Em 03.01.80. Ass. Deputado Domingos Venâncio — 1o. Secretário".

Pode parecer que a decisão do ilustre Presidente da Assembléia, declarando aprovado o projeto em referência, por decurso de prazo,

tenha ocorrido no dia 2 de janeiro de 1980, porquanto essa sua declaração está contida na ata da 31a. sessão, a qual foi iniciada às vinte e três horas e cinquenta minutos do referido dia. Disse vinte e três horas e cinquenta minutos e não onze horas e cinquenta minutos como está escrito na referida ata (f. 182), porque está evidente o equívoco. Explico. Os autos mostram uma sequência de sessões extraordinárias realizadas nos dias 2 e 3 de janeiro de 1980. A 28a. sessão teve início às quinze horas (f. 174); a 29a., às dezessete horas (f. 176); a 30a., às vinte horas e trinta e cinco minutos (f. 177); a 31a. não poderia ter sido às onze e cinquenta minutos, mas, corretamente, às vinte e três horas e cinquenta minutos (f. 182), ainda mais que as 32a. e 33a. foram realizadas às cinco horas e cinco horas e cinquenta e cinco minutos, respectivamente, do dia imediato, ou seja, 3 de janeiro de 1980 (f. 192-3). Além disso, é de se ver o perfeito seguimento nas páginas do livro de atas, começando pela de n. 134 e terminando com a 143-verso (f. 174-192). Está, pois, desfeita a dúvida quanto ao horário.

Iniciada que foi a 31a. sessão às vinte e três horas e cinquenta minutos do dia 2 de janeiro de 1980, a decisão do ilustre Presidente da Assembléia foi realmente proferida no dia 3 seguinte. É que, começada a referida sessão, quando faltavam apenas dez minutos para alcançar o dia imediato, foram praticados os seguintes atos antes da mencionada decisão presidencial: "Aberta a sessão, o Sr. 2o. Secretário leu a ata anterior. Neste instante, em face de diversas questões de ordem levantadas visando ao acréscimo de alguns tópicos à ata que acabara de ser lida, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo prazo necessário às emendas solicitadas. Reaberta a sessão, por solicitação do Sr. Presidente, o Sr. 2o. Secretário procedeu à leitura do texto acrescentado. Colocada em votação a ata assim retificada, foi a mesma aprovada. A seguir, os senhores Deputados João Divino, em nome do Bloco Oposicionista, Helenês Cândido, no do Bloco da Situação e João Felipe falando pelos Blocos Independente e Nacionalista, cumprimentaram a Dra. Maria de Lourdes Tavares, Diretora Administrativa da Secretaria da Assembléia, cujo aniversário natalício hoje transcorre. Após associar-se aos cumprimentos de todos os senhores deputados à Dra. Maria de Lourdes Tavares, o Sr. Presidente, à falta de Expediente a ser lido, declarou oportuno o momento para apresentação de matérias, tendo feito uso da palavra o Sr. deputado Domingos Venâncio, lendo requerimento n. 1.846, em regime de urgência e preferência, no qual requer seja avocado das Comissões Reunidas o processo n. 1.451/79, oriundo da Governadoria, constante de ofício de convocação. Neste instante, por solicitação do Sr. deputado Domingos Venâncio

e ouvidas as lideranças dos Blocos Parlamentares, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos para reunião das Comissões Técnicas. Reaberta a sessão, ainda na fase de apresentação de matérias, fizeram uso da palavra os senhores deputados Juracy Teixeira, apresentando projeto de lei subscrito por trinta e sete parlamentares, que introduz alteração na tabela I, do Regimento de Custas, baixado pelo Decreto n. 107, de 29.04.71, com a nova redação dada pelo artigo 2o., da Lei n. 8.043, de 23.12.75; Gilson Machado, lendo requerimento n. 1.847, no qual pede providências ao Chefe do Executivo e à Secretaria de Transportes. Terminada a apresentação de matérias, passou-se à apreciação dos requerimentos em regime de urgência e preferência. Anunciada a votação do requerimento n. 1.846, que faz referência ao processo n. 1.451/79, o Sr. Presidente deixou de submetê-lo à apreciação do Plenário, por entender que o processo em tela já estava aprovado por decurso de prazo, conforme preceitua o artigo 20, da Constituição Estadual, aduzindo, ainda, em favor de sua decisão, a opinião dos eminentes e respeitados constitucionalistas pátrios". (f. 182-4). Por aí se vê, pela simples leitura que fiz, que o tempo gasto na prática desses atos foi superior a dez minutos, tanto mais que a sessão foi suspensa por duas vezes, a primeira visando ao acréscimo de alguns tópicos na ata da sessão anterior e a segunda para reunião das Comissões Técnicas. Também, a sessão em referência terminou trinta minutos antes de iniciada a seguinte, e esta teve início às cinco horas do dia 3 de janeiro de 1980.

Estas foram as razões que me convenceram de que a decisão atacada foi realmente proferida no dia 3 e não 2.

Em síntese, os prazos dos dois períodos são dessa maneira contados:

De 08.10.79 a 04.11.79	=	28 dias
De 17.12.79 a 02.01.80	=	17 dias
Total	=	45 dias

A divergência do cálculo, referente ao prazo, por mim elaborado, com os demais, está em que considerei apenas dois períodos, sendo, o primeiro, de 28 dias, e o segundo, de 17, perfazendo o total de 45 dias. Não poderia ser outra a maneira de avaliação, eis que o período de reuniões normais do legislativo no ano de 1979 não sofreu solução de continuidade, porquanto foi prorrogado até 4 de novembro. Quanto

ao período extraordinário, considerei o início da convocação, que foi realmente o dia 17 de dezembro e não 14, data esta do ofício convocatório. Essa estimação, em seu resultado final, coincide com a da autoridade coatora, apenas se desviando quanto à maneira de calcular, vez que secionou ela o período de reuniões normais com o da prorrogação, i. é., fez-se a adição dos 24 dias encontrados no espaço de 8 a 31 de outubro com os 4 da prorrogação, que foi de 1o. a 4 de novembro. A soma, como não poderia deixar de ser, coincidiu, ou seja, 28 dias, que somados aos 17 já mencionados deram o resultado de 45 dias.

Em sua sustentação oral, o ilustre impetrante arguiu uma questão nova, diferente daquela mostrada no petitório inicial. Mesmo entendendo que no caso houve modificação no pedido, apanhando as partes de surpresa, aprecio-o neste instante, dada a sua simplicidade e por não causar prejuízo algum.

Na peça vestibular, o ilustre impetrante contou o prazo incluindo o dia do começo e agora o faz excluindo-o, usando, para tanto, do disposto no art. 125 do Código Civil.

É bem verdade que a lei substantiva civil determina, na contagem do prazo, a exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento. Todavia, no **caput** do referido artigo fez-se a ressalva ao mencionar "Salvo disposição em contrário . . ."

Dentre as diversas exceções a essa regra geral, encontre-se a questão ora em deslinde. É que a Constituição do Estado de Goiás é expressa ao dizer: " . . . serão apreciados dentro de quarenta e cinco dias, a contar do seu recebimento da Casa". Entende-se perfeitamente que o projeto de lei ora questionado deveria ter sido apreciado no prazo previsto, devendo, **in casu**, ser incluído o dia do começo, conforme o fez, acertadamente, o impetrante, em sua peça vestibular.

Esse princípio não distoa relativamente à área federal, porquanto a Constituição do Brasil, em seu art. 51, estabelece que " . . . serão apreciados dentro de quarenta e cinco dias, a contar de seu recebimento na Câmara dos Deputados, e de igual prazo no Senado Federal".

Desse modo, para o caso em debate, perfeita é a regra da inclusão do dia do começo, na contagem do prazo, como realmente foi feito.

Ante essas evidentes demonstrações, todas elas comprovadas nos autos, tenho a ressaltar que o ato considerando aprovado, por decurso de prazo, o projeto de lei encaminhado à consideração da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, através do ofício-mensagem n. 73, de 8 de outubro de 1979, é perfeito e legítimo, porquanto amparado se encontra pelo art. 20, § 2o., da vigente Constituição do Estado de Goiás.

Pelo que restou evidenciado, o impetrante, apesar de seu ingente esforço, não conseguiu comprovar a certeza e liquidez do direito invocado, não merecendo, pois, o amparo pleiteado.

Assim, pelas razões expostas, indefiro o pedido formulado no presente mandado de segurança.

Participaram do julgamento, além do relator, os Desembargadores Fenelon Teodoro Reis, Mauro Campos, Ulderico Geraldo Rodrigues, Joaquim Henrique de Sá, Lafaiete Silveira, Juarez, Távora de Azeredo Coutinho, Pedro Soares Correia, Fausto Xavier de Rezende, Clenon de Barros Loyola, Rivadávia Licínio de Miranda, Firmo Ferreira Gomes de Castro, Arinan de Loyola Fleury, Celso Fleury, Leôncio Pinheiro de Lemos, Geraldo Crispim Borges, Sebastião de Souza e João Canedo Machado.

Fizeram sustentação oral, o Dr. João Divino Dorneles, em causa própria, e os Drs. Rivadávia Xavier Nunes e Elísio de Assis Costa pelo impetrado e litisconsorte, respectivamente.

Goiânia, 14 de maio de 1980. Paulo de Amorim — Presidente, Messias de Souza Costa — Relator.

RECURSO ADESIVO: – NECESSIDADE DE PETIÇÃO PRÓPRIA – POSSE: CLANDESTINIDADE E PRECARIEDADE – QUALIDADES QUE NÃO COEXISTEM – POSSE DE MÁ-FÉ: SUAS CONSEQUÊNCIAS.

I – **Recurso adesivo.** Não se pode considerar recurso adesivo o pedido de reforma parcial da sentença formulado em contra-razões de apelação.

II – **Sentença.** Falta de fundamentação. Nulidade. Segundo o magistério da mais autorizada doutrina, sentença não fundamentada é ato processual nulo.

III – **Posse.** Vícios de clandestinidade e precariedade. Impossibilidade da coexistência de ambos os vícios. **Clandestina** é a posse que se adquire às ocultas daquele que tem interesse em conhecê-la, ao passo que **precária** é a posse advinda do abuso de alguém que recebe a coisa com a obrigação de restituí-la e, depois, se recusa a fazê-lo. Não é possível, portanto, a coexistência, na mesma posse, de ambos os vícios.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS
Apelação Cível n. 12.496 – Goiânia
Relator: Des. Mauro Campos

ACÓRDÃO

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de apelação cível n. 12.496, da comarca de Goiânia, em que figuram como apelante A. A. e apelados J. L. R. e outros.

RELATÓRIO

Trata-se de ação de reintegração de posse com pedido de expedição de mandado liminar proposta em desfavor dos apelados J. L. R. e outros pelo ora apelante A. A., que, em apertada síntese, alegou o seguinte:

É o autor proprietário e possuidor dos lotes urbanos ns. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 15 da quadra 64 e 3, 4 e 5 da quadra 65, situados no Bairro Jardim Europa, nesta Capital, adjudicados que lhe foram da massa falida SOMA – Sociedade Moura e Alencar – Construções, Comércio e Indústria Ltda., conforme sentença datada de 28.11.1974. A posse foi-lhe transmitida livre, desembaraçada e desimpedida de posseiros, estando os lotes cercados. Imitido na posse, mantém o autor em dia o pagamento dos impostos, inclusive os relativos ao exercício de 1978.

Entretanto, no decorrer dos meses de setembro de 1977 a janeiro de 1978, os réus invadiram os lotes, edificando diversos barracões. Além de ferir dispositivos legais, a atitude dos réus vem acarretando sérios transtornos à administração pública, visto como edificaram construções de maneira desordenada, atingindo ruas e avenidas, prejudicando o serviço de urbanização daquele setor.

No dia 22 de fevereiro de 1978, o autor pleiteou junto ao Departamento de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura de Goiânia a abertura de ruas e avenidas, mas o processo teve o seu andamento prejudicado, dada a injustificada resistência dos invasores em abandonar o imóvel.

Depois de tecer comentários ao "Projeto Cura", salienta o autor que a quase totalidade dos invasores é constituída de "verdadeiros usurpadores da propriedade alheia, objetivando auferir vantagens ilícitas pois ocupam o imóvel, constroem barracões e em seguida" os vendem ou alugam aos menos avisados.

A contestação formulada pelos réus pode ser assim resumida:

Quando o autor adquiriu os lotes, já havia posseiros com suas casas construídas, em posse mansa e pacífica. O autor tem somente o domínio e a posse indireta dos imóveis. Na antiga Vila Mauá, hoje Jardim Europa, quando os réus para lá mudaram, não havia habitação, mas somente terrenos baldios, como se fossem terras devolutas, "sem sinal de benfeitorias e construções nos imóveis". Os réus são "posseiros de boa fé", porque nos lotes estão "há mais de ano e dia, em posse adquirida sem ser violenta, não foi clandestina, e nem mesmo precária".

Foi negada a liminar. A sentença de f. 182 a 184, parte integrante desta exposição, contém este dispositivo:

> "Na medida dos fundamentos expostos, JULGO procedente a ação em tela. Contudo, determino a avaliação das benfeitorias nos lotes respectivos e depois de depositado o preço aprovado, sejam os posseiros retirados das posses peculiares.
> Atendendo ao princípio da sucumbência, condeno os réus no pagamento das custas processuais e ver-

bas advocatícias, que arbitro em 15% sobre o valor dado à causa".

Inconformado, apelou o autor no sentido de reforma parcial da sentença, quanto à determinação do ressarcimento de benfeitorias, condenados os apelados ao desfazimento das construções conforme pleiteado na inicial.

Censura o apelante a contradição da sentença, que, embora qualifique os apelados como possuidores de má fé, lhes reconhece o direito de retenção pelas benfeitorias. Ressalta o equívoco da sentença, ao classificar como benfeitorias necessárias as construções edificadas pelos apelados.

Em sua resposta, os apelados pugnam pela reforma da sentença na parte em que deixara de condenar o autor ao pagamento das custas e honorários advocatícios. No tocante à condenação do autor ao ressarcimento das benfeitorias, batem-se pela manutenção da sentença.

Remessa e preparo oportunos. À douta revisão do Exmo. Sr. Des. Celso Fleury.

VOTO DO RELATOR

1. Inconformado com a sentença que, ao concluir pela procedência da ação de reintegração de posse, reconheceu aos réus o direito de retenção pelo ressarcimento das benfeitorias necessárias, apelou o autor na dilação própria.

Assim, específico e tempestivo, merece conhecido o seu apelatório.

2. A seu turno, na resposta, insistem os apelados na reforma parcial da sentença, a fim de que o autor seja condenado a pagar custas e os honorários advocatícios.

Todavia, para a reforma parcial da sentença, como pedem, teriam os réus de interpor o recurso adesivo de que cuida o art. 500 do Código de Processo Civil.

Com efeito, segundo a melhor orientação pretoriana, não se consideram recursos dessa natureza simples alegações contidas em contrarazões (Revista dos Tribunais, 471/237; 489/122).

Daí por que não conheço do recurso adesivo.

3. Afirmou a sentença ser **clandestina** e **precária** a posse dos apelados, salientando, expressivamente, que "sabiam eles que os imóveis ocupados eram de terceiros, e não terras devolutas".

Por sua manifesta incongruência, a assertiva causa estupefação.

Ora, **clandestina** é a posse que se adquire às ocultas daquele que tem interesse em conhecê-la, ao passo que **precária** é a posse advinda do abuso de alguém que recebe a coisa com a obrigação de restituí-la e, depois, se recusa a fazê-lo (CLÓVIS BEVILÁQUA, Código Civil Comentado, 3/15; Azevedo MARQUES, A Ação Possessória, p. 34; TITO FULGÊNCIO, Da Posse e das Ações Possessórias, p. 34; JOÃO LUIZ ALVES, Código Civil Anotado, p. 379; WASHINGTON DE BARROS MONTEIRO, Curso de Direito Civil, 3/29; ORLANDO GOMES, Direitos Reais, p. 43).

Como se vê, e claramente visto, a posse pode ser ou **clandestina** ou **precária**, mas conter ambos os vícios ao mesmo tempo é impossível.

Em seguida, frisou a sentença ser comum, "no nosso meio, pessoas adentrarem em terreno alheio e lá construírem benfeitorias úteis, procurando assim adquirirem dito terreno, com seu **precário direito de posse**".

Data venia, a expressão não é adequada. A posse é que poderá ser **precária** e não o direito de posse.

Ademais disso, o exemplo dado não seria caso de posse **precária.** Aplicar-se-ia melhor a casos de posse **violenta**, se adquirida pela força; ou mesmo a casos de posse **clandestina**, se estabelecida sub-repticiamente.

Como quer que seja, a sentença atribuiu aos apelados a posse de má fé.

Como explica ORLANDO GOMES, se alguém "tem consciência de que há obstáculo, ou se sabe da existência do vício que impede a aquisição da coisa, e, não obstante, a adquire, torna-se possuidor de má fé. É que a posse deve ser adquirida com fundamento numa relação positiva com o antigo possuidor, que traduz, intrinsecamente, ausência de lesão a direito de outrem" (ob. cit. p. 44).

Para CARVALHO SANTOS, possuidor de má fé é aquele que não tem título nem convicção de que é proprietário, acentuando que "por ter consciência que a coisa é alheia e que a sua posse tem origem viciosa, o possuidor de má fé é encarado pelo Código como aquele que voluntariamente prejudica a alguém, na espécie, o proprietário, responsabilizando-o pelos prejuízos, como autor de um ato ilícito" (Código Civil Interpretado, 7/207).

Sobre o assunto, a lição de ADROALDO FURTADO FABRÍCIO é magnífica:

> "Em doutrina, podem ser distinguidas duas correntes de opinião sobre a configuração da má fé: a **ética**, que liga a má fé à idéia de culpa, e a **psicoló-**

gica, que, prescindindo daquela idéia, só indaga do conhecimento por parte do sujeito quanto ao vício ou impedimento para a aquisição da posse. O Direito Brasileiro, no que se refere à configuração da boa ou má fé **em tema de posse** (ainda que tenha adotado critério diverso em outros campos), filiou-se claramente à segunda corrente, como está no art. 490 do Código Civil, que alude à ignorância e, por oposição lógica, à ciência do vício ou impedimento, sem cogitar do elemento moral" (Comentários ao Código de Processo Civil, vol. VIII, tomo III, p. 463, n. 304).

Por lhes ter reconhecido a condição de possuidores de má fé, enfatizou a sentença que os apelados "devem ser ressarcidos das benfeitorias necessárias, nos termos do art. 517 do Código Civil".

Tal dispositivo preceitua: "Ao possuidor de má fé serão ressarcidas somente as benfeitorias necessárias; mas lhe não assiste o direito de retenção pela importância destas, nem o de levantar as voluptuárias".

Afrontando, porém, o preceito legal que nega a retenção ao possuidor de má fé, e no qual se fulcra, a sentença condicionou a reintegração do apelante ao depósito do preço das benfeitoras.

Isto significa que a sentença, aos apelados que antes averbara de possuidores de má fé, reconheceu-lhes o direito de retenção, paradoxalmente abroquelando-se no art. 517 do Código Civil, que o nega expressamente.

Além de haver no dispositivo da sentença contradições em barda, hipótese que ensejava o recurso de embargos declaratórios, em momento algum seu prolator fez referência à posse do autor.

Cogitou de examinar, muito de leve, a posse dos réus. Emudeceu quanto à do autor. Por que então da procedência do interdito possessório?

Acresce notar, ainda, não haver mencionado o ilustre magistrado os fundamentos de fato e de direito que o levaram a concluir pela procedência da ação.

Ora, no pleito possessório, incumbe ao autor provar, entre outros fatos, **a sua posse**, "pressuposto fundamental e comum a todas as formas de tutela possessória" (ADROALDO FURTADO FABRÍCIO, ob. cit., p. 546).

E especificamente na ação de reintegração, deve o autor provar também a perda de sua posse (Código de Processo Civil, art. 927, IV).

Outra falha da sentença está em não procurar estabelecer a diferença entre benfeitorias e construções, matéria agitada pelo autor no curso do processo.

Tudo isso demonstra que a sentença apelada está desprovida de motivação ou fundamentação, acarretando a sua nulidade.

Segundo o magistério da mais autorizada doutrina, sentença não motivada é ato processual nulo (JOSÉ FREDERICO MARQUES, LOPES DA COSTA, GABRIEL DE REZENDE FILHO, MOACYR AMARAL SANTOS, WELLINGTON MOREIRA PIMENTEL).

Ante o exposto, provejo o recurso de apelação, para, cassada a sentença, determinar que o MM. Juiz outra profira, observadas as prescrições legais.

Custas ao final.

É o meu voto.

ACORDA o Tribunal de Justiça do Estado, em sessão de sua 2a. Câmara Cível, unanimemente, não conhecer do recurso adesivo, e conhecer do apelatório e provê-lo para, cassada a sentença, ordenar que outra seja proferida, guardadas as prescrições legais, tudo na conformidade do voto do relator, lido na assentada do julgamento.

VOTARAM com o relator os Exmos. Srs. Des. Celso Fleury e Leôncio Pinheiro de Lemos, que presidiu ao julgamento.

Goiânia, 29 de agosto de 1980. Leôncio Pinheiro de Lemos — Presidente, Mauro Campos — Relator.

SONEGAÇÃO FISCAL E FALSIDADE DE DOCUMENTO PÚBLICO — INEXISTÊNCIA DE CONCURSO ENTRE AS NORMAS QUE DEFINEM ESSES CRIMES

— **Concurso aparente de normas. Inocorrência.** Inexiste concurso aparente de normas entre o que dispõe a lei 4.729, de 14.7.65, no art. 1o., ns. II e III, e § 2o., do mesmo art., e os tipos descritos nos artigos 297 e 299, do Código Penal, visto que a lei especial tutela a arrecadação de tributos, com pertinência à sonegação no pagamento destes, enquanto que a norma do Código Penal tutela a fé pública, prevendo a falsidade do documento público, sendo completamente diferentes as situações previstas, não amparando a primeira lei especial a situação dos que falsificam documentos para se locupletarem com o produto do imposto devido ao erário público estadual. Tanto mais, no caso em exame, que dos agentes um é funcionário público estadual e se prevaleceu do cargo para, em conluiu com o outro, que também não era contribuinte, obterem vantagem ilícita, com prejuízo do fisco estadual.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS
Habeas Corpus Originário n. 5.843 — Piracanjuba
Relator: Des. Romeu Pires de Campos Barros

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **habeas corpus** originário n. 5.843, da comarca de Piracanjuba, em que é impetrante: G. R. F., e paciente: o mesmo.

Alega o impetrante, via de seu douto advogado, que fora denunciado em 5.1.70, pela Promotoria de Justiça da Comarca de Piracanjuba, perante o juízo de Direito respectivo, por ter alterado documento público, bem como inserido declaração diversa da que deveria constar em documento dessa natureza, prejudicando direito, criando obrigação, e alterando a verdade sobre fato juridicamente relevante, com a deliberada intenção de transferir o crédito correspondente ao Imposto de Circulação de Mercadorias, lesando conseqüentemente o patrimônio estadual, em dias contínuos do mês de novembro de 1977, consoante

a peça instrumental da pretensão punitiva, com a qual instrui o pedido. Demonstra, ainda, que essa acusação faz referência expressa a um plano de tirar proveito ilegal em prejuízo da fazenda pública, obtendo vantagem econômica e sonegando o pagamento do Imposto de Circulação de Mercadorias. Em seguida, passa a argumentar que não poderia a denúncia pedir a condenação nos arts. 297, § 1o., e 299, § único, do Código Penal, uma vez que os fatos narrados na denúncia se subsumem nas normas incriminadoras da lei n. 4.729, de 14.7.65, art. 1o. ns. II e III, e § 2o., do mesmo art., alegando que em caso idêntico assim decidiu o egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, com apoio nas lições de Araçari L. Cavalcanti e Manoel Pedro Pimentel, consoante decisão publicada em Ciência Penal, sendo o acórdão das Câmaras Conjuntas Criminais do referido Tribunal, datado de 16 de abril de 1974 (fls. 25/28). Diante disso, sustenta o impetrante que estando extinta a punibilidade dos crimes que lhe são imputados, impõe-se o trancamento do processo, concedendo-se a ordem impetrada. O pedido vem instruído com o instrumento de mandato e documentos de identificação pessoal do paciente, dos quais se verifica que ele é advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, secção de Goiás, n. 4.240, e inscrito no Sindicato dos Professores, bem como aluno do curso de pós-graduação da U.S.P.. Consta, também, entre os documentos apresentados, cópia de portaria do Secretário da Segurança, permitindo que o paciente trabalhasse no serviço burocrático daquela repartição, mediante condições que especifica; cópia da denúncia contra ele oferecida e de alguns documentos constantes do processo, ao que parece, os que foram falsificados (fls. 11/24). Solicitados informes ao Dr. Juiz de Direito da Comarca de Piracanjuba, apontado como autoridade coatora, este narrou o andamento do processo instaurado naquela comarca, explicando que o paciente e o co-autor Abílio de Castro Neto já tinham sido condenados por sentença de 7 de abril de 1972; mas, tendo este apelado, esta Câmara, por acórdão de outubro de 1972, teria anulado o processo a partir do despacho que recebeu a denúncia sendo que o processo não prosseguiu até a presente data, por não ter o paciente sido encontrado para ser cientificado, até a data da informação, que é de 16.3.1980 (fls. 32/33). A Procuradoria Geral de Justiça, opinando com relação ao pedido, depois de tecer várias considerações, adota os fundamentos constantes da impetração, e conclui pela concessão da ordem (fls. 35/38). Notando-se que o pedido não fora instruído com a decisão que anulou o processo, proferida por esta Câmara a 6 de outubro de 1972, determinou-se a juntada de uma cópia dessa decisão aos autos (fls. 40/50).

O primeiro aspecto marcante, a ser examinado, é o conteúdo da

decisão que anulou o processo a que responde o paciente na comarca de Piracanjuba, em virtude de apelação interposta pelo outro co-autor Abílio de Castro Neto. No acórdão respectivo, tecendo considerações com relação ao parecer da Procuradoria Geral de Justiça então proferido, os argumentos apontados nessa peça são acolhidos como razões de decidir, acrescentando ainda o referido acórdão: "No tocante a inépcia da denúncia o mencionado parecer refuta, com segurança, os argumentos expendidos pelo apelante, notando-se que o referido ato postulatório satisfaz, plenamente, as exigências legais, visto que expõe com clareza os fatos em que se fundamenta (fls. 43)". Ora, o presente pedido alega, textualmente, a inépcia da denúncia, matéria já decidida por esta câmara e, com relação à qual nenhum recurso foi manifestado. E tal decisão escudou-se no parecer da Procuradoria Geral de Justiça que, atualmente, por incrível que pareça, passou a entender que a denúncia é inépta — Embora seja essa a questão de maior relevância, já discutida e solucionada por esta câmara, não se pode aceitar a argumentação desenvolvida pelo impetrante, de que o caso em exame ajusta-se ao que foi decidido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, visto que as hipóteses focalizadas são completamente diferentes. Na decisão apontada, embora tenha ocorrido a falsidade ideológica, esta fora praticada em documento comercial, por contribuintes do fisco com a finalidade de sonegar impostos, o que se ajusta, atentos os ensinamentos dos mestres invocados, às normas especiais, previstas na lei 4.729, de 14.7.65, cuja tutela penal pertine à arrecadação de impostos em geral. Tanto assim é que o próprio tratadista citado, Araçari Leite Cavalcanti, conceituando o crime de sonegação fiscal, e o alcance das normas respectivas, diz o seguinte: "Guias e recibos de recolhimento de impostos sobre operações mercantis (Imposto de Vendas e Consignações), não constitui, a meu ver, material do crime de sonegação, ainda que **adulterados pelo próprio contribuinte. Porque estes** documentos são, em verdade, pertinentes, relativos a um ato autônomo, específico de recolhimento de impostos. A lei exige que os documentos sejam relativos a operações mercantis. Alterados recibos e guias de recolhimento de imposto, de que decorra lesão contra a fazenda pública, o crime que se configura é o de peculato, se funcionário o agente (art. 312, do Código Penal), ou, sendo este particular, o de estelionato (art. 171, do Código Penal); não havendo lesão, o de falsidade de papéis públicos ou de documentos públicos previstos nos artigos 293, V, e 297, do mesmo Código Penal (Dos Crimes de Sonegação Fiscal — São Paulo — 1966; p. 41)". Por outro lado, é palpável a inexistência de concurso aparente de normas, uma vez que a situação jurídica focalizada nas normas que se dizem es-

pecializantes, cuja prevalência se postula, pela sua própria leitura se constata que elas se destinam aos comerciantes em especial, ou a todos aqueles que tenham necessidade de pagar tributos ao erário público, e não aos que alteram ou falsificam documento público com intuito de conseguir vantagem pessoal. Tanto isso é certo que a propósito já ensinava o douto Oscar Stevenson: "No caso da especialidade, as disposições têm por objeto o mesmo fato, mas a aplicação de uma ilide a da outra, por ser particularmente válida na espécie. Isso devido aos elementos qualitativos nela introduzidos, os quais modificam a previsão da norma geral. Pondo-se em paralelo as duas normas, identifica-se, à vista desses elementos, a norma especial, de preferente aplicabilidade. É que entre elas há relação de **genus ad speciem**, de sorte que todos os elementos descritos pela norma geral se reproduzem na especial (Concurso Aparente de Normas Penais; in Estudos de Direito e Processo Penal em Homenagem a Nélsom Hungria, ps. 28/46 — Ed. Forense — Rio — 1962)". Diante disso, não se pretende afirmar que a denúncia seja imutável, visto que a instrução da causa poderá alterar a descrição típica constante da mesma, sendo essa modificação prevista taxativamente na lei (art. 383, 384 e seu § único, do Código de Processo Penal). Tal, porém, é impossível na fase atual do procedimento, dado que depois de anuladas as fases posteriores ao recebimento da denúncia, ainda não foram praticados os atos da instrução indispensáveis ao julgamento da causa. Assim sendo, não há que se falar em prescrição visto que o lapso de tempo prescricional das figuras típicas constantes da denúncia ainda não decorreu.

Inexiste concurso aparente de normas entre o que dispõe a lei 4.729, de 14.7.65, no art. 1o., ns. II e III, e § 2o., do mesmo art., e os tipos descritos nos arts. 297 e 299, do Código Penal, visto que a lei especial tutela a arrecadação de tributos, com pertinência à sonegação no pagamento destes, enquanto que a norma do Código Penal tutela a fé pública, prevendo a falsidade do documento público, sendo completamente diferentes as situações previstas, não amparando a primeira lei especial a situação dos que falsificam documentos para se locupletarem com o produto do imposto devido ao erário público estadual. Tanto mais, no caso em exame, que dos agentes um é funcionário público estadual e se prevalesceu do cargo para, em conluio com o outro, que também não era contribuinte, obterem vantagem ilícita, com prejuízo do fisco estadual.

Tendo em consideração os motivos expostos é que se conhece do pedido e se denega a ordem.

Acordam em Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça

do Estado de Goiás, à unanimidade de votos, desprezando o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, conhecer do pedido e denegar a ordem impetrada. Custas pelo impetrante.

Votaram, além do relator, os excelentíssimos senhores desembargadores Arinan de Loyola Fleury e Pedro Soares Correia.

A Procuradoria Geral de Justiça foi representada pelo Procurador Dr. Geraldo Batista de Siqueira.

Goiânia, 27 de março de 1980. Romeu Pires de Campos Barros — Relator, Geraldo Batista de Siqueira — P/Procuradoria Geral de Justiça.

RECURSO DE HABEAS CORPUS

— **HABEAS CORPUS** — CRIME DE FALSIFICAÇÃO E USO DE TALÕES RELATIVOS À ARRECADAÇÃO DE RENDA PÚBLICA — PRETENSA DESCLASSIFICAÇÃO MEDIANTE O EXAME DE PROVA, INCLUSIVE A SER PRODUZIDA **AD FUTURUM**, PARA CRIMES DE SONEGAÇÃO FISCAL, COM O CONSEQUENTE RECONHECIMENTO DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE, PELA PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PENAL. INVIABILIDADE DA PRETENSÃO.

— Não conhecimento das demais questões postas no recurso, por serem inovações do pedido inicial não examinadas na decisão recorrida.

— Recurso de **habeas corpus** parcialmente conhecido e improvido nessa parte.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Recurso de **Habeas Corpus** n. 58.057-2 -- Goiás

Relator: Min. Cunha Peixoto

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em conhecer parcialmente do recurso mas negar-lhe provimento.

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO CUNHA PEIXOTO:

O parecer da Procuradoria-Geral da República, subscrito pelo Doutor Aristides Junqueira Alvarenga, aprovado pelo Doutor Francisco de Assis Toledo, nobre Subprocurador-Geral (fls. 130/132), por esclarecer com propriedade a espécie, é adotado como relatório **verbis**:

> "1. Em favor de G. R. F. foi impetrado **habeas corpus** perante o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, almejando o trancamento da ação penal contra ele instaurada na comarca goiana de Piracan-

juba, em virtude da ocorrência de prescrição, causa extintiva da punibilidade, uma vez que a denúncia descreve fatos tipificados como crimes de sonegação fiscal e não como crimes de falsificação de documento público e falsidade ideológica, consoante capitulação errônea da peça inaugural (fls. 2/8 e documentos de fls. 10/28).

2. Foi a impetração denegada, através de V. Acórdão assim ementado:

> **"Concurso aparente de normas. Inocorrência.** Inexiste concurso aparente de normas entre o que dispõe a lei 4.729, de 14.7.65, no art. 1o., ns. II e III, e § 2o., do mesmo art., e os tipos descritos nos artigos 297 e 299, do Código Penal, visto que a lei especial tutela a arrecadação de tributos, com pertinência à sonegação no pagamento destes, enquanto que a norma do Código Penal tutela a fé pública, prevendo a falsidade do documento público, sendo completamente diferentes as situações previstas, não amparando a primeira lei especial a situação dos que falsificam documentos para se locupletarem com o produto do imposto devido ao erário público estadual. Tanto mais, no caso em exame, que dos agentes um é funcionário público estadual e se prevaleceu do cargo para, em conluio com o outro, que também não era contribuinte, obterem vantagem ilícita, com prejuízo do fisco estadual" (fls. 52/56).

3. Inconformado, o impetrante interpôs o recurso ordinário, constitucionalmente previsto, cujas razões analisam a r. decisão impugnada e concluem pela inépcia da denúncia, tanto substancialmente, porque já extinta a pretensão punitiva por força da prescrição, como formalmente, por ausência de pedido condenatório (fls. 57/74 e documentos de fls. 75/113).

4. O Ministério Público Estadual emitiu parecer no sentido do provimento do recurso (fls. 117/118), tal como antes do julgamento do pedido de **habeas corpus** (fls. 35/38).

5. Quanto à alegada inépcia formal da denúncia, a

par de não ter sido objeto de impetração inicial, pelo que não pode ser conhecida, trata-se de pretensão que traduz formalismo não condizente com o princípio inspirador de nosso direito processual penal de que nenhuma nulidade será declarada sem que dela decorra prejuízo.

6. No que tange à exata capitulação do crime imputado ao recorrente, vê-se, de pronto, que se trata de questão que está a exigir aprofundado exame de prova. A simples leitura da denúncia (fls. 13/16) leva a essa conclusão. Aliás, o próprio recorrente em suas razões recursais esforça-se por demonstrar a existência apenas do crime de sonegação fiscal, mas fala em "análise acurada nas 2as. vias dos conhecimentos..." (fls. 71). incabível, aqui, tal análise, mesmo porque nem todos os documentos e papéis tidos como falso estão em cópia nestes autos.

7. Ademais, consoante descrição da peça acusatória, houve falsificação e uso de talões relativos à arrecadação de rendas públicas, fato que encontra tipificação no artigo 293, V, do Código Penal, não nos perece subsumível a quaisquer das cinco descrições do crime de sonegação fiscal feitas no art. 1o. da Lei n. 4.729/65. É que tais talões contém nomes de contribuintes, que não o recorrente (fls. 17/22).

E mais: descreve a denúncia o uso de documentos falsos pelo acusado perante terceiros, que neles acreditam, o que afasta a capitulação dos fatos como sonegação fiscal, simplesmente.

8. Por todo o exposto, somos pelo desprovimento do recurso".

É o relatório.

VOTO

O SENHOR MINISTRO CUNHA PEIXOTO (Relator):

1. Na petição inicial do **writ**, o impetrante alegou tão-somente a inépcia substancial da denúncia, acrescentando no recurso dois outros fundamentos que não foram objeto de decisão pelo Tribunal **A QUO**, a saber: inépcia também formal da peça vestibular acusatória, por não conter esta pedido condenatório; e insubsistência do despacho que de-

cretou a prisão preventiva do paciente, sob o argumento de que, estando ele à disposição do Juízo das Execuções Criminais, desnecessária se torna a medida cautelar.

Quanto a estes dois últimos fundamentos, admite o recorrente serem eles inovação posta pela primeira vez na petição do recurso, mas entende que, estando configurada a coação, seria de se lhe conceder a ordem de ofício.

2. Não conheço do recurso quanto aos dois últimos fundamentos, já que não foram eles objeto de exame e decisão por parte do Tribunal A QUO, conforme expressamente reconhece o próprio recorrente.

E nenhum dos casos recomenda a concessão da ordem **ex officio.**

Quanto à inépcia formal da denúncia porque, conforme se depreende da parte final dessa peça processual, há pedido condenatório, embora não tenha o representante do Ministério Público feito uso de expressões sacramentais, usuais mas não indispensáveis.

Consta da denúncia, **verbis:**

> "Pela conduta punível, tornaram-se incursos os denunciados, nas sanções punitivas dos arts. 297, parágrafo primeiro (1o.), e 299, parágrafo único, combinado com o art. 51, parágrafo segundo (2o.), tudo do Código Penal Brasileiro. Havendo, na espécie, uma sequência iterativa de infrações penais em caráter continuado. Devendo, portanto, responderem todos eles solidariamente por estes fatos criminosos.
>
> . . . . . .
>
> Esta Promotoria de Justiça oferece a presente **DENÚNCIA** que espera seja recebida e afinal provada, para o fim de ser instaurado o competente processo-crime contra os denunciados, citando-os para todos os termos deste processo..." (fls. 15).

Está implícita no pedido de instauração do processo a pretensão punitiva do Estado, nos termos da capituação dos delitos expressamente feita.

Quanto à desnecessidade da prisão preventiva, cabia ao paciente, primeiro, postular a sua revogação perante o Juízo processante. De qualquer modo, o fato de estar o réu atualmente à disposição do Juízo das Execuções Criminais não invalida o ato, mesmo porque não se sabe até quando cumprirá pena por outra condenação.

3. Resta a examinar a pretendida inépcia substancial da denúncia.

E ainda nesta parte está com razão a douta Procuradoria-Geral em seu jurídico parecer, cujos fundamentos passam a fazer parte integrante deste voto.

De fato, a simples leitura da denúncia (cópia de fls. 13/16) demonstra inequivocamente que o ora recorrente foi acusado, juntamente com seu comparsa, este último Exator estadual e responsável direto pela Coletoria do município onde se perpetrou o crime, não da falsificação de documento público para, na qualidade de contribuintes, furtarem-se ao pagamento de tributo estadual; foram ambos denunciados, isto sim, pelo fato de haverem falsificado talões relativos à arrecadação de rendas públicas e, ao depois, negociá-los com terceiros, em detrimento da fazenda pública.

Diz o art. 1o. da Lei 4.729, de 14.7.65, na parte que interessa ao deslinde da controvérsia:

> "Art. 1o. Constitui crime de sonegação fiscal:
>
> I . . . . . .
>
> II inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública;
>
> III alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis com o propósito de fraudar a Fazenda Pública".

Ora, para que os crimes imputados ao recorrente se enquadrem nas figuras penais retro transcritas, é necessário que, na fase do contraditório, fique provado serem inverídicas determinadas circunstâncias claramente expostas na denúncia. E tanto isso é verdade que o próprio recorrente requer, na petição do recurso, o exame de diversos documentos, bem como seja oficiado ao Banco do Brasil S.A., agência de Piracanjuba-GO, "solicitando informações de que o recorrente era contribuinte, bem como era procurador com poderes gerais para administrar os bens de sua genitora" (fls. 74).

Em conclusão, o que pretende o recorrente é estabelecer prova unilateral futura neste **habeas corpus** para, através dela, obter a desclassificação dos crimes para outros apenados menos gravemente e, por via de conseqüência, beneficiar-se com a extinção da punibilidade, pela prescrição da ação penal, o que refoge ao âmbito do **writ.**

Por estes motivos, e mais os constantes do parecer do Doutor Aristides Junqueira Alvarenga, adotado a título de relatório, conheço do recurso quanto às questões não submetidas à apreciação do Tribu-

nal A QUO, e dele conheço quanto à alegada inépcia da denúncia, mas para negar-lhe provimento.

Brasília (DF), 27 de junho de 1980. Thompson Flores — Presidente, Cunha Peixoto — Relator.

REGISTRO DE IMÓVEIS — MATRÍCULA DE IMÓVEL ALIENADO PELO ESTADO — DESNECESSIDADE DE REGISTRO ANTERIOR

Vistos, etc.

C.A.M. e C.Z.A., brasileiros, cônjuges, residentes e domiciliados na cidade de Jataí, neste Estado, apresentaram ao Cartório de Registro de Imóveis, para registro, a escritura pública de compra e venda de fls. 4/5, pela qual adquiriram, do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás — IDAGO, figurando como transacionante o Estado de Goiás, no imóvel Jatobá, lugar denominado "Sete Galhos", neste Município, 967.50.00 hectares de terras de campos e mato seco.

O Senhor Suboficial, em promover o registro, declara dúvida no seguinte:

— que a Lei de Registros Públicos (artigos 195, 222 e 237) diz que "nenhuma matrícula será aberta e nenhum registro será feito, sem a indicação do registro anterior (procedência do imóvel) para dar a continuidade do mesmo", sendo que a escritura apresentada, com a indicação de alienação originária, não satisfaz tal exigência;

— que a escritura nasceu de uma composição, em processo de usucapião, que não foi levada à homologação judicial, como manda o artigo 4o., da Lei Estadual n. 8.643, de 29 de junho de 1979;

— que é omissa, na escritura, a cláusula de inalienabilidade temporária, prevista no artigo 10, da referida Lei Estadual.

Os apresentantantes do título, pelo petitório de fls. 9/10, instruído dos documentos de fls. 11/17, impugnaram a dúvida, aduzindo:

— que o Egrégio Tribunal de Justiça reconhecendo, em recurso manifestado em ação de usucapião, como do domínio público, a fazenda Jatobá, adquiriram-na do IDAGO, com intervenção do Estado, e porque "o Poder Público não se encontra enquadrado às exigências previstas nos artigos 195, 222 e 237 da Lei de Registros Públicos, a dúvida é improcedente".

O Ministério Público, por seu digno Representante opinando pela procedência da dúvida, em parte, e apenas no tocante ao não cumprimento da Lei Estadual n. 8.643/79 (arts. 4o. e 10), sugeriu a re-ratificação da escritura, com introdução da cláusula de inalienabilidade temporária, e sua homologação, para posterior registro da mesma que a admite como título originário (fls. 18).

Requisitaram-se os acórdãos, por fotocópias às fls. 20/55, relativos à ação de usucapião que incidiu sobre o imóvel Jatobá (fls. 19).

O IDAGO, na condição de alienante, foi ouvido, e por seu Presidente, com assistência de Procuradores do Estado, manifestou a impugnação de fls. 61/69, sustentando:

— que o imóvel em referência foi considerado devoluto, em processo judicial **erga omnes**, e como tal de sua propriedade, constituindo "exorbitância pretender-se que a sua disponibilidade se condicione ao prévio julgamento de outra ação, a discriminatória";

— que não há dispositivo legal exigindo "prévia discriminação como requisito condicionador da alienação pelo Poder Público";

— que a Lei n. 8.643/79 (estadual) não determina que conste dos instrumentos de alienação a cláusula de inalienabilidade temporária, prevista em seu atigo 10, e que essa omissão não invalida o título nem desobriga o adquirente do dever que a norma contém e declara, porquanto a restrição imposta decorre da lei, cuja publicidade não é menor que a atribuída ao registro;

— que não se violou o artigo 4o. desse diploma estadual, porque a composição deu-se quando já finda a questão judicial, na qual haveria de ser solicitada a homologação, circunstâncias essa, porém, que não impede o registro pretendido.

É o relatório.

Decido:

A escritura pública apresentada para registro, ao que se vê, foi outorgada pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás — IDAGO, autarquia estadual, e decorreu de uma transação, na área administrativa, realizada entre os outorgados-impugnantes e o Estado de Goiás, tendo em vista derrota judicial daqueles, em processo de usucapião à obtenção de declaração do domínio sobre o imóvel Jatobá, resultando, de consequência, no reconhecimento do domínio em favor deste.

O digno Suboficial argumenta desprezo aos artigos 195, 222 e 237, de Lei n. 6.015/73, porque o título apresentado não indica registro anterior do imóvel, e que ele não foi legitimado ou arrecadado nos termos da Lei n. 6.383/76.

A exigência de registro anterior tem por fim manter íntegra e atualizada a cadeia dominial do imóvel, com preservação da continuidade desse registro, no tempo, e ainda, naturalmente, para impedir a ação gananciosa dos que procuram, por meios ilegítimos, adquirir patrimônio imobiliário.

Ao Estado, por força do artigo 64, da Constituição Federal de 1891, passaram a pertencer as

"terras devolutas situadas no seu respectivo território...".

E em ação de usucapião, de efeito **erga omnes**, reconheceu-se como do **domínio público** o imóvel Jatobá, objeto da escritura mencionada (fls. 22).

Ora, se essa fazenda localiza-se em território goiano, e havendo sido retirada, dos municípios, a propriedade de terras devolutas, e não estando ela sob os efeitos do Decreto-lei n. 1.164/71, é evidente que se trata do Estado o poder público a que se refere o venerando acórdão (fls. 22), máxime se ele, na ação de usucapião, figurou como parte e defendeu seu domínio sobre ela.

A ação discriminatória objetiva deslindar, aclarar, ou separar as terras devolutas das particulares. "Ela não visa a obter domínio, nem posse; apenas separar o domínio particular do público".

E, por isso, "a sentença não atribui domínio algum ao autor; este preexiste à propositura da ação, e é dela pressuposto"; consequentemente, "tem efeito meramente declaratório do domínio estatal" (Prof. Jacy de Assis, Rev. Dir. da PGE — 13/466).

Os atos judiciais ou mesmo administrativos de descoberta, conhecimento, localização e separação das terras devolutas das particulares, porém, tornaram-se desnecessários porque a fazenda Jatobá, na localidade Sete Galhos, está identificada, separada e destacada dos imóveis confinantes.

E isso deu-se através de disputada demanda (usucapião), neste Juízo entre os apresentantes do título e o Estado de Goiás, sendo que outros possíveis interessados, embora regularmente convocados ao processo, à excessão deste, não se opuseram à pretensão daqueles, acontecendo que em favor do Poder Público foi reconhecido o domínio do imóvel.

Identificada a fazenda Jatobá, no lugar Sete Galhos, e declarada como pertencente ao Estado, ao patrimônio do IDAGO foi ela incorporada automaticamente (Lei n. 4.039, art. 10), resultando sem propósito ou objeto uma ação discriminatória.

Por outro lado, a arrecadação, que é materializada ou consumada por portaria, é permitida somente ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), quanto às terras da União, e não aos Estados, concernente às suas terras devolutas.

Em verdade, embora divergentes as opiniões dos estudiosos da matéria, mas com inclinação para a prévia discriminação (processo discriminatório), como regra, para posteriores alienações, no caso enfocado, pela razões já alinhadas, dispensável é tal providência, resultando que se é prescindível a discriminatória, evidentemente não há sentença a ser registrada, de modo que o Poder Público pode alienar

o que é decididamente seu, sem referência, no título constitutivo ou translativo, a registro anterior, e ser ele registrado, **ipso facto**, sem essa formalidade.

A discriminação é essencial quando há dúvida quanto ao domínio, hipótese em que, lançada a sentença, ela vale como título de propriedade para efeito de registro (art. 22, Lei 6.383/76).

Também, a Lei n. 6.383/76, que dispõe sobre o processo discriminatório de terras devolutas, não relaciona como requisito de alienação, pelos Estados, de suas terras, a prévia discriminação das mesmas.

Demais disso, diferindo da regra do artigo 530, I, do Código Civil, não é pelo registro de sentença que o Estado adquire a propriedade sobre terras devolutas. O domínio tem outra origem e preexiste a esse título, e por isso a disponibilidade prescinde de registro, no caso **sub judice**, porque bem identificado e declarado o imóvel por forma não defesa em lei.

A compreensão, pois, que se colhe é a de que o processo discriminatório é imprescindível quando há dúvida acerca do domínio, v.g., pela existência ou incidência de transcrições ou registros em favor de outrem, sendo ele dispensável quando o domínio mostra-se inolvidável sobre o imóvel de área exata, mensurada e incontestada.

Por igual, não houve violação da norma contida no artigo 4o., da Lei n. 8.643/79 (estadual), como pensa o ilustre Funcionário, porquanto a transação aconteceu quando já finda a ação de usucapião, considerando que a lide foi composta pelo Egrégio Tribunal de Justiça, em agosto de 1978, e esse diploma estadual é de junho do ano passado.

A exigência da lei é posterior à solução judicial dada à contenda.

De resto, sem fundamento a dúvida quanto à inexistência, na escritura, da cláusula de inalienabilidade temporária, prevista no artigo 10, da Lei n. 8.643/79, posto que essa omissão não significa insuficiência formal do título, considerando o silêncio desse diploma quanto à obrigatoriedade de sua inserção no corpo do instrumento translativo da propriedade.

De outro aspecto, sendo essa cláusula **ex-vi-legis**, ela se impõe independentemente de outra formalidade ou solenidade, em respeito ao princípio de que a lei, uma vez publicada, a ninguém é dado ignorá-la, ou o direito de não cumpri-la, se já em vigor.

É louvável o gesto do Senhor Suboficial, pela preocupação demonstrada, visando sempre à segurança dos atos de seu ofício.

Todavia, pelo que contém os autos, acatando o parecer ministerial apenas na parte que considerou originário o título, julgo improcedente a dúvida, e em consequência autorizo o registro pretendido.

Transitada esta em julgado, faça-se o registro encarecido.

Sem custas (art. 207, LRP).

P., i. e registre-se.

Rio Verde, 3 de março de 1980. Júlio Resplande de Araújo — Juiz de Direito — 2a. Vara.